LUMEN FLUENS
ESTUDOS COMPARADOS

HUGO TOMAZETI NETO

LUMEN FLUENS E HEGEL:
ONDE NOS TOCAMOS, ONDE NOS SEPARAMOS

Estudo Comparado VII

GOIÂNIA
2026

HUGO TOMAZETI NETO

LUMEN FLUENS E HEGEL:
ONDE NOS TOCAMOS, ONDE NOS SEPARAMOS

Estudo Comparado VII

Estudo Comparado VII da série “Onde nos tocamos, onde nos separamos”, do Lumen Fluens, sobre o Cânon v1.2. Versão 1.1, com as decisões do fundador de 17 de outubro de 2026. Preparado com assistência de inteligência artificial (Claude, Anthropic) sob direção e revisão do autor.

GOIÂNIA
2026

Lux in tenebris vigilat.

Cânon Lumen Fluens, v1.2, A Vigília

RESUMO

Este estudo compara a filosofia de vida Lumen Fluens, em seu Cânon v1.2, com o pensamento de G. W. F. Hegel, seguindo o princípio da série de Estudos Comparados: apresentar a doutrina visitada em sua melhor forma e só depois marcar as fronteiras. Hegel é exposto pelos textos — *Fenomenologia do Espírito*, *Ciência da Lógica*, *Enciclopédia*, *Filosofia do Direito* e as lições sobre a história, a religião e a história da filosofia — com três vozes mantidas separadas: o que Hegel diz, o que a tradição lê e o que o cânon responde. O estudo encontra cinco pontos de contato (o rio e o espírito; a mudança como caminho; o método da doutrina que cresce pelas objeções; as Águas Comuns e a vida ética; o eterno que dança no tempo) e quatro fronteiras: a luz, que para Hegel só se efetiva quando sabida e formada e para o cânon é dada e se revela; a noite, em que a teodiceia hegeliana reconcilia o espírito pensante com o mal e a Vigília do cânon promete presença, não vitória, distinguindo a noite do lobo; o nome da Luz, que Hegel gradua e o cânon deixa a cada um; e a hora da decisão, em que a Bússola veta antes do caminho e a coruja de Minerva compreende ao entardecer. Examina-se ainda o que Hegel disse das seis tradições já visitadas pela série e esboçam-se sete autores futuros. Propõe-se ao fundador a fórmula “aceitar a dialética como método de crescimento doutrinal e recusá-la como teodiceia” e uma segunda pergunta para a série — o que há no fundo da noite? —, ambas adotadas por ele em 17 de outubro de 2026, e declaram-se doze questões abertas, das quais quatro foram então decididas. Todas as citações trazem localização e marca de verificação.

Palavras-chave: Hegel; Lumen Fluens; dialética; teodiceia; reconhecimento; filosofia comparada.

ABSTRACT

This study compares the philosophy of life Lumen Fluens, in its Canon v1.2, with the thought of G. W. F. Hegel, following the principle of the Comparative Studies series: to present the visited doctrine in its best form and only then to draw the borders. Hegel is expounded from his texts — the *Phenomenology of Spirit*, the *Science of Logic*, the *Encyclopaedia*, the *Philosophy of Right* and the lectures on history, religion and the history of philosophy — with three voices kept apart: what Hegel says, what the tradition reads, and what the canon replies. The study finds five points of contact (the river and spirit; change as a path; the method of a doctrine that grows through objections; the Common Waters and ethical life; the eternal dancing in time) and four borders: the light, which for Hegel becomes actual only when known and formed and for the canon is given and revealed; the night, where Hegelian theodicy reconciles thinking spirit with evil while the canon's Vigil promises presence, not victory, and distinguishes the night from the wolf; the name of the Light, which Hegel ranks and the canon leaves to each person; and the hour of decision, where the Compass vetoes before the path and the owl of Minerva understands at dusk. It also examines what Hegel said of the six traditions already visited by the series and sketches seven future authors. It proposes to the founder the formula "to accept dialectic as a method of doctrinal growth and to refuse it as theodicy" and a second question for the series — what lies at the bottom of the night? —, both adopted by him on 17 October 2026, and declares twelve open questions, four of which were then decided. Every quotation carries a location and a verification mark.

Keywords: Hegel; Lumen Fluens; dialectic; theodicy; recognition; comparative philosophy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

§	parágrafo numerado das obras de Hegel; na *Fenomenologia do Espírito*, numeração da tradução de A. V. Miller (Oxford, 1977)
ca.	página aproximada (± 1; ± 2 no vol. 12 de W), por o texto digital marcar páginas por parágrafo
ed. esp. / ed. ing. / ed. port.	edição espanhola, inglesa ou portuguesa de onde vem a página citada
GW	HEGEL, *Gesammelte Werke* (edição crítica, Meiner)
KSA	NIETZSCHE, *Kritische Studienausgabe* (Colli–Montinari)
MEW	MARX; ENGELS, *Marx-Engels-Werke* (Dietz)
Obs.	Observação (*Anmerkung*) a um parágrafo de Hegel
Adendo	Adendo (*Zusatz*) a um parágrafo de Hegel, compilação póstuma
SKS	KIERKEGAARD, *Søren Kierkegaards Skrifter* (edição crítica dinamarquesa)
W	HEGEL, *Werke in 20 Bänden* (Suhrkamp, 1969–1971), seguido do número do volume
[V]	citação conferida no original (marca usada apenas nos apêndices)
[V-en] / [V-es] / [V-pt]	citação conferida em edição inglesa, espanhola ou portuguesa
[V via secundária]	citação conferida por intermédio de outro autor
[paráfrase]	sentido fiel ao texto; palavras do estudo
[localização a confirmar] / [página a confirmar]	o que ainda falta conferir
[leitura do estudo] / [inferência do estudo] / [hipótese do estudo] / [tradução do estudo]	marcas de autoria do estudo, distintas das três vozes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: O ESTADO DA QUESTÃO E O MÉTODO **8**

1.1 Como ler este estudo 8

1.2 O que mudou desde a primeira versão 9

1.3 Decisões do fundador (versão 1.1, 17 de outubro de 2026) 10

2 HEGEL EM SUA MELHOR FORMA **11**

3.1 Um sistema em círculo 11

3.2 Três lados e uma negação que determina 11

3.3 O duplo sentido de Aufheben 12

3.4 O todo, o sujeito, o resultado 12

3.5 Do reconhecimento ao além 13

3.6 A bela alma e o perdão 14

3.7 A queda no conceito do espírito 14

3.8 Liberdade, pessoa e valor 15

3.9 A história como progresso na consciência da liberdade 15

3.10 A religião consumada e a passagem ao conceito 16

3.11 O que um leitor do Lumen Fluens deve levar daqui 17

3 ONDE NOS TOCAMOS **18**

4.1 O rio e o espírito 18

4.2 A mudança como caminho 19

4.3 O método: a doutrina que cresce pelas objeções 19

4.4 As Águas Comuns e a vida ética 21

4.5 O eterno dança no tempo 22

4 ONDE NOS SEPARAMOS **24**

5.1 A luz: dado ou resultado 24

5.2 A noite: a Vigília contra a teodiceia 27

5.3 A luz sem nome: contra a hierarquia das religiões 32

5.4 A Bússola antes da coruja 34

5 HEGEL DIANTE DAS CASAS QUE JÁ VISITAMOS **37**

6.1 Budismo 37

6.2 Estoicismo 38

6.3 Cristianismo 39
6.4 Vedanta 40
6.5 Existencialismo 40
6.6 Taoísmo 41
6.7 O padrão 42
6 PRÉVIAS: AUTORES QUE VIRÃO 43
7.1 Kierkegaard 43
7.2 Marx 43
7.3 Nietzsche 44
7.4 Hannah Arendt 45
7.5 Levinas 45
7.6 Paul Ricoeur 46
7.7 Martin Buber 47
7.8 Síntese das prévias 47
7 CONCLUSÃO: SÍNTESE, FÓRMULA E QUESTÕES ABERTAS 49
7.1 O que o estudo encontrou 43
7.2 A fórmula 43
7.3 Questões abertas 44
7.4 A lamparina 45
REFERÊNCIAS 52
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 57
APÊNDICE A – FONTES CITADAS, POR CAPÍTULO 58
APÊNDICE B – CONFERÊNCIAS PENDENTES 80
APÊNDICE C – PAINEL DE VERIFICAÇÃO 81

1 INTRODUÇÃO: O ESTADO DA QUESTÃO E O MÉTODO

Os seis estudos anteriores visitaram doutrinas de vida: caminhos que prescrevem uma prática e prometem uma sabedoria. Hegel não é isso. Não ensina a sentar, a respirar nem a rezar; não tem regra de vida. É o filósofo do processo — o pensador para quem a verdade não está em nenhum ponto, mas no percurso inteiro, e para quem a história não é o palco onde o espírito aparece, mas o próprio modo como o espírito existe. Por que, então, trazê-lo à série?

Porque o Lumen Fluens, lido de fora, parece hegeliano. Um rio que atravessa gerações e civilizações; a mudança elevada a vocação; um eterno que "dança no tempo"; uma doutrina que cresce pelas objeções que leva a sério e incorpora o que a contradisse — tudo isso tem o perfil de uma filosofia da história e do devir. Um leitor formado em Hegel poderia perguntar, com razão, se o cânon não é um hegelianismo que ignora o próprio nome. A pergunta merece resposta, e a resposta é não. Mas o não só se torna claro quando se diz exatamente onde Hegel entra — porque é na fronteira do que ele não pode entrar que o cânon mostra a sua espinha dorsal.

A resposta curta, que o estudo inteiro desdobra: Hegel entra pelo rio e pelo método, e bate em duas portas fechadas, a da luz e a da noite. Entra pelo rio, porque ninguém levou tão longe quanto ele a evidência do Flumen, a de que somos herdeiros e ancestrais. Entra pelo método, porque a doutrina do Lumen Fluens cresceu, na passagem da primeira versão do cânon à versão 1.2, exatamente como Hegel descreve o crescimento de uma verdade: por uma objeção levada a sério, que disse o que faltava. Bate na porta da luz, porque para ele o valor da pessoa só se efetiva quando é sabido e formado, e para o cânon a luz é dada antes de qualquer percurso e apenas se revela. E bate na porta da noite, porque ele reconcilia o espírito pensante com o mal, e a Vigília não reconcilia: vela. O estudo propõe uma fórmula, e o fundador decide se a adota: o Lumen Fluens aceita a dialética como método de crescimento doutrinal e a recusa como teodiceia.

1.1 Como ler este estudo

Três vozes atravessam o texto e permanecem separadas. **Hegel diz** o que está nos seus textos, citado e localizado: a *Fenomenologia do Espírito* pelos parágrafos da numeração de Miller, a *Filosofia do Direito* pelos seus parágrafos, a *Ciência da Lógica* e a *Enciclopédia* por livro e parágrafo, as *Lições* por parte e edição. **A tradição lê** o que um intérprete nomeado faz do texto: Kojève, Taylor, Pinkard, Honneth, Kierkegaard, Adorno. **O cânon responde** com as palavras do cânon v1.2, do Tratado da Luz Interior ou da Disputatio sobre o mal, sempre pelo nome do elemento: Lux, Flumen, Bússola, Abrigo, Vigília, Águas Comuns. O que passa dessas três vozes é do estudo, e vem marcado como tal: [leitura do estudo], [inferência do estudo], [hipótese do estudo]. O estudo propõe; não decide. Só o fundador altera a doutrina.

As citações trazem marcadores de verificação. Uma citação sem marcador foi conferida no original; [V-en], [V-es] e [V-pt] dizem que a página conferida é de uma tradução inglesa, espanhola ou portuguesa; [V via secundária] diz que o texto foi lido por intermédio de outro autor; [paráfrase] diz que o sentido é fiel, mas as palavras não são as do autor; [localização a confirmar] e [página a confirmar] dizem o que falta conferir. Preferimos uma lacuna marcada a uma citação falsa. As traduções do alemão são de trabalho, feitas para este estudo, e estão por conferir contra as edições brasileiras de referência; a primeira ocorrência em cada capítulo leva [tradução do estudo]. As lições e os adendos de Hegel são compilações póstumas, de autoridade menor que as obras que ele publicou, e o texto diz isso sempre que os cita.

O estudo segue a regra da série: comparar não é competir. Hegel é exposto primeiro em sua melhor forma, pelos textos e sem pressa de objetar (capítulo 2); só depois se procura onde o cânon já anda ao seu lado (capítulo 3) e onde se separa dele (capítulo 4). Hegel conheceu cinco das seis casas que a série já visitou, e o capítulo 5 ouve o que ele disse de cada uma, o que a crítica moderna corrige e como isso ajuda ou atrapalha o cânon a vê-las. O capítulo 6 abre as portas que a leitura de Hegel abre: sete autores que a série ainda não visitou, em esboço. O capítulo 7 reúne a síntese, a fórmula e as doze questões que o estudo deixa abertas. Seguem as fontes por capítulo, a bibliografia e o painel de verificação.

1.2 O que mudou desde a primeira versão

Este estudo substitui uma versão curta, de outubro de 2026, escrita em uma só mão e sem pesquisa de fontes. A pesquisa corrigiu-a em pontos que convém declarar, porque a honestidade é o método. A frase sobre o “caminho do desespero” é do parágrafo 78 da Introdução à *Fenomenologia*, não do 80; a tese sobre a queda está no terceiro adendo ao §24 da *Enciclopédia*, não no segundo. A *Schlachtbank* é banco de abate, matadouro; não há açougueiro no texto. A fórmula “tese, antítese, síntese” não é de Hegel, e *Aufheben* tem, nas palavras dele, dois sentidos, conservar e fazer cessar; “elevar” é glosa dos intérpretes. O §669 — “as feridas do espírito curam-se sem deixar cicatrizes” — trata de culpa e perdão entre agentes morais e não é palavra sobre vítimas nem sobre o mal que ninguém causou; a primeira versão o usava contra a Vigília, e isso deslocava o escopo. A teodiceia de Hegel reconcilia o espírito pensante com o mal; a primeira versão dizia que “o sacrifício é redimido pelo resultado”, e o texto não diz tanto: a crítica exata é que a vítima não entra na conta. O “tribunal do mundo” julga povos, não o caso individual, e Hegel nega que seja o mero juízo do poder. “Pessoa” tem em Hegel dois registros, e não é apenas a determinação mais pobre do espírito. A fronteira com a Lux não passa entre ter valor e não tê-lo — Hegel afirma o valor infinito do homem —, mas entre o valor efetivo e sabido e o valor revelado. E a primeira versão atribuía a Hegel uma exigência de “traduzir” a Antífona em conceito que ele nunca

formulou; o estudo a retira. O que a primeira versão acertou — o rio, o método, a Vigília contra a teodiceia — está aqui, com as fontes que faltavam.

1.3 Decisões do fundador (versão 1.1, 17 de outubro de 2026)

O fundador leu a versão 1.0 deste estudo e respondeu ao que ela lhe perguntava. As decisões abaixo valem como palavra dele, não do estudo. O corpo do texto mantém a forma em que as questões foram postas, como história do método, e remete a esta seção nos lugares em que as pôs.

1. **A fórmula** (7.2) está adotada: o Lumen Fluens aceita a dialética como método de crescimento doutrinal e a recusa como teodiceia.
2. **A segunda pergunta da série** (7.2) está adotada, com a resposta. Ao lado de "o que há no fundo da pessoa?", a série pergunta "o que há no fundo da noite?" — e o Lumen Fluens responde: uma luz acesa dentro da noite, que não precisa do fim para valer.
3. **Questão (a)**: a Lux vem antes do Abrigo. A luz é dada antes de qualquer relação; o olhar do outro não a fabrica, mas pode ser o primeiro a vê-la — o Abrigo pode revelar uma luz encoberta.
4. **Questão (b)**: a mão que retoma, na Regra da Misericórdia, é o rio — o Flumen —, não o Abrigo. A retomada é pertencimento, e não depende de outra pessoa.
5. **Questão (c)**: a imagem do lobo suporta a irreflexão. Lobo é quem inflige o mal, com ou sem intenção; a irreflexão não é noite.
6. **Questão (d)**: o léxico de luz e templo é mantido. A objeção de Adorno fica registrada como ouvida; a Vigília não promete o que ele recusa — sentido ou redenção da dor.
7. **Vocabulário**: o nome do Pilar III é feminino — *a* Mutatio, como *a* Lux.

As questões (e) a (l) continuam abertas, nos termos de 7.3. Nenhuma das decisões altera o texto do Cânon v1.2: elas fixam como o cânon deve ser lido nos pontos em que o estudo perguntou.

2 HEGEL EM SUA MELHOR FORMA

Este capítulo expõe Hegel como ele pediria para ser lido: pelos textos, na ordem em que o pensamento se move, sem pressa de objetar. A comparação com o cânon virá nos capítulos 3 e 4. Valem as três vozes do estudo: *Hegel diz*, quando há passagem citada e localizada; *a tradição lê*, quando um intérprete nomeado dá sentido ao texto; o cânon só será ouvido na última seção, para apontar onde falará, salvo um aviso de vocabulário em 2.5. Adendos (*Zusätze*) e lições (*Vorlesungen*) são compilações póstumas, de autoridade menor, e serão assinalados. As traduções para o português são de trabalho e estão marcadas para conferência com as edições brasileiras (ver as Fontes ao fim do capítulo).

3.1 Um sistema em círculo

Hegel chama de Ideia a unidade do pensar com o real e a expõe em três ciências. Na *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (§18), a Ideia é o pensar idêntico a si e, ao mesmo tempo, a atividade de contrapor-se a si mesma, “para ser para si”, e de estar, nesse outro, “apenas junto de si” [tradução do estudo]. A Lógica a considera em si e para si: as formas do pensar puro, do ser à essência e ao conceito. A Natureza é a Ideia em seu ser-outro; o §244 diz que ela se solta, livremente, “como natureza”. O espírito é a Ideia que volta a si desse ser-outro (§385). Desdobra-se em três: o espírito subjetivo, o ser humano singular com sua alma, sua consciência e seu querer; o objetivo, que reúne o direito, a moralidade, a vida ética (*Sittlichkeit*: a liberdade já feita costume e instituição, na família, na sociedade civil e no Estado) e a história universal; e o absoluto, em que o espírito se sabe pela arte, que é intuição, pela religião, que é representação — o pensar por imagens e narrativas —, e pela filosofia, que é conceito — o mesmo conteúdo, pensado como pensamento.

A ordem é de conceito, não de tempo: “para nós, o espírito tem a natureza por pressuposto; dela é a verdade e, com isso, o absolutamente primeiro” (§381). O último na exposição é o primeiro em verdade. Daí o círculo, imagem que o Prefácio da *Fenomenologia do Espírito* (§§17–18) dá ao verdadeiro: “o círculo que pressupõe seu fim como seu propósito e o tem por começo”. A *Fenomenologia* (1807) fica à parte: é o caminho que leva a consciência comum ao ponto de vista da ciência.

3.2 Três lados e uma negação que determina

Hegel não ensina a dialética em três passos. A *Enciclopédia* (§79) diz que o lógico tem, quanto à forma, três lados: o abstrato ou do entendimento, o dialético ou negativo-racional, o especulativo ou positivo-racional. São lados de todo conceito, não etapas de um percurso, e o especulativo, escreve o §82, “apreende a unidade das determinações em sua oposição”. A fórmula “tese–antítese–síntese”, que se costuma atribuir a Hegel, não está nessas páginas: vem de Chalybäus (1837) [fonte secundária; localização a confirmar].

O que move o pensamento é a negação determinada. Diz a Introdução da *Fenomenologia* (§79): “Quando, ao contrário, o resultado é apreendido como é em verdade, como negação determinada, nasce imediatamente uma nova forma.” O ceticismo vê no resultado só o nada vazio; para Hegel o nada é sempre nada *de algo*, e por isso tem conteúdo e gera o passo seguinte. Daí a *Fenomenologia* poder ser vista como “o caminho da dúvida, ou, mais propriamente, como o caminho do desespero” (§78): a consciência perde, figura após figura, o que tomava por real, e Hegel lê essa perda como realização do conceito. Na Lógica, o começo é “Ser, ser puro — sem nenhuma determinação ulterior”, indistinto do nada puro: “Sua verdade é, pois, esse movimento do desaparecer imediato de um no outro: o devir” (Livro I, cap. 1).

3.3 O duplo sentido de *Aufheben*

Aufheben, o verbo em que a dialética se resume, tem dois sentidos declarados. A palavra serve ao mesmo tempo para guardar uma coisa e para pô-la de lado. O botão que cessa no desabrochar da flor, e que a flor, no entanto, guarda (ver 2.4), é o exemplo mais simples. Na *Ciência da Lógica* (Livro I, cap. 1, Observação), Hegel escreve que a palavra tem, na língua, “o duplo sentido de conservar, manter, e ao mesmo tempo de fazer cessar, pôr um fim”. O terceiro termo que se costuma acrescentar, “elevar”, é acréscimo dos intérpretes: Hegel só fala em levantar ao lembrar o latim *tollere*, cujo duplo sentido, diz ele, “não vai tão longe; a determinação afirmativa vai apenas até o levantar (*Emporheben*)”. A fórmula “negar–conservar–elevar” é da tradição. Em português, os tradutores vertem a palavra por “suprassumir” ou “superar” [localização a confirmar].

3.4 O todo, o sujeito, o resultado

O Prefácio da *Fenomenologia* dá ao sistema a sua divisa. Tudo depende, diz Hegel (§§17–18), de “apreender e exprimir o verdadeiro não como substância, mas também, e na mesma medida, como sujeito”. O absoluto não é coisa imóvel; é “o vir-a-ser de si mesmo”, e “sujeito” nomeia esse movimento, não o ser humano singular que pensa. Daí a frase-emblema: “O verdadeiro é o todo. Mas o todo é apenas a essência que se completa por meio de seu desenvolvimento. Do absoluto deve-se dizer que é essencialmente resultado, que só no fim é o que é em verdade” (§20).

Convém medir seu alcance. A frase fala do absoluto como processo, cujo começo é só o universal; não diz, por si mesma, que o valor de uma pessoa seja conquistado. E vem com uma exigência de seriedade: segundo Hegel, a ideia decai em edificação — o discurso que consola sem ter feito o caminho — “quando lhe faltam a seriedade, a dor, a paciência e o trabalho do negativo” (§19) [paráfrase]. Por isso, afirma o §39, “a verdade não é uma moeda cunhada que se possa receber pronta e embolsar”.

A imagem do desenvolvimento está no §2, a propósito de sistemas rivais: “O botão desaparece no desabrochar da flor […]. Mas sua natureza fluida faz delas, ao mesmo tempo, momentos da unidade orgânica, na qual não só não se contradizem, como uma é tão necessária quanto a outra.” O que parece refutação é desenvolvimento da verdade. A tradição se divide quanto ao sujeito desse desenvolvimento: para Charles Taylor, o espírito é uma realidade metafísica; para Terry Pinkard, cujo livro traz no subtítulo a sua tese, a sociabilidade da razão, é uma realidade social; para Robert Pippin, a leitura é pós-kantiana. Este estudo se atém ao texto.

3.5 Do reconhecimento ao além

A *Fenomenologia* conta a formação da consciência, e um de seus nós decisivos é o reconhecimento. Hegel escreve (§178) que a autoconsciência “é em si e para si na medida em que, e porque, é em si e para si para um outro; isto é, só é como algo reconhecido”. Ela não existe antes para ser depois reconhecida: é no reconhecimento. O §179 já traz o germe da fórmula de liberdade que virá (ver 2.8), pois a autoconsciência se vê “a si mesma no outro”. Alexandre Kojève, em leitura influente e contestada, faz do desejo de reconhecimento o motor da história; Jean Hyppolite, seu contrapeso, é útil sobretudo para a consciência infeliz e a bela alma.

Na luta de vida e morte que abre o encontro, quem recua diante do risco — “o indivíduo que não arriscou a vida”, diz Hegel (§§187–188) — “pode, sem dúvida, ser reconhecido como pessoa; mas não alcançou a verdade desse ser-reconhecido como autoconsciência independente”. Aviso de vocabulário, válido para o estudo inteiro: esse “indivíduo” (*Individuum*) designa o ser humano singular como possível pessoa [leitura do estudo]; não é o “indivíduo” que o cânon define pelo que separa. Matar o outro destruiria o próprio reconhecimento, e a luta termina em servidão. Mas, segundo Hegel, é o servo quem chega a si: “sentiu o medo da morte, o senhor absoluto”, e o trabalho, em suas palavras, “é desejo refreado, desaparecimento retido; ou seja, ele forma” (§§194–196). De formar vem a *Bildung*, palavra que diz ao mesmo tempo formação, educação e cultura: o que o trabalho e a disciplina fazem de um ser humano. Sem o medo, diz ele, o fazer seria vaidade (§196) [paráfrase].

Segue-se a liberdade que se retira para o pensar: o estoicismo (§§198–200), que se quer livre “tanto no trono quanto nas cadeias”. Nasce, nota Hegel, numa época de medo e servidão universais, mas também de formação universal (§199) [paráfrase], e a objeção que lhe faz é a falta de conteúdo: “A liberdade no pensamento […] é, portanto, só o conceito da liberdade, não a liberdade viva mesma”.

O ceticismo “é a realização daquilo de que o estoicismo era só o conceito”, mas oscila entre os polos. A duplicação de senhor e servo passa então para dentro de um só eu, e nasce a consciência infeliz, “consciência de si como essência duplicada, apenas contraditória”

(§§202–206). O que ela busca está além: “o além inalcançável, que foge no ato de ser agarrado — ou melhor, já fugiu” (§217). A saída passa por renúncia e mediação e chega à Razão, quando “o imutável já não é um extremo para ele, mas está reconciliado com ele” (§231).

3.6 A bela alma e o perdão

Na seção sobre a consciência moral, a bela alma, o mal e o seu perdão (VI.C.c), Hegel retrata a pureza que não age. A bela alma, diz o §658, “para guardar a pureza de seu coração, foge ao contato com a realidade”; lhe falta a força da exteriorização (*Entäußerung*: pôr-se para fora de si, no ato e na obra) [paráfrase], e por isso “vai-se extinguindo em si mesma e se esvai como vapor sem forma que se dissolve no ar”. O alvo, pelo que o texto mostra, é a pureza que foge da efetividade (*Wirklichkeit*: não o que simplesmente acontece, mas o que realiza o seu conceito; ver 4.4), não a interioridade como tal. Seu par é o juiz, que condena o agir alheio sem agir. À confissão do mal — “Sou eu” — “não se segue essa retribuição da mesma confissão”, e ele é “o coração duro, que é para si e rechaça a continuidade com o outro” (§§666–667). Hegel não absolve o agir; faz da dureza do julgar um obstáculo ao reconhecimento.

Contra essa dureza, o perdão é reconhecimento mútuo pela palavra, e com ele vem a frase sobre as feridas: “As feridas do espírito curam-se sem deixar cicatrizes; o ato não é o imperecível, mas é retomado pelo espírito em si” (§669). É preciso fixar o escopo. A ferida de que o texto fala é a que agentes morais causam ao agir e ao julgar, culpa e dureza, e a cura é obra do reconhecimento mútuo (§670): “A palavra da reconciliação é o espírito existente […] um reconhecer recíproco, que é o espírito absoluto”. O §669 não fala de vítimas, nem de dano que ninguém causou: a reconciliação, aqui, é entre agentes e feita por eles. O “Sim reconciliador […] é o Deus que aparece em meio a eles” (§§670–671), leitura teológica do próprio Hegel; e é por esse perdão, já espírito absoluto em figura, que a *Fenomenologia* passa à religião.

3.7 A queda no conceito do espírito

Hegel tem uma tese sobre a queda, e é preciso atribuí-la a ele. Na *Enciclopédia* (§24, Adendo 3), ao ler Gênesis 3, Hegel escreve que a unidade que contemplamos nas crianças como natural “deve ser o resultado do trabalho e da formação do espírito”. E acrescenta: “Em verdade, está no conceito do espírito que o homem seja mau por natureza, e não se deve imaginar que isso pudesse ser de outro modo.” Segundo Hegel, portanto, a cisão pertence ao conceito do espírito, e o seu “mal” é o mal do espírito: a subjetividade que só se sabe e só se quer em sua particularidade, com exclusão do universal; as coisas naturais, observa, não fazem mal [paráfrase]. Nas *Lições sobre a Filosofia da Religião*, ele lê no conhecimento “a fonte de todo mal” e afirma: “aqui está a fonte do mal, mas também o ponto em que a

reconciliação tem sua última fonte” (ed. Marheineke, 1840, II, pp. 264–265). Não é observação de passagem, e sim peça do sistema; o capítulo 4 a retomará em 4.2, sempre sob o nome de quem a escreveu.

3.8 Liberdade, pessoa e valor

Toda essa dialética aponta para uma ideia de liberdade. Hegel a formula na *Enciclopédia* (§24, Adendo 2): “a liberdade é justamente isto: estar junto de si em seu outro, depender de si, ser o determinante de si mesmo”. Nas *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (§7, Adendo), a ilustração é a amizade e o amor, em que alguém “limita-se de bom grado em relação a um outro, sabendo-se, nessa limitação, como si mesmo”. O mesmo Adendo à *Enciclopédia* diz também que a liberdade só existe onde não há, para mim, um outro que eu não seja eu mesmo [paráfrase]. Se o outro permanece outro nessa fórmula, é a pergunta de 3.4.

“Pessoa” aparece em dois registros. No direito abstrato é a capacidade formal de ter direitos, e o mandamento do direito é: “seja uma pessoa e respeite os outros como pessoas” (§36). Mas o Adendo ao §35 reúne os dois registros numa só frase: “O mais alto do homem é ser pessoa; e, no entanto, a mera abstração ‘pessoa’ é, já na expressão, algo desprezível.” Reduzir a pessoa, em Hegel, à mais pobre das determinações seria ficar com metade do texto. Na Lógica, a negação da negação, que não é artifício de dupla negativa mas a negatividade voltada sobre si, é “o momento mais íntimo e mais objetivo da vida e do espírito, pelo qual um sujeito, pessoa, livre é” (Doutrina do Conceito, Ideia absoluta).

Quanto ao valor do homem, Hegel o afirma sem rodeios: no cristianismo, lê ele, o homem “é fim em si, tem em si mesmo valor infinito e a destinação à eternidade” (*Lições sobre a Filosofia da História*). E diz, no §209, Observação: “O homem vale assim porque é homem, não porque é judeu, católico, protestante, alemão, italiano etc.” O mesmo §209 liga esse valer à formação (*Bildung*) [paráfrase]. Valor afirmado e formação: entre esses dois fios se examinará, em 4.1, a questão do valor.

3.9 A história como progresso na consciência da liberdade

A filosofia da história aplica esse pensamento. Hegel a abre com um pressuposto que declara como tal: “O único pensamento que a filosofia traz consigo é o simples pensamento da razão: que a razão governa o mundo e que, portanto, também na história as coisas se passaram racionalmente” (*Filosofia da História*, Introdução). A filosofia o demonstra pelo conhecimento especulativo: o pensamento é resultado do sistema, não constatação empírica [paráfrase]. A fórmula-síntese vem adiante: “A história universal é o progresso na consciência da liberdade — um progresso que temos que reconhecer em sua necessidade.” O verbo decisivo é *saber*: “os orientais souberam apenas que um é livre; os gregos e romanos, que

alguns são; nós sabemos que todos os homens em si, o homem como homem, são livres". O que muda de uma época a outra é o que se sabe da liberdade.

Hegel não esconde os sacrifícios. Chama de astúcia da razão "o fato de ela deixar as paixões atuarem por ela". E, ao considerar a história como "matadouro" (*Schlachtbank*), em que "a felicidade dos povos, a sabedoria dos Estados e a virtude dos indivíduos foram sacrificadas", pergunta "a quem, a que fim último foram feitos esses imensos sacrifícios". Concede que o sentimento pode subir "à mais profunda e desamparada tristeza, a que nenhum resultado reconciliador faz contrapeso", e diz que a essência dessas reflexões é "comprazer-se, *trübselig* [taciturna], nas sublimidades vazias e infecundas daquele resultado negativo". À sua resposta dá o nome de teodiceia: "Nossa consideração é, nesse sentido, uma teodiceia, uma justificação de Deus." Quem se reconcilia, segundo ele, é "o espírito pensante". O que essa teodiceia faz, e o que deixa de fazer, é o centro do capítulo 4 (ver 4.2).

3.10 A religião consumada e a passagem ao conceito

Ao cume do espírito absoluto pertence a passagem da representação (*Vorstellung*; ver 2.1) ao conceito (*Begriff*). Hegel sustenta que o conteúdo da filosofia e o da religião é o mesmo (*Enciclopédia*, §573, Observação); a diferença está na forma. Nas *Lições sobre a Filosofia da Religião*: "A filosofia consiste em transformar em forma de conceito o que está em forma de representação; o conteúdo é o mesmo, deve ser o mesmo, a verdade" (ed. Marheineke, 1832, I, p. 80). A *Enciclopédia* (§564, Observação) polemiza ainda contra a tese de que o homem não poderia conhecer Deus. É tudo o que as passagens estudadas dizem sobre a relação entre as duas formas; qualquer consequência para a prática religiosa seria inferência do estudo, e como tal será marcada.

A religião consumada (*vollendete*, absoluta) é, para Hegel, a cristã: "esta é a religião cristã", escreve, e "que o espírito […] percorra seu caminho na religião é necessário no conceito de espírito" (*Lições*). As que a precedem formam, na edição de Marheineke (1832), uma ordem de graus do conceito de religião: as da natureza (China, budismo, hinduísmo), uma transição (Pérsia, Egito), as da individualidade espiritual (judaica, grega, romana) e, por fim, a absoluta [ordem de 1832; cursos posteriores a confirmar]. A ordem é de Hegel e vai toda para um fim: a religião cristã, onde, para ele, o conceito de religião se completa. O texto fala em percurso (*Bahn*), não em escada [paráfrase; localização a confirmar].

Para Hegel, no centro da religião consumada está a morte de Deus: "Deus morreu, Deus está morto: este é o pensamento mais terrível, que tudo o que é eterno, tudo o que é verdadeiro não é, que a negação mesma está em Deus". Mas, ainda segundo ele, "o curso não fica aqui": sobrevém a inversão, e esse processo é "apenas a morte da morte" (ed. Marheineke, 1840, II, pp. 300–301).

3.11 O que um leitor do Lumen Fluens deve levar daqui

O que o leitor do Lumen Fluens deve levar daqui cabe em quatro cuidados. Primeiro, a dialética de Hegel não é a tríade que se lhe atribui: é negação determinada, e um *Aufheben* que guarda e faz cessar ao mesmo tempo. Segundo, o §669 trata de culpa e perdão entre agentes, e não é palavra sobre vítimas nem sobre o mal que ninguém causou. Terceiro, a queda no conceito do espírito, a teodiceia e a "morte da morte" são teses de Hegel, e aqui entram sempre atribuídas a ele. Quarto, o vocabulário: "pessoa" tem em Hegel dois registros, e o "indivíduo" de certas frases designa a pessoa, não o indivíduo do cânon (ver 2.5).

Aqui, Hegel foi apenas exposto. O que vem agora é do cânon, em duas partes: o capítulo 3 procura onde ele caminha ao lado de Hegel; o 3, onde se separa.

3 ONDE NOS TOCAMOS

O capítulo anterior ouviu Hegel sem objetar. Este procura o que, no cânon, já anda ao lado dele, e encontra bastante: cinco pontos de contato, cada um nascido de um elemento do cânon. O rio, que é herança (3.1); a mudança, que é caminho (3.2); a doutrina que cresce pelas objeções (3.3); a casa e as águas de que ninguém é dono (3.4); o templo que dança (3.5). Em quase todos sobra, ao fim, uma pergunta pequena, que o capítulo 4 tornará grande.

4.1 O rio e o espírito

O Pilar II diz que ninguém começa do zero: somos herdeiros de gerações e civilizações inteiras, e ancestrais de quem virá. A virtude é a humildade grata, reconhecer-se pequeno no rio, mas parte dele; a prática é uma pergunta feita antes das decisões importantes — o que recebi que me trouxe até aqui, o que deixo para quem vem depois. Poucos filósofos levaram essa evidência tão longe quanto Hegel, e o fizeram por um conceito que o cânon não tem: *Geist*, o espírito como sujeito da história. (A palavra “espírito” aparece no cânon, mas em outro uso.)

O espírito, aqui, não é a alma de cada um, nem um Deus posto fora do mundo. No Prefácio da *Fenomenologia do Espírito*, Hegel pede que o verdadeiro seja apreendido e exprimido “não como substância, mas também, e na mesma medida, como sujeito” (§§17–18; *nicht als Substanz, sondern ebensosehr als Subjekt*) [tradução do estudo], e esse sujeito é um movimento, o vir-a-ser de si mesmo, não o ser humano singular que pensa (ver 2.4). No sistema, o espírito tem três figuras (*Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §385; ver 2.1): o subjetivo, que é a alma e a consciência de cada singular; o objetivo, que é o espírito feito instituição; o absoluto, que é o espírito sabendo-se na arte, na religião e na filosofia. É no espírito objetivo que o Flumen se reconhece: a língua, as leis e os costumes em que cada um nasce não são cenário, mas o modo como o espírito existe. E a história, diz Hegel, “é o progresso na consciência da liberdade” (*Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução).

A tradição se divide quanto ao que o espírito é (ver 2.4): uma realidade metafísica, para Charles Taylor; a sociabilidade da razão, para Terry Pinkard. O Flumen não precisa arbitrar entre os dois: afirma a herança e nada diz sobre quem seja o herdeiro último. Poderíamos chamar de consciência histórica o que a prática do Flumen exercita; o cânon a chama humildade grata.

A pequena diferença está na atitude que cada um pede diante do rio. O Flumen pede inventário e gratidão: o que recebi, o que deixo. Hegel pede inteligência: que se reconheça na história uma direção e uma necessidade (ver 2.9). Que o rio tenha direção e necessidade é tese dele; nos Pilares, o cânon não a formula. O capítulo 4 medirá, em 4.2 e 4.4, o que custa essa tese. A evidência, porém, é comum: o rio é maior que o navegante, e o navegante é feito de rio.

4.2 A mudança como caminho

O Pilar III afirma que a mudança não é acidente a suportar, mas mensagem a carregar: quem resiste ao fluxo é arrastado, quem o porta, navega. A virtude é a disponibilidade, prontidão interior para o novo, sem apego ansioso ao que passa. O ancestral comum tem nome, e o Tratado da Luz Interior já o pronunciou: Heráclito, para quem um princípio racional comum atravessa todas as coisas em fluxo.

Hegel o confirma por dois caminhos. Na *Ciência da Lógica* (Livro I, cap. 1; ver 2.2), o ser puro, o começo mais pobre do pensamento, se mostra indistinto do nada — "o ser puro e o nada puro são, portanto, o mesmo" —, e a verdade dos dois é o devir (*Werden*). "Nada" é aí categoria lógica, não cosmologia. Nas *Lições sobre a História da Filosofia*, ao chegar ao efésio, Hegel exclama: "Aqui vemos terra firme; não há proposição de Heráclito que eu não tenha incorporado à minha Lógica." Recorda ainda, pela voz de Platão, que Heráclito "compara as coisas à correnteza de um rio — que não se pode entrar duas vezes na mesma corrente". E dos estoicos, herdeiros da física heraclítica, afirma: "Assim, Heráclito e o estoicismo apreenderam corretamente o processo eterno e universal da natureza." O rio que o Estudo II leu em Marco Aurélio e o rio do cânon têm, pois, o mesmo avô, e Hegel o reconhece.

Dizer, por isso, que Hegel é o filósofo do devir é verdadeiro com uma reserva, e a reserva é de peso. Hegel faz a ponte com Heráclito; Kierkegaard a contesta. Numa nota do *Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas*, publicado sob o pseudônimo de Johannes Climacus, depois de lembrar que se paralelizou a doutrina de Hegel com a de Heráclito, a de que tudo flui e nada permanece, o autor escreve: "Isso é um mal-entendido, pois tudo o que em Hegel se diz de processo e devir é ilusório. Por isso falta ao Sistema uma Ética." A censura toca o lugar do singular no sistema e voltará em 5.5 e no capítulo 6; aqui basta registrar que o ancestral comum, para um leitor atento de Hegel, não é consenso.

O toque está em não tratar o devir como defeito do mundo: para Hegel ele é a verdade do ser e do nada; para o Pilar III, a mudança é vocação. A diferença, que o capítulo 4 abrirá em 4.1, aparece na gramática do próprio Pilar: portar pressupõe um portador. No cânon a mudança é confiada a alguém, e esse alguém carrega uma luz que o cânon diz atemporal; em Hegel, o sujeito é o próprio movimento (ver 3.1).

4.3 O método: a doutrina que cresce pelas objeções

Este é o ponto em que o cânon mais se parece, no movimento, com o que Hegel descreve. A semelhança se mede sem supor dependência. A forma da Disputatio é escolástica — *videtur quod non, sed contra, respondeo* —, a forma de Tomás de Aquino, a quem o Tratado recorre. O que a singulariza é o uso da objeção. Na disputa de escola costuma-se responder ao argumento contrário e manter a tese; aqui a objeção achou uma falta, e a

Disputatio “prefere declarar a lacuna a fechá-la por conta própria”. A Vigília, incorporada ao cânon na versão 1.2, veio depois, e a nota da edição publica o texto da Disputatio íntegro “como testemunho do método: a doutrina cresce pelas objeções que leva a sério”. Só o fundador altera a doutrina, ao passo que, em Hegel, as determinações finitas se superam por si mesmas (*das eigene Sichaufheben*, *Enciclopédia* §81): é diferença de autoria, que não apaga a semelhança de movimento.

Hegel dá a essa experiência um nome e uma lógica. A dialética, em sua letra, não é a tríade de tese, antítese e síntese que os manuais repetem (ver 2.2). São os três lados de todo conceito: o do entendimento, que fixa; o dialético, ou negativo-racional; o especulativo, ou positivo-racional, que “apreende a unidade das determinações em sua oposição” (*Enciclopédia*, §§79–82). A força do lado dialético vem do modo como o resultado é tomado. Quando “o resultado é apreendido como é em verdade, como negação determinada, nasce imediatamente uma nova forma” (*Fenomenologia*, Introdução, §79; ver 2.2): o nada que sai de uma refutação não é nada vazio, mas nada *de algo*, e por isso tem conteúdo e indica o passo seguinte. Lidas com Hegel, as objeções da Disputatio são negações determinadas neste sentido. Não dizem que a doutrina é falsa; dizem o que lhe falta — uma gramática para quem sofre o mal sem tê-lo escolhido, um princípio de justiça distinto da Regra da Misericórdia —, e por isso já apontam o que virá.

Sobre o que sucedeu à doutrina, Hegel tem uma palavra, e é dele: *Aufheben*, conservar e fazer cessar ao mesmo tempo (*Ciência da Lógica*, Livro I, cap. 1, Observação; ver 2.3). Lido com Hegel, o duplo sentido descreve bem o que ocorreu. Conservou-se tudo: os quatro Pilares seguem de pé, a Bússola segue vetando, e a própria Disputatio foi publicada íntegra. Fez-se cessar, em parte, o que era falta: o silêncio do cânon diante do mal sofrido e do mal infligido. À primeira falta, a gramática para quem sofre o mal sem tê-lo escolhido, a Vigília respondeu: diz “como permanecemos quando a noite chega sem ser escolhida”. À segunda, o princípio de justiça, deu o nome: diante do lobo, “resiste-se, e deve-se justiça, porque há uma luz devida ao outro”, sem o desenvolver. Que justiça seja essa continua sendo a questão aberta (g), matéria de tratado futuro. O Pilar I permanece fundamento e já não é a única palavra do cânon sobre o sofrimento.

Hegel faz ainda uma exigência, vizinha de uma advertência da Disputatio, sem ser a mesma. A de Hegel diz respeito ao pensar: sem “a seriedade, a dor, a paciência e o trabalho do negativo”, nota ele (*Fenomenologia*, Prefácio, §19), a ideia decai em edificação (ver 2.4) [paráfrase]. A da Disputatio diz respeito ao consolo: dizer que a luz continua lá pode ser o atalho que pula o luto, o “cala-boca diante da dor alheia”.

A semelhança de método tem um limite, e é a Vigília que o torna visível. O negativo de que cresce a doutrina é a falha de um texto diante de uma objeção; a Vigília, por sua vez, vela a noite, mal que ninguém causou, e manda resistir ao lobo, mal que alguém inflige. Que a falta do cânon tenha sido fecunda não torna fecundo o mal que a objeção descrevia, seja noite,

seja lobo. É no deslize de um negativo para o outro, do pensamento para o mundo, que o capítulo 4 procurará o ponto em que o método de Hegel se faz teodiceia; se de fato se faz, é a pergunta de 4.2. Tese deste estudo, proposta ao fundador, a quem cabe a doutrina: a dialética serve para fazer a doutrina crescer; não serve para justificar a noite nem o lobo.

4.4 As Águas Comuns e a vida ética

As Águas Comuns dizem que ninguém navega um rio privado e que a luz é pessoal, nunca individual: o indivíduo se define pelo que o separa, a pessoa, pelo que a abre. O Abrigo, *Sis alteri domus*, acrescenta o que se oferece a quem chega: braços, casa, confidência. Hegel alcança uma vizinhança dessas ideias por outro caminho.

Em Hegel, a vida ética reúne família, sociedade civil e Estado (ver 2.1): instituições em que, lê o estudo, alguém se reconhece como membro de algo que não inventou e que o excede. O que o cânon pede como manutenção das águas — a palavra verdadeira posta em circulação, a confiança honrada, a vez respeitada — seria, na linguagem de Hegel, obra da vida ética [leitura do estudo]. A liberdade, nessa altura, deixa de ser ausência de laços: "a liberdade é justamente isto: estar junto de si em seu outro, depender de si, ser o determinante de si mesmo" (*Enciclopédia*, §24, Adendo 2). E, no amor e na amizade, alguém se limita de bom grado em relação a um outro e se sabe, nessa limitação, como si mesmo (*Filosofia do Direito*, §7, Adendo; ver 2.8). É a fórmula hegeliana mais próxima do Abrigo e das Águas Comuns juntos [leitura do estudo]. No mesmo Adendo à *Enciclopédia*, Hegel diz também que a liberdade só existe onde não há outro para mim que eu mesmo não seja [paráfrase]. Se o outro permanece outro nessa fórmula, é a pergunta que o capítulo 4 abrirá.

Duas frases do mesmo livro poderiam estar nas margens do rio. "O mandamento do direito é, portanto: seja uma pessoa e respeite os outros como pessoas" (§36); e o homem "vale assim porque é homem, não porque é judeu, católico, protestante, alemão, italiano etc." (§209, Observação). Hegel afirma o valor do homem sem condição de credo ou de origem, e em outro lugar o chama de infinito (ver 2.8). O que ele faz depender do saber e da formação (*Bildung*) [paráfrase] é a efetividade desse valor (ver 2.6), não o valor mesmo. O toque com o Pilar I é, portanto, maior do que se costuma conceder: a fronteira, como mostrará 4.1, não passa entre "valor" e "sem valor". Hegel faz às religiões, na Introdução às *Lições sobre a História da Filosofia*, uma pergunta vizinha da que atravessa a série ("o que há no fundo da pessoa?"): que valor tem o ser humano singular em si? Dela tira uma graduação que o cânon não herda (ver 4.3).

O reconhecimento é o outro ponto de contato. "A autoconsciência é em si e para si na medida em que, e porque, é em si e para si para um outro; isto é, só é como algo reconhecido" (*Fenomenologia*, §178; ver 2.5). Lido com Hegel, o Abrigo pode ser descrito como prática do reconhecimento, embora o cânon não use a palavra: ser casa é receber o outro como alguém

que importa. A tradição fez dessa passagem uma teoria social, e vale ouvi-la em sua melhor forma.

Para Taylor, “nossa identidade é em parte moldada pelo reconhecimento ou por sua falta, muitas vezes pelo reconhecimento errôneo (*misrecognition*) por parte dos outros” (*The Politics of Recognition*, p. 25), e, ainda segundo ele, Hegel “toma como fundamental que só podemos florescer na medida em que somos reconhecidos” (p. 50). Honneth distingue três formas de reconhecimento — amor, direito, estima social [paráfrase] — e só a terceira vem ligada à segurança de possuir capacidades reconhecidas como “valiosas” (*La lucha por el reconocimiento*, ed. esp., p. 158) [V-es]; o estudo proporá, em 4.1, que as duas primeiras não dependem de desempenho. Ricoeur, por fim, liga o reconhecimento à gratidão: “minha gratidão não se dirige àqueles que, de um modo ou de outro, reconheceram minha identidade ao me reconhecer?” (*Caminos del reconocimiento*, ed. esp., p. 13) [V-es]. A pergunta de Ricoeur é vizinha do Flumen, cuja virtude é a humildade grata, e do fecho do Examinar, a gratidão a alguém do passado que tornou o dia possível: a ponte mais limpa entre a linhagem hegeliana e o cânon [leitura do estudo].

A letra, porém, pede uma ressalva. O §178 diz que a autoconsciência só é como reconhecida, no reconhecimento e não antes dele. O gesto do Abrigo é parecido — oferecer casa, estender os braços —, mas resta a pergunta sobre o que o olhar faz: constitui a luz de quem chega, ou a encontra? É a primeira fronteira, e o capítulo 4 a traçará.

4.5 O eterno dança no tempo

O cânon se sustenta em duas imagens: o templo, que é o estável, o sagrado, o concreto, e a dança, que é o movimento, a celebração e o devir. O eterno dança no tempo. O Pilar IV acrescenta que a transcendência passa pela matéria: o corpo, o lugar, o ritmo — os “tijolos do templo” — não são obstáculos ao espírito, são seu instrumento, e a virtude é a presença, estar inteiro onde o corpo está.

Hegel combateu o além vazio. A figura da consciência infeliz, vista em 2.5, busca “o além inalcançável, que foge no ato de ser agarrado — ou melhor, já fugiu” (*Fenomenologia*, §217), e a saída passa por renúncia e mediação (§231). A lição vale também para a interioridade que se basta, a liberdade só pensada do estoico (ver 2.5 e 4.4). Hegel, contudo, é justo com ela: “é preciso reconhecer a grandeza desse princípio” (*História da Filosofia*, estoicos). O Estudo II já dissera, à sua maneira: cidadela interior, não; casa de portas abertas.

Contra o além, o espírito só é real exteriorizando-se. A Ideia é, escreve Hegel, “a atividade de contrapor-se a si mesma, para ser para si, e de estar, nesse outro, apenas junto de si” (*Enciclopédia*, §18; ver 2.1), e chega a “soltar-se livremente de si, como natureza” (§244). E, a propósito da religião: “Um espírito que não é manifesto não é espírito” (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, III) — tese de Hegel sobre a religião, que o cânon, por independência confessional, nem adota nem refuta. *Offenbar* é falso amigo de “revela-se”: diz um espírito

que se mostra inteiro, sem núcleo oculto, enquanto o “revela-se” da Lux supõe uma luz que já está lá (ver 4.1). O Corpus fala, aqui, quase a mesma língua: se os tijolos do templo são instrumento do espírito, um espírito sem tijolos não teria onde dançar [leitura do estudo].

A tradição leu na consciência infeliz a cristandade medieval (Jean Wahl; Jean Hyppolite). O §217 não nomeia as Cruzadas; a *Filosofia da História*, em vocabulário vizinho, diz: “A cristandade encontrou o túmulo vazio, mas não a ligação do mundano e do eterno”. Quem lê isso como crítica ao cristianismo erra de endereço: Hegel se declara luterano — “eu o sou e quero continuar sendo” (*História da Filosofia*, Introdução) —, e o cânon não toma partido. O que importa é a ligação do mundano e do eterno, o nome hegeliano mais próximo do que o cânon chama dança [leitura do estudo].

O toque é próximo: Hegel combate o além que não entra no mundo e a interioridade que não age; o cânon diz, por seu lado, que a transcendência passa pela matéria (Corpus) e que a luz é para aquecer (Abrigo). A diferença, pequena e funda, está em que o cânon guarda duas imagens, o templo e a dança, onde Hegel descreve um espírito que só é real ao sair de si e que, no outro, está “apenas junto de si”. O cânon deixa o eterno ser eterno, e o convida a dançar [leitura do estudo]. Saber se, na fórmula de Hegel, o outro continua outro é a pergunta que 3.4 deixou, e que o capítulo seguinte vai traçar como fronteira.

4 ONDE NOS SEPARAMOS

Os dois capítulos anteriores deram a Hegel o que lhe é devido: o expuseram pelos textos e mostraram onde o cânon já anda ao seu lado. Este marca as fronteiras, e marcá-las não é erguer muros; é dizer com exatidão de que lado assenta cada casa. São quatro. A primeira passa pela luz: o valor da pessoa, que Hegel afirma, só se efetiva, para ele, quando é sabido e formado, e para o cânon é dado e apenas se revela (4.1). A segunda passa pela noite, e é o coração do estudo: onde a teodiceia reconcilia, a Vigília vela, e distingue da noite o lobo, diante do qual se resiste e se deve justiça (4.2). A terceira passa pelo nome que a Luz recebe, ou não recebe (4.3). A quarta passa pela decisão: a Bússola pergunta diante do caminho, antes de percorrê-lo, e a coruja de Minerva — a compreensão que, segundo Hegel, só chega ao entardecer — levanta voo depois (4.4). Em cada fronteira as três vozes permanecem separadas: o que Hegel diz, o que a tradição lê, o que o cânon responde.

5.1 A luz: dado ou resultado

Há um modo cômodo de traçar esta fronteira, e é inexato: dizer que, para Hegel, nada vale por ser dado e tudo vale por ter-se tornado, e que o cânon diz o inverso. Não é assim. Hegel afirma o valor da pessoa sem rodeios (ver 2.8). Lendo o cristianismo, escreve que o homem “é fim em si, tem em si mesmo valor infinito e a destinação à eternidade” (*Lições sobre a Filosofia da História*) [tradução do estudo]; e, nas *Linhas fundamentais da filosofia do direito*, que “o homem vale assim porque é homem, não porque é judeu, católico, protestante, alemão, italiano etc.” (§209, Observação). A frase que se costuma tomar por tese de Hegel nesse ponto — “do absoluto deve-se dizer que é essencialmente resultado, que só no fim é o que é em verdade” (*Fenomenologia do Espírito*, Prefácio, §20) — fala do absoluto como processo e não decide, por si, o valor de ninguém (ver 2.4). A fronteira, se existe, não separa valor de ausência de valor.

Passa por onde o próprio Hegel põe o acento. O que progride, na Introdução à *Filosofia da História*, é um saber: “nós sabemos que todos os homens em si, o homem como homem, são livres” (ver 2.9). Que todos sejam livres em si não é conquista, mas o saber disso é. O §209 diz o mesmo de outro modo: o homem vale porque é homem, e esse valer pertence à formação (*Bildung*) [paráfrase]. Valor infinito, portanto, mas efetivo (*wirklich*; ver 2.6) apenas onde foi sabido e formado.

Há ainda o texto mais áspero, que deve ser citado com o seu contrapeso: “O que o sujeito é, é a série de suas ações. Se estas são uma série de produções sem valor, a subjetividade do querer é igualmente sem valor” (*Filosofia do Direito*, §124). Fala do querer moral, não da pessoa inteira, mas é a frase de Hegel mais próxima da ferida que o Pilar I existe para curar. O mesmo §124, porém, faz do direito da liberdade subjetiva o ponto de

virada entre a Antiguidade e a modernidade [paráfrase] e diz que “esse direito, em sua infinitude, foi enunciado no cristianismo”.

O cânon responde pelo Pilar I e pelo Tratado da Luz Interior. O Pilar diz que o valor de cada pessoa é intrínseco, anterior a qualquer conquista ou circunstância, e que a luz não se acende — ela se revela. O Tratado explica o verbo: “Acender supõe ausência prévia, um vazio que precisa ser preenchido por mérito, esforço ou reconhecimento externo. Revelar supõe presença anterior a qualquer olhar — inclusive ao olhar de quem a possui.” O reconhecimento externo vem, pois, nomeado entre as coisas de que a luz não precisa.

Daí a fórmula desta fronteira, mais exata que a oposição entre dado e resultado: **efetivo e sabido**, de um lado; **revelado**, do outro. Em Hegel o percurso é o lugar em que o valor se realiza; no cânon, o lugar em que se vê.

Aqui está o falso amigo de que 3.5 deu notícia: *offenbar*, o termo de Hegel mais próximo de “revelado”, diz outra coisa. “Um espírito que não é manifesto não é espírito” (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, parte III): a manifestação é o ser do espírito, sem núcleo oculto. O “revela-se” da Lux supõe uma luz que já está.

Costuma-se dizer que a pessoa é, para Hegel, a determinação mais pobre do espírito, e pôr o cânon, que com a mesma palavra nomeia a plenitude, na outra ponta da escala. É meia verdade: no texto de Hegel a palavra já reúne as duas pontas, o “mais alto” e o “algo desprezível” (Adendo ao §35; ver 2.8). A *Fenomenologia* também a usa em dois tons: o “indivíduo que não arriscou a vida” pode ser reconhecido como pessoa, mas não alcançou a verdade desse ser-reconhecido (§187; vocabulário: ver 2.5). O cânon toma a pessoa pelo lado do mais alto e lhe dá a plenitude: “um centro de interioridade e liberdade, irredutível a qualquer medida externa” (Tratado); “a luz é pessoal, nunca individual” (Águas Comuns). O desencontro não está na palavra, mas no que se faz com o que ela guarda: em Hegel, o estatuto de pessoa pode ser conferido sem a verdade do ser-reconhecido, que se ganha; no cânon, a pessoa é inteira antes que alguém a confira.

O mesmo vale para o reconhecimento. Para Hegel, a autoconsciência é no reconhecimento, não antes dele (§178; ver 2.5). Taylor, que o continua em “The Politics of Recognition”, sustenta que “nossa identidade é em parte moldada pelo reconhecimento” (p. 25) e lê em Hegel a tese de que só podemos florescer “na medida em que somos reconhecidos” (p. 50; ver 3.4). Honneth faz dela uma teoria de como alguém chega a relacionar-se consigo mesmo: “os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática se aprendem a conceber-se a partir da perspectiva normativa de seus parceiros de interação” (*La lucha por el reconocimiento*, ed. esp., p. 114) [V-es]. O cânon responde pelo Abrigo, que dá braços, casa e confidência, e pelo Tratado, que já sabia a luz capaz de ficar encoberta “por medo, por hábito, por adaptação às expectativas alheias”. O Abrigo pode ser lido como prática do reconhecimento [leitura do estudo]; resta saber o que o gesto faz. Para Hegel o reconhecimento constitui a autoconsciência. Que o olhar do outro não fabrica a luz, o Tratado

já o diz: revelar supõe presença “anterior a qualquer olhar”. Se esse olhar pode revelar a luz que está encoberta, o cânon não diz: é a questão aberta (a), formulada no fim desta seção.

Propõe-se aqui, como hipótese do estudo e não como doutrina, uma fórmula que talvez diga com mais justiça onde passa a linha. Taylor distingue dignidade e identidade: a primeira funda-se num potencial — “esse potencial, e não o que a pessoa fez dele, é o que garante que cada pessoa mereça respeito” (p. 41) —; a segunda é moldada pelo reconhecimento (p. 25). O Tratado dá apoio parcial: da prática do exame diz que “não é condição de existência da luz, mas condição de sua visibilidade para quem a carrega”; estender essa condição de visibilidade ao olhar do outro é passo do estudo. A hipótese é esta: Lux = dignidade; reconhecimento = identidade e visibilidade [hipótese do estudo]. Lida assim, a linhagem de Hegel e de Honneth trata da segunda, e o que o Tratado recusa é que o reconhecimento constitua o valor.

Honneth, que 3.4 já ouviu, ajuda com as suas três formas de reconhecimento, amor, direito e estima social [paráfrase]. A ferida do Tratado, o valor medido pelo desempenho, seria a patologia da terceira; as duas primeiras não dependem de desempenho. Honneth ficaria mais perto da Lux do que se supõe; resta a diferença: para ele a autorrelação só se adquire pela perspectiva alheia (p. 114); para o cânon o valor precede, e que a visibilidade dependa do outro é parte da hipótese. A hipótese é do estudo, não de Hegel, de Taylor ou do cânon; só o fundador decide se a adota.

Seria cômodo concluir que a filosofia do século XX apoia, em bloco, a ordem do cânon — primeiro a luz, depois o Abrigo. Não apoia: cada voz sustenta uma metade. Scheler fala mais claro da primeira. A pessoa do direito do Estado, escreve, não é “criada com base numa constituição, mas no máximo reconhecida por ela”, e “nenhuma ‘entrega’ a um tal portador de valor confere à pessoa, só então, um valor que ela não possuísse antes” (*Formalismus*, pp. 386, n. 1, e 524): *anerkannt*, e não *geschaffen*, é par vizinho do que o Tratado chama visibilidade e existência. Mas Scheler lê Hegel de fora: nele a pessoa seria “ponto de passagem indiferente de uma atividade racional impessoal” (p. 386), carga que o valor infinito do homem e a culpa imputada ao sujeito singular (*Filosofia do Direito*, §139) contestam. E a mesma página 524 chega à *Person der Personen, d. i. Gottes*, a pessoa das pessoas, isto é, Deus [paráfrase]: material confessional, registrado sem ser adotado.

Mounier e Maritain sustentam a outra metade. Para Mounier, “o tu, que implica o nós, é anterior ao eu ou, ao menos, o acompanha” (*Personalism*, p. 20) [V-en]. Maritain, o paralelo mais próximo das Águas Comuns, vê na individualidade “a estreiteza do ego” (*The Person and the Common Good*, cap. III) [V-en], mas no quadro da filosofia de Tomás de Aquino, que recusa tratar indivíduo e pessoa como duas realidades.

Buber traz as duas coisas. “O Tu vem ao meu encontro por graça: buscando, não se o encontra” tem a forma de “a luz não se acende — ela se revela”, dita do outro; “No princípio é a relação” põe a relação antes do eu (*Ich und Du*, pp. 18 e 25).

Levinas dá, em *Totality and Infinity*, a letra mais favorável à ordem do cânon: “O recolhimento numa casa aberta ao Outro — a hospitalidade — é o fato concreto e inicial do recolhimento e da separação humanos” (ed. ing., p. 172) [V-en], a casa antes do encontro. Mas contesta que o outro seja, “como Hegel gostaria de dizer”, a negação do mesmo (p. 305) [V-en]. Hegel escreve, no Adendo ao §24 da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, que a liberdade só existe onde nenhum outro é para mim que eu mesmo não seja [paráfrase]: se isso faz do outro um momento do mesmo — pergunta que 3.4 e 3.5 deixaram —, a tradição se divide, e o estudo não decide. Mounier, Maritain, Buber e Levinas entram aqui como material filosófico; suas raízes confessionais não são adotadas.

Ricoeur segura as duas pontas, e por isso não resolve a ordem. Além da pergunta sobre a gratidão, que 3.4 já ouviu, ele imagina, para o agente a quem se perdoa, uma palavra libertadora cuja fórmula seria “vales mais que teus atos” (*La memoria, la historia, el olvido*, ed. esp., p. 643) [V-es]: valor além dos atos, mas valor dito por alguém.

O estudo registra aqui uma pergunta que o cânon ainda não decidiu. O cânon expõe a luz primeiro e o Abrigo depois: os Pilares dizem quem somos; o Abrigo, o que oferecemos a quem chega; “A Bússola protege a minha luz; o Abrigo a oferece.” Se o tu é anterior ao eu, ou se no princípio é a relação, essa ordem se inverte, ou ao menos se complica. Questão aberta (a): a Lux vem antes do Abrigo, ou a relação vem primeiro? Há uma atenuação possível, a testar: a Lux responde *quanto vale* a pessoa; Mounier e Buber, *como o eu se faz eu*; e o Flumen já diz que ninguém começa do zero. Fica, contudo, sem resposta a pergunta mais fina: a luz encoberta pode ser revelada pelo olhar de outro? Ao fundador cabe dizer se o Abrigo é o lugar onde o Tu pode vir, como em Buber, ou o que a Lux já oferece antes de qualquer encontro.

A primeira fronteira falava do que a pessoa vale e de como esse valor se sabe. A segunda põe a pessoa diante do que ela não escolheu.

5.2 A noite: a Vigília contra a teodiceia

Hegel não ignorou o mal. Deu à sua consideração da história o nome de teodiceia (ver 2.9), e o propósito, escreve, é que “o mal [*Übel*] no mundo fosse concebido e o espírito pensante reconciliado com o mal [*Böse*]”, reconciliação que “só se alcança pelo conhecimento do afirmativo, em que aquele negativo desaparece como subordinado e superado” (*Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução). Quem se reconcilia é o espírito pensante e, segundo Hegel, a condição é saber que o fim foi realizado e que o mal não prevaleceu ao lado dele. Hegel distingue essa reconciliação da resignação — ela tampouco “se contenta com o desespero frio” (Prefácio da *Filosofia do Direito*) —, mas não promete compensação a ninguém: ao terminar, confessa ter renunciado ao atrativo de “descrever mais de perto o interesse de seu destino em dor e alegria”. Dizer que, para Hegel, o sacrifício é redimido pelo resultado é dizer mais do que o texto diz; a crítica exata é outra: a vítima não entra na conta.

Convém ter diante dos olhos o que o cânon distingue, porque tudo o que segue depende disso. Diz a Vigília: “A noite é o mal que ninguém causou — diante dela, vela-se. O lobo é o mal que alguém inflige — diante dele não se vela: resiste-se, e deve-se justiça, porque há uma luz devida ao outro.” E ela promete “presença, não vitória”. Com essa lente se lê o que Hegel diz do mal, e o que deixa de dizer.

Hegel concede mais ao luto do que se costuma supor. No parágrafo do matadouro (ver 2.9) — *Schlachtbank*, banco de abate, sem açougueiro nomeado —, admite uma tristeza “a que nenhum resultado reconciliador faz contrapeso”. Mas censura o que fica: o comprazer-se, taciturna (*trübselig*) [tradução do estudo], nas “sublimidades vazias e infecundas” do resultado negativo. E, depois de dizer que Deus morreu — “a dor mais alta, o sentimento da perfeita ausência de salvação” —, escreve, logo adiante: “Mas o curso não fica aqui, sobrevém a inversão” (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, 1840, II, pp. 300–301; ver 2.10). O luto é concedido; a permanência nele, não. Quem lê a Vigília como permanência encontra aqui a objeção pronta. O cânon responde pela Disputatio, que já temia o atalho que “pula o luto em vez de sustentá-lo”, e pela Vigília, que não contempla o escuro: “cria dentro dele um círculo de claridade onde se pode estar”.

A passagem de Hegel mais próxima da Vigília está no Prefácio da *Fenomenologia* (§32). A vida do espírito “não é a que se esquiva da morte e se mantém pura da devastação; é a que a suporta e nela se conserva”, e o espírito é esse poder “apenas ao olhar o negativo nos olhos, ao demorar-se junto dele”. Até aqui é quase a Vigília. Mas a frase continua: “Esse demorar-se é a força mágica que o converte em ser.” Duas ressalvas de justiça. A “morte” do trecho nomeia, no contexto, a irrealidade (*Unwirklichkeit*) do que o entendimento separa [paráfrase], e não o luto de ninguém. E não basta dizer que Hegel vela para converter: o demorar-se do §32 é o poder do espírito que pensa, e o demorar-se que se compraz no resultado negativo é o que ele próprio censura no parágrafo do matadouro. O gesto é o mesmo — ficar, não fugir —, e o fim é outro. Segundo Hegel, o demorar-se é força que converte; na Vigília é presença para quem está no escuro, sem promessa sobre o que o escuro virá a ser. A mesma vigília, com dois fins; e o fim muda tudo.

A raiz da diferença é teológica, e o cânon, por independência confessional, não a resolve: o estudo a descreve. É a mesma raiz da tese sobre a queda (ver 2.7): segundo Hegel, a cisão pertence ao conceito do espírito, e o ponto em que está “a fonte do mal” é também aquele em que “a reconciliação tem sua última fonte”. Hegel diz, em *Fé e Saber* (1802), que é preciso restabelecer “a Sexta-feira Santa especulativa, que antes era histórica, […] em toda a verdade e dureza de sua ausência de Deus”, e que só dessa dureza “a totalidade suprema […] pode e deve ressurgir na mais serena liberdade de sua figura”. A dor infinita deve ser designada “puramente como momento, mas também não como mais do que momento da ideia suprema” [localização a confirmar]. Nas *Lições sobre a Filosofia da Religião* a figura se completa: Deus, escreve Hegel, “se conserva nesse processo, e este é apenas a morte da

morte” (ver 2.10), e a dor do mundo foi, nas palavras dele, “a condição, a preparação do lado subjetivo para a consciência do espírito livre” (1840, II, pp. 301 e 192) [localização a confirmar]. Segundo Hegel, portanto, o negativo é “momento”. Que o “pode e deve” diga a necessidade da virada é leitura do estudo, não palavra de Hegel.

O cânon responde pela Vigília, com uma imagem que é do estudo e não da doutrina: uma sexta-feira à noite sem garantia de manhã. A doutrina não escreve a manhã, pois a luz “não promete o amanhecer nem finge que não é noite”; também não a nega. Não há, no cânon, nenhuma cláusula que diga que a noite é necessária, que a perda prepara um bem maior, que a dor será compreendida de um ponto mais alto. Quem crê poderá ler uma manhã na fé que professa, quem não crê não a lerá, e a filosofia não decide por ninguém; a Vigília não depende de nenhuma das duas leituras. Por isso não é desespero, pois a luz está acesa: é fidelidade.

Seria um erro opor ao “as feridas do espírito curam-se sem deixar cicatrizes” (*Fenomenologia*, §669) a ideia de que, no Lumen Fluens, as feridas deixam cicatriz, como se Hegel falasse do mal que ninguém causou. Não fala (ver 2.6). A ferida do §669 é a que agentes morais causam ao agir e ao julgar, a culpa e a dureza do juiz; a cura é obra do reconhecimento mútuo, a “palavra da reconciliação” do §670. Usá-lo contra a noite desloca o escopo. O cânon, aliás, não diz que as feridas deixam cicatriz: a Disputatio escreve que “o dano é real” e recusa que o mal seja o juiz último do valor humano. O vizinho natural do §669 é a Regra da Misericórdia, que é reflexiva — falhar na regra não apaga a luz; o rio “a retoma” —, e não a Vigília.

Hegel diz pouco da vítima. Nas passagens lidas para este estudo, a única inocente nomeada é uma flor, e de passagem: a figura histórico-mundial “tem que pisar muita flor inocente”, conduta que “se sujeita à censura moral”. Os indivíduos “são sacrificados e abandonados”, embora haja “algo neles mesmos eterno e divino”, que os faz fins em si; a felicidade de cada um é entregue ao reino da contingência [paráfrase]. Os termos de Hegel não coincidem com os do cânon. O perecer da história é, por palavra dele, obra não só da natureza mas da vontade dos homens [paráfrase], o que na língua da Vigília pertence em boa parte ao lobo; a doença e a morte, parentes mais próximos da noite, entram no sistema, segundo Hegel, como passagem ao espírito (*Enciclopédia*, §375; Adendo ao §376 [paráfrase]). A reconciliação do espírito pensante com o mal inclui, na língua da Vigília, em boa parte o que ela manda resistir [leitura do estudo].

A tradição leu essa ausência como o ponto cego do sistema. Adorno diz que “a necessidade de dar voz ao sofrimento é a condição de toda verdade” (*Negative Dialektik*, p. 29) [V via secundária] e escreve que o sentimento “se insurge […] contra o fato de que se espreme do destino das vítimas um sentido, por mais exaurido que seja” (p. 352). Na Tese IX, de Benjamin, o anjo da história “gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos” [V via secundária]; a tese não nomeia Hegel, e a leitura contra a *Filosofia da*

História é de intérpretes. Levinas escreve que “a justificação da dor do próximo é, certamente, a fonte de toda imoralidade” (“O sofrimento inútil”, em *Entre nós*) [V-pt].

Ricoeur traça uma divisão vizinha, em outro eixo: para a ação, o mal “tem que ser combatido”; diante do sofrimento, a pergunta passa de “Por quê?” a “Por que eu?” (*El mal*, ed. esp., pp. 60 e 62) [V-es]. E adverte que o mal cometido e o padecido se entrelaçam [V via secundária]. Questão aberta (l): onde passa a fronteira entre noite e lobo quando o mal padecido é em parte cometido? Metz e Neiman apontaram a mesma lacuna [V via secundária; localização a confirmar]. São leituras, não Hegel; convergem, porém, no que o texto confirma.

Duas vozes de raiz confessional entram aqui como material, não como doutrina: o cânon não as adota; o estudo as nomeia porque iluminam o intervalo e a Vigília. A primeira é a teologia do Sábado Santo, o dia entre a sexta e a manhã. Balthasar o pensa como o estar morto de Cristo, solidariedade com os mortos dentro do mistério pascal (*Mysterium Paschale*, 1970) [paráfrase; localização a confirmar]. O contraponto é Hegel contra essa teologia, não contra o cânon.

A segunda é Simone Weil, no ensaio “L’amour de Dieu et le malheur”. A desgraça, escreve, é “antes de tudo anônima”: “priva aqueles que atinge de sua personalidade e faz deles coisas”, e “nunca mais crerão que são alguém”. O livro de Jó é, para ela, “uma pura maravilha de verdade e de autenticidade”, e “é preciso que a alma continue a amar no vazio”: sem explicação, permanência sem vitória, embora o texto prossiga com uma visita de Deus, que a Vigília não promete. Nesses dois movimentos Weil é aliada da Vigília; no terceiro, não: os que chamamos criminosos “não são senão telhas soltas de um telhado pelo vento”, e os horrores “encerram uma beleza”. Isso dissolve o lobo na noite, o que o cânon chama abdicação, e se aproxima de dizer que o horror é necessário, o que a Vigília, ao prometer presença e não vitória, não diz. Citá-la sem esse limite seria citação seletiva.

E há o lobo. Hegel diz que a história universal é o “tribunal do mundo” (*Filosofia do Direito*, §340), e daí é fácil concluir que ele entrega a justiça ao desfecho. É preciso corrigir, em favor de Hegel, três coisas. Primeiro: a história universal, escreve, “não é o mero juízo de seu poder, isto é, a necessidade abstrata e sem razão de um destino cego” (§342); culpa e inocência, felicidade e infelicidade, dos Estados e dos indivíduos, “têm, na esfera da efetividade consciente, seu significado e valor determinados, e nela encontram seu juízo e sua justiça, imperfeita porém. A história universal cai fora desses pontos de vista” (§345). Segundo: o tribunal do mundo julga povos; o caso individual tem o seu foro, que “cabe a um poder público, o tribunal” (§219). Terceiro: no plano do agente, Hegel rejeita que o fim santifique os meios — “o fim santo nada mais é do que a opinião subjetiva sobre o que seja bom e melhor” (§140, Observação) — e imputa ao sujeito singular, “sem restrição”, a culpa de seu mal (§139).

O custo está em outros parágrafos (§§347–351). No plano dos povos, diante do portador da época, “os espíritos dos outros povos são sem direito” (*rechtlos*, §347); a fundação de Estados pode valer como *Heroenrecht*, direito dos heróis (§350) [paráfrase]; os “bárbaros” têm direito desigual (§351) [paráfrase]. São os parágrafos mais contrários ao que o cânon diz do lobo. O cânon responde pela Vigília: diante do lobo “não se vela: resiste-se, e deve-se justiça, porque há uma luz devida ao outro”. Não há foro do desfecho, nem para os povos: a luz devida ao outro é devida agora [leitura do estudo].

Neste ponto, em leitura do estudo, a Vigília fica ao lado dos leitores que recusaram a reconciliação depois das catástrofes que a história não redimiu, e a companhia mais exata é a de Adorno. Ele inverte a frase do Prefácio da *Fenomenologia* — “o verdadeiro é o todo” — em “o todo é o falso” (*Minima Moralia*, §29) [V-en]. E escreve que Hitler impôs aos homens “um novo imperativo categórico: organizar seu pensar e agir de modo que Auschwitz não se repita, que nada semelhante aconteça” (*Negative Dialektik*, p. 356). O imperativo corresponde ao “resiste-se” do lobo; a Vigília partilha a recusa, sem adotar o autor.

Adorno é aliado com espinhos: “nenhuma palavra tingida de elevação, nem mesmo a teológica, tem direito, sem se transformar, depois de Auschwitz” (p. 358), e o cânon fala em luz e em templo — questão aberta (d), a decidir pelo fundador. E no §33 de *Minima Moralia* confessa um impasse: não seria carrasco a preço algum, mas não quereria deter quem quisesse vingar atrocidades passadas, “uma resposta insatisfatória e contraditória de ponta a ponta” [V-en]. Vingar perpetua o horror e poupar deixa o mal impune [paráfrase]. A Vigília diz que ao lobo se deve justiça e não diz que justiça é essa; a Regra da Misericórdia trata de quem falha na regra, não de poupar os autores do mal. Questão aberta (g): a justiça devida diante do lobo, e distinta da vingança. A nota da edição da Disputatio dá as duas lacunas por respondidas pela Vigília; em leitura do estudo, a Vigília respondeu à primeira (a Bússola sem formulação para o mal sofrido) e nomeou a segunda, “deve-se justiça”, sem a desenvolver. Que justiça seja essa, e como se distingue da vingança, o texto do cânon não formula: é matéria, como a própria Disputatio previa, de “um tratado dedicado”.

Chega-se, assim, à tese do estudo. Hegel olhou o mal de frente, concedeu o luto, rejeitou o fim santo, manteve a culpa do sujeito singular e a justiça no foro em que cabe; este estudo o reconhece. A Vigília não dá o passo seguinte: promete presença, não vitória. O passo seguinte seria que o negativo, olhado de frente, fosse convertido; que o curso, como diz Hegel, “não fica aqui”; que a dor do mundo fosse lida como “condição” e “preparação”. São passos de Hegel, e só dele. A dialética como método é a descoberta de que uma doutrina cresce pelas objeções que leva a sério (3.3): o negativo de que ela cresce é a falha de um texto diante de uma objeção, e não a noite diante de quem a atravessa. Como teodiceia, a dialética lê a noite a partir do fim; a Vigília a lê a partir de quem está nela. Daí a fórmula do estudo, que só o fundador pode adotar: aceitar a dialética como método de crescimento doutrinal e recusá-la como teodiceia.

E daí a pergunta que o estudo propõe ao fundador como segunda face da série, que até aqui indagava o que há no fundo da pessoa: o que há no fundo da noite? Segundo Hegel, uma razão com a qual o espírito pensante pode reconciliar-se. O cânon não descreve um fundo da noite: promete presença, e “ninguém ficará sem luz dentro da noite”. A resposta que o estudo propõe é uma luz acesa dentro da noite, que não precisa do fim para valer.

5.3 A luz sem nome: contra a hierarquia das religiões

Duas fronteiras estão traçadas, a da luz e a da noite. A terceira passa pelo nome. Hegel ordena as religiões, e a medida que um texto seu deixa ver, e que o estudo toma por régua, é o valor que cada uma reconhece à pessoa; o cânon, por independência confessional, não as ordena.

Na Introdução às *Lições sobre a História da Filosofia*, Hegel escreve: “Nas religiões orientais a relação principal é esta: só a única substância, como tal, é o verdadeiro, e o indivíduo não tem valor em si […]. Na religião grega e na cristã, ao contrário, o sujeito se sabe livre e deve assim ser conservado” (*keinen Wert in sich*). O *Individuum* que ali tem ou não tem valor designa o ser humano singular, a pessoa no sentido do cânon (ver 2.5). O “indivíduo” das Águas Comuns, que se define pelo que o separa, tem parentesco com o que Hegel nomeia, em outras páginas, *ausschließende Einzelheit*, a singularidade que exclui (ver 5.1) [leitura do estudo]. Lida assim, a régua faz uma pergunta vizinha da pergunta da série, o que há no fundo da pessoa, e por isso merece ser pesada, não apenas recusada.

A resposta, porém, é a de um percurso. O que a história vai conquistando é o saber do valor da pessoa: segundo Hegel, esse saber vai de “um é livre” a “alguns são” e a “todos os homens em si” (*Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução; ver 2.9). O verbo é saber, e é nele que a régua se apoia (ver 4.1).

A ordem das religiões segue o mesmo movimento. Nas *Lições sobre a Filosofia da Religião* de 1832 ela vai da natureza à individualidade espiritual, e daí à religião “consumada”, a cristã (a lista está em 2.10; cursos posteriores alteram a ordem [localização a confirmar]). A ordem é de Hegel e vai toda para um fim, pois cada religião é um grau do conceito de religião; o texto, porém, fala em percurso, não em “escada” [paráfrase; localização a confirmar]. No cume dessa ordem pensa-se uma passagem, a da representação ao conceito, que o próprio Hegel formula como mudança de forma com o mesmo conteúdo (ver 2.10). É tese geral, sobre as formas do espírito absoluto. Nenhuma das passagens lidas sobre ela fala de oração ou de liturgia; qualquer consequência para a prática seria inferência do estudo, e como tal será marcada.

Hegel fala também de duas luzes. A religião persa, que ele chama de religião do Bem (*Religion des Guten*), é a “religião da luz”. Diz Hegel: “O Bem ainda é o Bem em geral […] o Bem que ainda tem existência de modo natural; é isso, em geral, o que se chama religião da luz” (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, 1832, I) [página a confirmar]. E, na resenha de

1827 ao ensaio de Humboldt sobre o *Bhagavad-Gita*, aparece a prece de um brâmane ao sol, “a luz misteriosa […] que habita em mim” (*Das geheimnisvolle Licht […], das in mir wohnt*) [tradução do estudo]. A religião persa da luz é o Bem ainda abstrato e natural, ainda não espírito [leitura do estudo]; a prece do brâmane pertence a outra casa e ao seu léxico (ver 5.4). O cânon fala de luz interior e pessoal, não de luz natural nem de uma religião da luz, e por isso o estudo não toma nenhuma das duas como apoio. Se alguma delas é a Luz sob outro nome, o cânon não decide: o nome fica com cada um.

Os intérpretes modernos perguntam quanto da hierarquia vem do esquema de Hegel e quanto das fontes que ele tinha. Hegel dependia de relatos de segunda mão: o enviado Turner, Rémusat, Colebrooke. Roger-Pol Droit mostrou que o século XIX europeu viu no budismo um “culto do nada” que projetava o próprio niilismo (*Le culte du néant*, 1997) [V via secundária]. Deyve dos Santos conclui que Hegel lê mal a doutrina e as práticas budistas por usar fontes de sua época (*Revista Dialectus*, 2014) [V via secundária]. Para Kwok Kui Wong, o juízo baixo sobre Laozi viria da visão desenvolvimentista de Hegel (*Philosophy East and West*, 2011) [V via secundária]. Os detalhes estão em 5.1 e 5.6.

O cânon, por sua vez, não gradua casas, e a razão está escrita nele:

> Lumen Fluens não pertence a nenhuma religião oficial — e não exclui nenhuma. Para quem crê, a Luz tem nome próprio: para o cristão, é o próprio Deus. Para quem não crê, é a consciência mais funda, o verdadeiro em si. A filosofia não decide isso por ninguém; exige apenas fidelidade à luz, seja qual for o nome que cada um lhe dê (Cânon Lumen Fluens, v1.2, Independência confessional).

Graduar as casas seria decidir qual dos nomes diz mais da Luz, e decidir é justamente o que a filosofia não faz. Por isso o estudo não discute se o cume da ordem de Hegel está bem posto: discuti-lo seria tomar partido, e o cânon não toma.

Há uma segunda razão, de estrutura. A régua mede o que cada casa *sabe* do valor da pessoa; a Lux, “anterior a qualquer conquista ou circunstância”, não espera por esse saber. Quem habita uma casa que, na letra de Hegel, não reconhece esse valor não tem por isso menos luz. Pensar o contrário reintroduziria pelo avesso o desempenho que o Pilar I existe para curar: cada luz, diz o Tratado da Luz Interior, é “não relativa, não comparativa, não sujeita a ranking”. Hegel gradua porque a sua resposta é um percurso; a série visita casas porque a sua resposta é uma luz (ver 5.7). E “uma filosofia que precisa diminuir as outras para existir não confia na própria luz” (Princípio da série).

Quanto à passagem da representação ao conceito, o cânon não a adota e este estudo não a julga. Adotá-la, porém, equivaleria, por inferência do estudo, a dizer que o nome que o crente dá à Luz e a consciência mais funda de quem não crê exprimem um mesmo conteúdo em duas formas, uma delas mais adequada. Seria tomar partido entre os nomes da Luz, e a independência confessional deixa o nome a cada um. A Antífona é aquilo que o cânon deliberadamente não explica, e o estudo também não.

Fica uma questão aberta (h), e ela é do estudo, não de Hegel. Nas casas orientais Hegel declara indeterminado o mais alto e vê nisso o nada, e devolve a acusação à Europa: o "Deus não pode ser conhecido" dos modernos é, diz ele, "apenas uma expressão mais branda" de "Deus é o nada" (ver 5.7). O cânon, por sua vez, deixa a Luz sem nome. Alcançaria essa reserva a acusação de que o indeterminado é nada? Contra a acusação: sem nome não é sem determinação, pois a luz do cânon é "pessoal, atemporal e irredutível" (fecho das fichas I–VI) e tem prática, Acender, Portar, Examinar. A favor dela: essas determinações vêm da vida e dos Pilares, não do conceito, e quem leia o cânon com a régua da *Lógica* pode ver, no que se deixa sem decidir, uma determinação que falta. Se uma luz sem nome pode ser determinada pela vida sem o ser pelo conceito, fica por responder.

5.4 A Bússola antes da coruja

A quarta fronteira passa pela hora da decisão. A Bússola veta antes de se percorrer o caminho, e a filosofia, diz Hegel, só chega ao entardecer.

"O que é racional é efetivo; e o que é efetivo é racional" (Prefácio da *Filosofia do Direito*). A frase não canoniza o que existe. *Wirklich*, efetivo (ver 2.6), é termo técnico, e a *Enciclopédia* (§6, Observação) separa a efetividade enfática da existência ao acaso: "Na vida comum, chama-se de efetividade, ao acaso, por exemplo, toda ideia súbita, o erro, o mal […]" [tradução do estudo]. O mal, nesse registro, não é efetivo; Hegel merece ser lido assim. A frase pertence a uma posição maior, a de que "a razão governa o mundo e […] também na história as coisas se passaram racionalmente" (*Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução). E pertence a uma tarefa: "Reconhecer a razão como a rosa na cruz do presente […] essa visão racional é a reconciliação com a efetividade", que "tampouco se contenta com o desespero frio" (Prefácio; ver 4.2). Para Hegel, portanto, reconciliar-se é conhecer, e não resignar-se. E conhece-se tarde: a filosofia chega "sempre tarde demais" para "ensinar como o mundo deve ser", pois "a coruja de Minerva só começa seu voo com o cair do crepúsculo". O Prefácio fala do ofício da filosofia; não diz o que cada um deve decidir amanhã [leitura do estudo].

O mesmo Hegel, porém, pressiona o que o cânon chama Bússola. O estoicismo, escreve na *Fenomenologia* (§200), "ficou, por isso, em apuros quando lhe perguntaram […] pelo critério da verdade": suas palavras, verdadeiro, bom, sabedoria, virtude, são gerais e elevadoras, mas sem desdobramento, e "logo começam a entediar". É a objeção de 2.5 vista pelo outro lado: a liberdade que só se pensa é "só o conceito da liberdade", sem conteúdo que a oriente. Nas *Lições sobre a História da Filosofia* a objeção ganha nome técnico. A impressão cognitiva, "o célebre critério de verdade dos estoicos", é "muito formal"; o critério deles "é o princípio de contradição"; e, na ética, conclui Hegel: "Não se pode estabelecer um critério último e decisivo do que seja bom". Ele acrescenta, contudo: "Ainda que essa

independência e liberdade seja apenas formal, é preciso reconhecer a grandeza desse princípio.”

Dois leitores modernos ajudam a pesar a objeção. Pierre Hadot reabilitou, por implicação, o “parenético” que Hegel desdenhava: o que lhe parecia sermão era exercício espiritual (*Exercícios espirituais e filosofia antiga*, 2014) [inferência do estudo; página a confirmar]. Long e Sedley lembram que a Stoa respondia à pergunta pelo critério com a impressão cognitiva, que o próprio Hegel nomeia (*The Hellenistic Philosophers*, 1987) [localização a confirmar]. Entre o §200 e as *Lições* a crítica passa da falta de critério à sua forma, de “em apuros” a “formal” [leitura do estudo]. É a esse segundo golpe que a Bússola está exposta.

A resposta do cânon começa pela letra da Bússola, que “não escolhe os caminhos por ninguém; ela apenas veta os que exigiriam apagar a luz para percorrê-los”. A objeção de Hegel atinge o que o estoico pretendia ser, um critério de verdade. Em formulação do estudo, a Bússola é veto de fidelidade, não critério de verdade. Não pergunta o que é verdadeiro nem o que é bom: pergunta se a luz está lá e se se pode estar lá inteiro, sem se trair, e o cânon diz por quê: “Porque eu sem a minha luz sou uma mentira.” Assim lida, é formal, e a forma é do ofício: um veto que obrigue sem condição não pode depender de uma doutrina do bem.

Mas, se a Bússola fosse toda a ética do cânon, a objeção valeria por inteiro. Não é. Ela é o primeiro dos quatro elementos erguidos sobre os Pilares, e o cânon o diz: “A Bússola protege a minha luz; o Abrigo a oferece.” O conteúdo positivo vem de fora do veto, e de três lugares. Do Abrigo, com os seus “braços onde o cansado descansa, casa para quem está cansado de estar só”. Das Águas Comuns, onde “tudo isso é manutenção das águas”: a palavra verdadeira posta em circulação, a confiança honrada, a vez respeitada, o espaço comum cuidado. E da Vigília, que diante do lobo manda resistir e deve justiça (que justiça seja essa continua em aberto: questão (g), em 4.2).

A Disputatio, aliás, já reconhecera por conta própria que a Bússola, sozinha, não cobre o mal sofrido: ela “não possui ainda uma cláusula equivalente” para quem não escolheu o caminho, e a lacuna pedia “um princípio distinto do veto” (*ad secundum*). A Vigília veio responder a essa lacuna.

Resta saber se isso basta, e a pergunta fica declarada como questão aberta (i), do estudo e não de Hegel. Hegel registra que, na ética estoica, decide o sujeito a partir de si, como última instância, a consciência moral (*Gewissen*) [paráfrase]; a pergunta “a luz está lá?” também é feita pelo próprio sujeito. No cânon, o conteúdo vem do Abrigo, que nomeia gestos (braços, casa, confidência), e das Águas Comuns, que nomeiam bens, não instituições; juntos, põem o outro e o comum na vida de quem pergunta. Mas se isso tira da Bússola o seu último juiz solitário, o estudo não o decide.

Duas figuras do capítulo 2 voltam aqui (ver 2.6). A bela alma foge ao contato com a realidade para guardar a pureza do coração; seu par, o juiz, é “o coração duro, que é para si e

rechaça a continuidade com o outro” (*Fenomenologia*, §§658 e 666–667). E há a passagem do matadouro (ver 2.9), em que Hegel diz que o perecer é obra não só da natureza, mas da vontade dos homens [paráfrase]. Ali chama de egoísmo (*Selbstsucht*) o recuo de quem “está na margem tranquila” (*Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução).

A resposta vem da Margem: “Retirar-se não é represar: quem atraca não desvia o rio — guarda a lamparina do vento.” E acrescenta: “A margem também é rio; o silêncio à beira d’água também é presença.” Distingue o retiro do abuso por duas marcas: “o retiro é discreto, e guarda a luz para devolvê-la ao fluxo”. O estudo lê as duas marcas como resposta às duas figuras de Hegel. A discrição exclui o juiz, porque o retiro não grita a própria ausência nem julga os que ficam; a devolução exclui a pureza que se guarda a si mesma, a lamparina de museu que o Abrigo já condenara.

Hegel tem razão em duas coisas, e o estudo as concede em nome da Margem. A primeira: as marcas podem ser invocadas por qualquer um, e a bela alma é capaz de chamar-se retiro; verificá-las cabe ao Examinar de quem se retira [leitura do estudo]. A segunda: a Margem não serve de álibi diante do lobo. Se o perecer é obra de vontade humana, a Vigília tem nome para isso, o lobo, e diz dele que “a luz o enfrenta sempre que aparece”; confundi-lo com a noite é abdicação. Que a frase de Hegel toque a distinção do cânon é leitura do estudo; ela não a reproduz. O texto da Margem trata de quem “precise estar perto sem se agregar”; não o aplica ao lobo. E a imagem se inverte: a margem tranquila de Hegel é o recuo que ele chama de egoísmo; no cânon, a margem também é rio.

Hegel, assim, não está contra a Bússola: a coruja e a Bússola respondem a perguntas de horas diferentes. O próprio cânon tem a sua coruja, o Examinar ao fim do dia e a revisão do rio a cada estação, em que se olha para trás e se nomeia “o que mudou em mim, o que resisti em vão, o que entreguei bem” (compreensão feita ao entardecer [leitura do estudo]). Mas a Bússola é pergunta que se faz diante do caminho, antes de percorrê-lo, sem esperar que a história mostre se era racional; e a noite inteira vem depois do crepúsculo em que a coruja começa o voo. A coruja vê ao entardecer; a Vigília é para a noite: *Lux in tenebris vigilat*.

Quatro fronteiras estão traçadas: a luz, que se revela; a noite, que se vela; o nome, que se deixa a cada um; a hora, em que se decide.

5 HEGEL DIANTE DAS CASAS QUE JÁ VISITAMOS

A régua de Hegel (4.3) e a pergunta pelo conteúdo da Bússola (4.4) vão agora às seis casas que a série já visitou. A régua faz uma pergunta vizinha da pergunta da série (o que há no fundo da pessoa?): que vale o *Individuum* em si? Hegel não nega o valor da pessoa (ver 2.8), mas só o vê efetivo onde foi sabido e formado (*Bildung*), e daí vem a ordem das religiões nas *Lições sobre a Filosofia da Religião* de 1832 (ver 2.10), com os seus graus do conceito de religião, que são dele e vão todos para um fim. A série não os herda: a fronteira com a Lux passa entre o "efetivo/sabido" e o "revelado", não entre ter valor e não tê-lo (ver 4.1), e ela visita casas, não as gradua (ver 4.3). Quando este capítulo põe "dignidade" em face de "vacuidade", fala da pessoa; que o *Individuum* de Hegel, o ser humano singular, corresponda à pessoa do cânon é leitura do estudo (vocabulário: ver 2.5 e 4.3).

Hegel conheceu cinco das seis casas. Três, o budismo, o Vedanta e a China do Tao, ele as viu de longe, por relatos de viajantes, jesuítas e orientalistas; duas, o estoicismo e o cristianismo, lhe eram familiares. O existencialismo veio depois, e dele falam os outros. Quanto às fontes: as passagens sobre a história e as religiões vêm de lições reunidas por discípulos após a morte do mestre; são de sua mão as obras publicadas (*Fenomenologia do Espírito*, *Ciência da Lógica*, *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, *Linhas fundamentais da filosofia do direito*) e a resenha de 1827 ao ensaio de Humboldt sobre o *Bhagavad-Gita*. Em cada casa a ordem é a mesma: o que Hegel escreveu; o que a tradição discute; o que a ficha, o resumo publicado do estudo correspondente, já dissera; e o que o cânon responde. Nessa última voz, as palavras do cânon vão entre aspas ou levam o nome do elemento; o que passa disso é leitura do estudo. As traduções para o português são de trabalho; onde as fontes só traziam o original, o português é do estudo, e as Fontes dizem quais são.

6.1 Budismo

Hegel trata o budismo, junto com o lamaísmo, como *Religion des Insichseins*, religião do ser-em-si. Nas *Lições sobre a Filosofia da Religião* (Parte II), diz que ela, "por baixa e pobre que pareça, […] está mais alta que a que diz: Deus não pode ser conhecido", e escreve que ali "o nada e o não-ser é o último e o mais alto". Afirma que o nirvana é aniquilação, "o mais alto" para o homem. Registra, porém, que o primeiro atributo do Dalai-Lama é "esquecimento e compaixão". Nas *Lições sobre a Filosofia da História*, diz do lamaísmo que a singularidade excludente (*ausschließende Einzelheit*), parente do "indivíduo" das Águas Comuns [leitura do estudo], fica "subordinada àquela substancialidade"; e, no capítulo da China, que Fo põe "o desprezo do indivíduo" (*Verachtung des Individuums*) como perfeição [tradução do estudo]. São palavras dele, em que o *Individuum* é a pessoa [leitura do estudo], e a série não as adota.

Os leitores modernos começam pelas fontes de Hegel. Ele dependia de um enviado inglês, Turner, e fundia “Fo, Buddha, Dalai-Lama” numa só figura, embora admita “uma diferença entre budismo e lamaísmo”. Roger-Pol Droit mostrou que o século XIX europeu viu no budismo um “culto do nada” que projetava o próprio niilismo (*Le culte du néant*, 1997 [V via secundária]); Deyve dos Santos sustenta que Hegel lê mal a doutrina e as práticas por usar fontes de sua época (2014 [V via secundária]). Pela própria tradição budista, *nibbāna* é extinção da sede, não do ser [paráfrase; localização a confirmar].

O Estudo I tocou o budismo na impermanência, na atenção plena, no não-apego de Mutatio e na compaixão (*mettā*) do Abrigo; separou-se em luz atemporal contra *anattā*, celebração contra renúncia e dignidade contra vacuidade (*śūnyatā*).

Para o estudo, Hegel serve para nomear a fronteira: a pergunta da régua cai onde a ficha pôs “dignidade vs. vacuidade”, e a compaixão que ele viu no Dalai-Lama confirma o toque em *mettā*. O risco está no “nada”: se passar de rótulo a descrição, a crítica o desfaz, e adotá-lo trairia a regra de apresentar cada casa em sua melhor forma. Usa-se Hegel para situar a fronteira, não para dizer o que o budismo é; a exigência que ele próprio faz às religiões o julga (ver 5.7).

6.2 Estoicismo

A *Fenomenologia* dá ao estoicismo a liberdade “tanto no trono quanto nas cadeias” e o seu limite (ver 2.5 e 4.4). O §199 não nomeia ninguém; ler nele imperador e escravo é leitura dos comentadores. As *Lições sobre a História da Filosofia* nomeiam Sêneca, Epicteto e Antonino e levam a filosofia deles a “um rumo retórico e parenético, de que, tanto quanto de nossos sermões […], não se pode fazer menção”. Hegel reconhece, porém, o parentesco do estoicismo com Heráclito (ver 3.2) e a grandeza do princípio estoico, ainda que formal (ver 4.4).

Aqui a crítica contesta um juízo, não uma fonte. Pierre Hadot, como se viu em 4.4, reabilitou por implicação o “parenético” como exercício espiritual [inferência do estudo; página a confirmar]: o que Hegel tomava por sermão era prática de vida.

O Estudo II chamou o estoicismo de parente mais próximo na prática: o rio de Heráclito, o *lógos*, o exame noturno de Sêneca, ancestral do Examinar, e o portar o involuntário de Epicteto. Separou-se em *apatheia* contra celebração, amor ao destino contra mensagem e cidadela interior contra Abrigo.

Para o estudo, Hegel explica por que, na ficha, “cidadela interior, não”: liberdade só no pensamento é conceito sem vida. Sobre quem venera a necessidade, terreno do amor ao destino, ele reconhece “grandeza e calma”, mas chama essa liberdade “apenas a abstrata” (*Lições sobre a Filosofia da Religião*); a consolação que lhe contrapõe é, segundo Hegel, aquela em que “o negativo se converte em afirmativo” — o que a Vigília não subscreve. O preço é duplo. Hegel tira da filosofia o exercício que o Estudo II chama de ancestral do

Examinar, e o seu juízo de que o critério é formal alcança a Bússola, que, nas palavras do cânon, “apenas veta”. De onde vem o conteúdo positivo? A pergunta fica aberta, a questão (i); 4.4 a examina.

6.3 Cristianismo

Hegel chama o cristianismo de “religião consumada” (*vollendete Religion*), e também de “manifesta” (*offenbare*): “Um espírito que não é manifesto não é espírito” (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, Parte III). Seu conteúdo é a Encarnação (*Fenomenologia*, §759). Pede que o princípio da religião se busque “no espírito vivo, em vós mesmos”, não “no túmulo entre os mortos” (*Lições sobre a Filosofia da História*), e se declara luterano, “e quero continuar sendo” (*Lições sobre a História da Filosofia*, Introdução). Nos volumes consultados, Agostinho, o do Estudo III, quase não comparece: são seis ocorrências, todas à margem; uma delas, ao resumir Malebranche, lhe atribui “Não digais que vós mesmos sois a vossa própria luz” [localização a confirmar].

Kierkegaard, por Johannes Climacus, escreve que “a especulação não deve chamar-se cristã”, frase que nomeia o puro pensar de Hegel, *Hegels rene Tænken* (*Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas*, 1846); por Anti-Climacus, que Deus e homem não “corram juntos num só […] no Sistema” (*Sygdommen til Døden*, ou *A doença para a morte*, 1849), sem nomear Hegel. Hegel é discutido por Barth, criticado por Balthasar e lido com simpatia por Küng e por Jüngel [paráfrase; localização a confirmar]. E é leitura de Wahl e de Hyppolite, não de Hegel, que a consciência infeliz seja a cristandade medieval: o §217 da *Fenomenologia* fala de um túmulo, sem nomear as Cruzadas; quem as nomeia é a *Filosofia da História*.

O Estudo III o chamou a convergência mais profunda e a fronteira mais importante: a dignidade anterior ao mérito (a imagem de Deus), a luz de Jo 1,9, Agostinho, a misericórdia, o Abrigo. Separou-se em estrutura contra revelação — “não nomeamos a origem da Luz” —, ausência de culto e silêncio sobre o depois do rio.

Para o estudo, Hegel traz um acerto, ao pôr o princípio no espírito vivo e não no túmulo, e quatro dificuldades. Primeira: *offenbar* é falso amigo (ver 4.1). Em Hegel é o espírito que não pode deixar de se manifestar, sem núcleo oculto, Deus “não mais um além, um desconhecido”; o “revela-se” do Pilar I supõe uma luz que já está. Segunda: duas teses suas são filosóficas, e o cânon não decide com elas a origem da Luz. A de que o espírito que percebe o divino “é o próprio espírito divino” (*Lições sobre a História da Filosofia*, Introdução), e a de que o saber que Deus tem de si é “sua autoconsciência no homem” (*Enciclopédia*, §564, Observação, em citação de Göschel que Hegel acolhe). Terceira: a frase que Hegel, resumindo Malebranche, atribui a Agostinho trata da origem da Luz, e essa origem o cânon deixa em aberto (*Tratado da Luz Interior*, Fundamentação); a frase não é apoio nem

objeção. Quarta: a crítica de Hegel à cristandade medieval é de luterano declarado, de dentro, e não serve de arma de fora.

6.4 Vedanta

O texto publicado mais extenso de Hegel sobre a Índia é a resenha de 1827 ao ensaio de Humboldt sobre o *Bhagavad-Gita*, feita sobre Colebrooke, Jones, Wilford e Anquetil-Duperron. Mal pronuncia "Vedanta". Resume que, por esse meio, "a alma particular se torne Deus", e julga que Brahma "é a unidade apenas como universalidade abstrata, como substância sem determinação". Este "puro ser", por não ter sido levado "até a determinação da subjetividade infinita", dá o "panteísmo indiano". Na resenha, não nomeia Śaṅkara nem o *tat tvam asi*. Mas, ao relatar o Sāṃkhya nas *Lições sobre a História da Filosofia*, registra "muitas almas" e chama "um grande pensamento" a união de alma e natureza.

Wilhelm Halbfass fez o estudo de referência sobre a recepção europeia da Índia (*India and Europe*, 1988 [V via secundária]); Aakash Singh Rathore e Rimina Mohapatra põem, em *Hegel's India* (2017 [V via secundária]), o fascínio ao lado das desqualificações. A resposta advaitina diz que Brahman é *sat-cit-ānanda* — ser, consciência, bem-aventurança —, não vazio [paráfrase; localização a confirmar].

O Estudo IV chamou o Vedanta de parente mais próximo da luz do cânon: o *ātman* que não nasce nem morre (*Katha Up.* II.18–19) é o eco mais direto da luz interior, e revelar, não fabricar, é o gesto de ambos. Separou-se em participação contra identidade — no advaita, *tat tvam asi*; para o Lumen Fluens, cada luz é única — e em história real: o rio tem margens, não é véu (*māyā*).

Hegel mostra onde cai a fronteira: a "alma particular" que "se torne Deus" é a identidade onde a ficha traçou participação contra identidade; a "subjetividade infinita" dá o critério; e o Sāṃkhya mostra uma Índia plural que o selo "panteísmo" achata. Mas atrapalha, porque repete o "abstrato" e esse selo, e porque critica um Vedanta de segunda mão, sem Śaṅkara, que não é o da ficha. Duas vizinhanças de palavra, já vistas em 4.3: a prece do brâmane ao sol e a "religião da luz" persa. Usam a palavra luz; o estudo não as toma como apoio nem como objeção, porque o cânon não decide qual luz, em outras casas, é a Luz.

6.5 Existencialismo

Sobre os existencialistas Hegel nada diz: morreu em 1831, e aqui falam os outros; o que escreveu serve de alvo. O mais próximo, em seu texto, é a bela alma da *Fenomenologia* (§658; ver 2.6 e 4.4), que foge ao contato com a realidade para guardar a pureza do coração; e, no Prefácio, "O verdadeiro é o todo" (§20; ver 2.4) [leitura do estudo].

Kierkegaard, por Johannes Climacus, concede o sistema lógico e nega o da existência: "a) pode-se dar um sistema lógico; b) mas não se pode dar nenhum sistema da existência" (*Pós-escrito*, 1846). Numa nota, nega a ponte que o próprio Hegel faz com Heráclito e tem

por “ilusório” o que em Hegel se diz de processo e devir (ver 3.2). Por Anti-Climacus, retrata o pensador que ergue um palácio imenso e mora no celeiro ao lado (*Sygdommen til Døden*, 1849), sem nomear Hegel; a tradição o lê ali. Sartre aceita “a intuição genial de Hegel” de fazer o eu depender do outro, mas recusa o ponto de vista do Todo, “por princípio impossível” (*L’Être et le néant*, 1943 [V via secundária]). Heidegger censura o ser concebido como imediato indeterminado e “posto pelo sujeito que determina e concebe” (“Hegel und die Griechen”, 1958 [V via secundária]).

O Estudo V tocou os existencialistas contra a vida por papéis — a má-fé de Sartre, o “a gente” de Heidegger —, na Bússola como autenticidade e em Kierkegaard, a ponte. Separou-se em invenção contra revelação — para Sartre a existência precede a essência; para o Lumen Fluens, a luz precede a existência vivida — e em absurdo contra pertencimento.

Para o estudo, os existencialistas são aliados parciais. O palácio e o celeiro dizem, por Kierkegaard, o que a integridade pede; e a objeção ao ponto de vista do Todo tem eco, em leitura do estudo, no cânon, para o qual “a luz é pessoal, nunca individual”, sem que o rio seja negado. Mas Sartre rejeita o *Mitsein* (segundo Alves [V via secundária]), oposto às Águas Comuns e ao Abrigo; e o devir que este estudo vê Hegel afirmar (ver 3.2) é, para Kierkegaard, ilusório: o leitor deve saber que a controvérsia existe. A bela alma, enfim, lembra um aviso que o cânon já dera a si mesmo [leitura do estudo]: “uma filosofia que só protege a própria luz vira lamparina de museu” (ver 4.4).

6.6 Taoísmo

Hegel trata a China como “religião da medida” e “império da duração”. Descarta, porém, o preconceito de que durar valha mais que passar: “as montanhas imperecíveis não são mais excelentes que a rosa que depressa se desfolha em sua vida que se esvai em perfume” (*Lições sobre a Filosofia da História*). Da religião do Tao diz que com ela não se liga “nenhuma moralidade propriamente dita, nenhuma racionalidade imanente, pela qual o homem tivesse valor, dignidade em si” (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, Parte II); na mesma página usa *Aberglaube*, superstição, em tom que a série não adota. Na *História da Filosofia*: “o mais alto, o último, o originário […] é o nada, o vazio, o totalmente indeterminado […]; chama-se também Tao, a razão”; “se o filosofar não foi além de tais expressões, então está no primeiro degrau”.

Também aqui Hegel dependia de segunda mão: a tradução do *Daodejing* que viu em Viena e Rémusat, para quem *Tao* diria em grego *lógos*. Kwok Kui Wong sustenta que ele está na tradição socrática da definição (*Bestimmung*), ao passo que Laozi propõe conhecer deixando o sentido das coisas aparecer por si; o juízo baixo viria da visão desenvolvimentista de Hegel (2011 [V via secundária]). Mario Wenning lembra que, nas lições tardias sobre a religião, Hegel valoriza o daoísmo como razão especulativa com elementos místicos (2017 [V via secundária]).

O Estudo VI chamou o taoísmo a água como mestra: o *wu wei* (*Tao Te Ching* 8) é parente do portar, e o inútil necessário daria ao sabbath do fluxo a bênção de Zhuangzi. Separou-se em impessoal contra pessoal — o Tao é inominável, e no rio permanece alguém (para quem crê, a Luz tem nome próprio, pela Independência confessional) — e em espontaneidade contra regra.

Hegel traz dois presentes. Que durar não valha mais que passar é um aliado inesperado para Mutatio; e o seu critério, "valor, dignidade em si", desenha a fronteira da ficha, impessoal contra pessoal, pelo avesso: mesma linha, uso oposto. Ele tira dela um grau na ordem das religiões; a ficha, um limite entre casas vizinhas. Dois obstáculos: trata o Tao como "abstração" e "nada", e a água do capítulo 8 do *Tao Te Ching* é imagem, não conceito; e o seu tom não pode ser adotado. De Zhuangzi, de quem o Estudo VI tirou o inútil necessário, Hegel nada diz nos volumes consultados.

6.7 O padrão

Olhadas juntas, as visitas repetem um gesto. Nas casas orientais Hegel chega ao mais alto, ao originário, declara-o indeterminado e vê no indeterminado o nada ou a abstração. No budismo, "o nada e o não-ser é o último e o mais alto"; em Brahma, "substância sem determinação"; no Tao, "o nada, o vazio, o totalmente indeterminado". Reconhece-se o eco do começo da *Ciência da Lógica*, onde o ser puro, sem determinação alguma, é o mesmo que o nada (ver 2.2 e 3.2) [leitura do estudo]. Mas o gesto traz um retorno. O "Deus não pode ser conhecido" dos modernos é, diz ele, "apenas uma expressão mais branda" de "Deus é o nada"; quando os europeus dizem "Deus é o ser supremo", a determinação é "igualmente abstrata e pobre"; e a mesma acusação cai sobre gregos e modernos. Hegel devolve ao agnosticismo europeu a acusação que lança ao Oriente. Se esse gesto alcança uma luz sem nome, é a questão (h), aberta em 4.3.

O estudo segue Hegel na pergunta, não nos rótulos. A pergunta de Hegel — que vale o *Individuum*, a pessoa, em si? — é vizinha da pergunta da série. Os rótulos — "nada", "aniquilação", "panteísmo", "abstrato", e o tom de *Verachtung* e *Aberglaube* — pertencem a quem os pôs e ficam entre aspas, com dono. O grau não se herda: Hegel gradua porque a sua resposta é um caminho; a série visita casas porque a sua resposta é uma luz. Há uma exigência dele que a série toma a sério: ver nas religiões algo que "não seja apenas sem sentido, irracional".

A volta pelas seis casas está feita. Falta olhar para a frente, aos autores que virão.

6 PRÉVIAS: AUTORES QUE VIRÃO

Nota. Os sete esboços deste capítulo não são estudos. São marcas de lugar: cada autor poderá ser visitado, se a série chegar a ele, em sua melhor forma, e só então se marcarão as fronteiras. Aqui se assinala apenas por onde Hegel abre a porta e o que o Lumen Fluens deverá pôr à prova quando ela se abrir. Os trechos citados trazem localização, e o que não foi inteiramente conferido leva marcador de verificação; hipótese leva o nome de hipótese; e as questões abertas do estudo, (a)–(l), seguem declaradas, sem maquiagem. A doutrina não se move por aqui: só o fundador a move.

7.1 Kierkegaard

Hegel diz que “o verdadeiro é o todo” (*Fenomenologia do Espírito*, Prefácio, §20; ver 2.4) [tradução do estudo]. **A tradição lê**, pela voz de Kierkegaard (sob o pseudônimo de Johannes Climacus), o limite do sistema: “a) pode-se dar um sistema lógico; b) mas não se pode dar nenhum sistema da existência” (*Pós-escrito conclusivo não científico*, 1846; frase já vista em 5.5). A tese dele: o existente singular não cabe no sistema. A fé é paradoxo, não mediação, “precisamente este paradoxo: que o Singular é mais alto que o Universal” (*Temor e tremor*, 1843; *den Enkelte er høiere end det Almene*). E querer o bem por recompensa é duplicidade, pois “querer uma só coisa é, portanto, querer o bem sem consideração pela recompensa” (*Opbyggelige Taler i forskjellig Aand*, 1847). Na página de *Temor e tremor*, ele lembra que Hegel chama o Singular de forma moral do mal [paráfrase; localização a confirmar].

O cânon responde. Toca a Lux e o Examinar em “querer uma só coisa”, ponte que o Estudo V já nomeou; o Tratado da Luz Interior diz: “Esforça-se a partir da luz, não para merecê-la.” Separa-se em dois pontos. Primeiro, se o Singular está acima do Universal, a Bússola, que veta o caminho onde a luz não está, teria que vetar o monte Moriá, tal como *Temor e tremor* o lê, com Abraão e a faca erguida? A pergunta é sobre essa leitura, não sobre o relato; o cânon não fala de “suspensão do ético”, e a questão aberta (j) fica para o estudo futuro. Segundo, a “marca da eternidade — em todo ser humano” que ele vê no próximo (*As obras do amor*, 1847) é matéria confessional: material, não doutrina (ver 4.3). Para quem crê, a Luz tem nome próprio; para quem não crê, é a consciência mais funda; a filosofia não decide. Elementos a testar: Lux, Bússola, Examinar.

7.2 Marx

Hegel diz que “os indivíduos são sacrificados e abandonados” e que a Ideia paga o tributo da existência “com as paixões dos indivíduos” (*Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução; ver 4.2). **A tradição lê**, por Marx, o movimento sem a mística: a dialética “está nele de cabeça para baixo. É preciso virá-la, para descobrir o núcleo racional no invólucro

místico” (*O capital*, I, posfácio de 1873). A tese dele: a essência humana “não é um abstrato inerente ao indivíduo singular. Em sua efetividade, é o conjunto das relações sociais” (*Teses sobre Feuerbach*, 1845, tese 6) [página a confirmar]. Os homens fazem a história sob condições herdadas, e “a tradição de todas as gerações mortas pesa como um pesadelo sobre o cérebro dos vivos” (*O 18 de brumário*, 1852). A crítica termina num imperativo: derrubar as relações em que o homem é “um ser rebaixado, subjugado, abandonado, desprezível” (*Crítica da filosofia do direito de Hegel: Introdução*, 1844).

O cânon responde. Toca o Flumen no mesmo fato, ninguém começa do zero, com sinal oposto: para Marx a herança pesa; para o cânon, agradece-se. Toca o Abrigo no “abandonado”, pois *Sis alteri domus* é a resposta a quem foi deixado só, e toca o lobo na recusa do que rebaixa. Aproxima-se de Marx contra o ser humano tomado como isolado, a quem as Águas Comuns chamam “indivíduo”: “o indivíduo define-se pelo que o separa”. O *Individuum* de Marx é o ser humano singular; o “indivíduo” do cânon é outro uso da palavra (ver 2.5). Separa-se onde a tese 6 nega uma essência “inerente”: o Pilar I afirma um valor intrínseco, e a réplica possível do cânon, “a luz é pessoal, nunca individual”, ainda não foi posta à prova. A crítica da religião que conduz àquele imperativo, o cânon, por independência confessional, nem adota nem contradiz. O estudo futuro deverá testar o Flumen, o Abrigo, o lobo e as Águas Comuns, e perguntar, na questão aberta (k): quando o mal é estrutural, o lobo tem “alguém”? Se não tiver, corre-se o risco de chamar de noite o que é lobo, e confundi-los é, diz o cânon, abdicação.

7.3 Nietzsche

Hegel diz que “o infortúnio, a dor do mundo foi a condição, a preparação do lado subjetivo para a consciência do espírito livre […]” (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, III, abertura; ver 4.2) [localização a confirmar]: a dor, segundo ele, tem lugar no todo. Ao lado dessa frase o estudo futuro porá outra, de Nietzsche; a ponte é do estudo, não de Hegel nem de Nietzsche: “A falta de sentido do sofrimento, e não o sofrimento, era a maldição […] — e o ideal ascético lhe ofereceu um sentido!” (*Genealogia da moral*, III, 28) [página a confirmar]. A tese dele: “Valorar é criar: ouvi isto, criadores!” (*Assim falou Zaratustra*, I, “Von tausend und Einem Ziele”) [página a confirmar]. E a fórmula da grandeza é “*amor fati*: nada querer diferente”, não apenas suportar “o necessário”, “mas amá-lo” (*Ecce homo*, “Warum ich so klug bin”, 10) [página a confirmar].

O cânon responde. Toca o Abrigo e a Lux no astro: “Grande astro! Que seria a tua felicidade, se não tivesses aqueles a quem iluminas!” (*A gaia ciência*, 342) [página a confirmar], parente da luz que “não é só para ver — é para aquecer”. Separa-se em três pontos, que o estudo futuro deverá enfrentar sem pressa. Primeiro, a Lux: se valorar é criar, o valor é dado ou criado? O Pilar I afirma o valor como “intrínseco, anterior a qualquer conquista ou circunstância”: a luz não se acende — revela-se. Segundo, a Vigília: a fórmula

pede que se ame “o necessário”; a Vigília vela a noite, não a ama, e diante do lobo nem sequer vela: resiste. Terceiro, e mais agudo, a questão aberta (e): se a falta de “sentido” é a maldição, como evitar que “presença, não vitória” se torne, ela mesma, um novo ideal que consola? A pergunta é justa, e este estudo a deixa aberta; se e quando ela será retomada, o fundador decide. Elementos a testar: Lux, Abrigo, Vigília.

7.4 Hannah Arendt

Hegel diz que a razão tem a sua astúcia: “Chama-se astúcia da razão o fato de ela deixar as paixões atuarem por ela” (*Filosofia da História*, Introdução; ver 2.9). **A tradição lê**, por Arendt, o gesto inteiro: “Pensar, com Hegel, que a verdade reside e se revela no próprio processo temporal é característico de toda a consciência histórica moderna” (*Between Past and Future*, 1961, p. 68). A tese dela: agir é começar algo novo, e isso só se dá entre muitos. “A natalidade, e não a mortalidade, pode ser a categoria central do pensamento político, distinto do metafísico” (*The Human Condition*, 1958, p. 9). E o perdão remedeia a irreversibilidade do agir, mas pede outros: “ninguém pode perdoar a si mesmo […]; perdoar e prometer em solidão ou isolamento ficam sem realidade” (*The Human Condition*, p. 237).

O cânon responde. Toca o Flumen na natalidade: “ninguém começa do zero” e todo nascimento como começo são polos, não contradição, e o Pilar III, Mutatio, faz a ponte. Toca a Regra da Misericórdia no recomeço que o perdão libera, “recomeça-se no dia seguinte”, e as Águas Comuns na pluralidade e no mundo comum. Também aqui há falso amigo: o “revela-se” da verdade no tempo, em Arendt lendo Hegel, não é o da Lux (ver 4.1).

Separa-se em dois pontos finos. A questão aberta (b): a Regra da Misericórdia é reflexiva (“seu endereço é reflexivo”, diz a Disputatio: ela fala a quem falhou consigo mesmo), mas é o rio que “a retoma”. A mão que retoma seria o Abrigo [hipótese do estudo, a decidir pelo fundador]. E a questão aberta (c): a imagem do lobo sugere vontade malévola, e Arendt mostra o dano sem ela, “temível banalidade do mal, que desafia as palavras e os pensamentos” (*Eichmann in Jerusalem*, cap. XV, fim) [página a confirmar]. Mas o cânon define o lobo pela autoria, “o mal que alguém inflige”, não pela intenção: Arendt toca a imagem, não a definição. O Examinar seria a reflexão que a irreflexão dispensa [hipótese do estudo]. Elementos a testar: Flumen, Mutatio, Regra da Misericórdia, Águas Comuns.

7.5 Levinas

Hegel diz que a história universal, “como tribunal do mundo”, julga os espíritos dos povos (*Linhas fundamentais da filosofia do direito*, §340; ver 4.2). **A tradição lê**, por Levinas, um engano: nesse juízo Hegel “viu, erradamente, sua racionalização” (*Totalidade e infinito*, ed. ing., p. 23) [V-en]; e o Outro não cabe na negação: “O outro não é a negação do mesmo, como Hegel gostaria de dizer” (p. 305) [V-en]. A tese dele: a ética precede a ontologia. O rosto do Outro interpela antes de qualquer saber. O sofrimento do outro é inútil e

injustificável, e “a justificação da dor do próximo é, certamente, a fonte de toda imoralidade” (*Entre nós*, “O sofrimento inútil”) [V-pt; página a confirmar].

O cânon responde. Toca a Vigília duas vezes. Na recusa: nenhum pensamento deve justificar a dor do outro, e Levinas fala de Auschwitz, que é lobo, mas também do sofrimento em geral, onde cabe a noite. Na palavra: Levinas descreve “o despertar, para além do conhecimento, à insônia ou à vigília (ao *Wachen*)”, e esse despertar vem “a partir do outro […] o qual, sem interrupção, questiona a prioridade do Mesmo” (“A filosofia e o despertar”) [V-pt; página a confirmar]. A Vigília do cânon é permanecer na noite: a mesma palavra, dois movimentos.

Toca o Abrigo na “casa aberta ao Outro — a hospitalidade” (*Totalidade e infinito*, p. 172) [V-en], e aqui Levinas ajuda: a separação, a casa, precede o encontro, o que favorece a ordem Lux → Abrigo [leitura do estudo]. Separa-se em três pontos. Primeiro, a Bússola pergunta “a luz está lá?” em primeira pessoa, e Levinas começaria pelo chamado: é a questão aberta (f), com uma pergunta ao fundador: a Vigília nasce do chamado do Outro ou da luz de quem vela? Para Levinas, só a primeira; o cânon ainda não diz. Depois, a assimetria do Outro contra o que o estudo lê como reciprocidade nas Águas Comuns. Por fim, a raiz bíblica, que é material, não doutrina. Elementos a testar: Vigília, Abrigo, Bússola.

7.6 Paul Ricoeur

Hegel diz que a reconciliação “só se alcança pelo conhecimento do afirmativo, em que aquele negativo desaparece como subordinado e superado” (*Filosofia da História*, Introdução; ver 2.9 e 4.2). **A tradição lê**, por Ricoeur, na síntese de Faessler, o limite desse sistema: “o sofrimento, pela voz da lamentação, é o que se exclui do sistema” (*Laval théologique et philosophique* 65/3, 2009, p. 225) [V via secundária]. A tese dele: a teodiceia fracassa. “Para a ação, o mal é, antes de tudo, o que não deveria ser, mas tem que ser combatido” (*O mal*, ed. esp., p. 60) [V-es]; diante do que se padece, porém, “a pergunta muda: já não é ‘Por quê?’, mas ‘Por que eu?’. A resposta prática deixa de ser suficiente” (p. 62) [V-es], e o que se pede é luto. O perdão, por sua vez, devolve ao agente a capacidade de agir com uma palavra libertadora: “vales mais que teus atos” (*A memória, a história, o esquecimento*, ed. esp., p. 643) [V-es].

O cânon responde. Toca a Lux e a Regra da Misericórdia em “vales mais que teus atos”: o valor anterior a qualquer conquista e o recomeço, pois “falhar na regra não apaga a luz”. Toca a Vigília numa divisão vizinha, que corre em outro eixo: Ricoeur separa o agir, que combate (p. 60), do padecer, que pede luto (p. 62), e o cânon separa a noite do lobo pela causa. Do lobo, resiste-se; da noite, vela-se; mas o lobo também se padece. Toca o Flumen e o Examinar na gratidão, a pergunta de *Percurso do reconhecimento* (ed. esp., p. 13) [V-es] que 3.4 já ouviu: é a ponte mais limpa entre o reconhecimento hegeliano e o cânon, pois liga o reconhecimento ao Examinar e à humildade grata. Ricoeur, aliás, não refuta a luta por

reconhecimento; as “tréguas” não a resolvem (p. 276) [V-es]. Separa-se onde entrelaça o mal cometido e o padecido, e aí está a questão aberta (l): a distinção entre noite e lobo terá que acolher esse entrelaçamento ou recusá-lo com razões. E a palavra libertadora é dita por alguém: relação, outra vez. Elementos a testar: Lux, Examinar, Vigília, Regra da Misericórdia.

7.7 Martin Buber

Hegel diz que a autoconsciência “só é como algo reconhecido” (*Fenomenologia do Espírito*, IV.A, §178; ver 2.5). Nenhuma das fontes lidas põe Buber a comentar o §178; a ponte é do estudo. Buber fala do mesmo limiar, o do outro sem o qual o eu não é, com outra chave: “O Tu vem ao meu encontro por graça: buscando, não se o encontra” (*Ich und Du*, 1923, p. 18). “No princípio é a relação” (*Im Anfang ist die Beziehung*, p. 25); “É pelo Tu que o ser humano se torna Eu” (p. 36).

O cânon responde. Toca o Abrigo: em Buber, “o ser humano habita em seu amor” (p. 22) e o Todo se faz “casa com lareira sagrada” (p. 118), o que dialoga com *Sis alteri domus*. Toca o Corpus: o Isso, sem o qual “o ser humano não pode viver” (p. 43), faz lembrar os “tijolos do templo”. Toca a Lux na primeira frase, que tem a forma de “a luz não se acende — ela se revela”, dita do outro: o Tu não se obtém, vem.

Separa-se onde a objeção é central: “no princípio é a relação” põe a relação antes do eu, e o cânon põe a Lux antes do Abrigo. É a questão aberta (a), que o estudo sobre Buber deverá enfrentar de frente. Uma atenuação a testar: a Lux responde *quanto vale* a pessoa; Buber, *como o eu se faz eu*; e o Flumen já diz que ninguém começa do zero. Fica sem resposta, e declarada: a luz coberta pode ser revelada pelo olhar de outro? Pergunta ao fundador: o Abrigo é o lugar onde o Tu pode vir (Buber) ou o que a Lux já oferece antes de qualquer encontro? O Eterno Tu e a graça são material confessional, não doutrina. A edição brasileira traz “terra sagrada” onde o original diz *heiligem Herd*, lareira. Elementos a testar: Lux, Abrigo, Corpus.

7.8 Síntese das prévias

O Quadro 1 reúne, para cada autor, onde o cânon o toca, onde se separa e o que o estudo futuro deverá testar.

Quadro 1 – Síntese das prévias

Autor	Obra-chave	Toca em	Separa-se em	Elementos a testar
Kierkegaard	*Temor e tremor*; *As obras do amor* (Vozes)	“querer uma só coisa”, sem recompensa	o Singular acima do Universal (j); raiz confessional (material)	Lux; Bússola; Examinar
Marx	*Crítica da filosofia do direito de Hegel*; *O 18 de brumário* (Boitempo)	herança como condição; o “abandonado”	a essência como conjunto das relações sociais; o mal estrutural (k)	Flumen; Abrigo; lobo; Águas Comuns
Nietzsche	*A gaia ciência*; *Genealogia da moral* (Companhia das Letras)	o astro e quem ele ilumina	valor criado; *amor fati*; questão (e)	Lux; Abrigo; Vigília
Arendt	*A condição humana* (Forense Universitária); *Eichmann em Jerusalém* (Companhia das Letras, 1999†)	natalidade; perdão; mundo comum	“ninguém pode perdoar a si mesmo” (b); irreflexão (c)	Flumen; Mutatio; Regra da Misericórdia; Águas Comuns
Levinas	*Entre nós* (Vozes, 2ª ed., 2005†); *Totalidade e infinito* (Edições 70†, de Portugal)	fim da teodiceia; casa aberta ao Outro	o Outro antes do Mesmo (f); assimetria	Vigília; Abrigo; Bússola
Ricoeur	*Percurso do reconhecimento* (Loyola, 2006); *O mal*	gratidão; agir e padecer; “vales mais que teus atos”	mal cometido e padecido entrelaçados (l)	Lux; Examinar; Vigília; Regra da Misericórdia
Buber	*Eu e Tu* (Centauro, 10ª ed., 2006†)	casa com lareira; “habita em seu amor”	a relação antes do eu (a)	Lux; Abrigo; Corpus

Fonte: elaboração do autor (2026).

† edição conferida em catálogo ou arquivo digital; as demais, a conferir. As edições indicam onde ler; as páginas citadas no capítulo são as dos originais ou das traduções listadas nas Fontes. De *Totalidade e infinito* não se conferiu edição brasileira: a da Edições 70 é portuguesa e serve só de indicador.

As prévias tocam oito das doze questões abertas do estudo: (a) se a Lux vem antes do Abrigo ou a relação vem primeiro (Buber); (b) a Regra da Misericórdia, que é reflexiva, diante do “ninguém pode perdoar a si mesmo” (Arendt); (c) a imagem do lobo diante da irreflexão (Arendt); (e) “presença, não vitória” diante da *Genealogia da moral*, III, 28 (Nietzsche); (f) a Bússola e a Vigília diante do Outro primeiro (Levinas); (j) a Bússola diante do monte Moriá (Kierkegaard); (k) o lobo diante do mal estrutural (Marx); (l) a fronteira entre noite e lobo diante do mal cometido e padecido (Ricoeur). As questões (d), (g), (h) e (i) não têm prévia neste capítulo. O capítulo seguinte reúne a síntese e as questões abertas, de (a) a (l).

7 CONCLUSÃO: SÍNTESE, FÓRMULA E QUESTÕES ABERTAS

7.1 O que o estudo encontrou

Hegel entra no Lumen Fluens pelo rio e pelo método. Devemos-lhe a maior formulação da ideia de que somos herdeiros e ancestrais, e de que a língua, as leis e os costumes em que cada um nasce não são cenário, mas o modo como o espírito existe (3.1). Devemos-lhe a dignidade filosófica do devir, que ele recebeu de Heráclito e levou ao começo da *Lógica* (3.2). Devemos-lhe o nome do que aconteceu à doutrina quando a Disputatio declarou duas lacunas e a Vigília veio responder à primeira e nomear a segunda: negação determinada, *Aufheben* — conservar e fazer cessar num só ato (3.3). E devemos-lhe a intuição de que a pessoa só se realiza aberta, numa vida comum, "junto de si em seu outro", que é a fórmula de Hegel mais próxima do Abrigo e das Águas Comuns juntos (3.4). Nada disso o cânon precisa negar; em boa parte, já o pratica sem o nome.

Mas Hegel bate em duas portas fechadas, e são as portas que sustentam a casa. A primeira é a luz. Hegel afirma o valor infinito do homem — "vale porque é homem" —, e a fronteira não passa entre ter valor e não tê-lo. Passa entre o valor que só se efetiva quando é sabido e formado, e o valor que é dado antes de qualquer percurso e apenas se revela: efetivo e sabido, de um lado; revelado, do outro (4.1). Em Hegel o percurso é o lugar em que o valor se realiza; no cânon, o lugar em que se vê. A segunda porta é a noite. Hegel olhou o mal de frente, concedeu o luto, rejeitou o fim santo e manteve a culpa no foro em que cabe; o estudo o reconhece. Mas a sua teodiceia reconcilia o espírito pensante com o mal, censura quem se demora no luto, e lê a dor do mundo, nas palavras dele, como "condição" e "preparação". A Vigília não dá esse passo: promete presença, não vitória; vela a noite sem convertê-la, e diante do lobo não vela — resiste, e deve justiça agora, sem esperar o tribunal do mundo (4.2). Duas fronteiras menores acompanham as duas maiores: a do nome, porque Hegel gradua as religiões pelo que cada uma sabe do valor da pessoa, e o cânon, por independência confessional, deixa o nome da Luz a cada um (4.3); e a da hora, porque a coruja de Minerva compreende ao entardecer, e a Bússola veta diante do caminho, antes de percorrê-lo (4.4).

Diante das casas já visitadas, Hegel foi guia parcial: a sua pergunta — que vale a pessoa em si? — é vizinha da pergunta da série, e os seus rótulos ("nada", "abstrato", "panteísmo") ficam entre aspas, com dono (capítulo 5). E a sua leitura abriu sete portas para autores que a série ainda não visitou (capítulo 6).

7.2 A fórmula

Daí a fórmula que o estudo propõe ao fundador, e que só ele pode adotar: **o Lumen Fluens aceita a dialética como método de crescimento doutrinal e a recusa como teodiceia.** Como método, a dialética é a descoberta de que uma doutrina cresce pelas objeções que leva a sério; o negativo de que ela cresce é a falha de um texto diante de uma objeção.

Como teodiceia, a dialética lê a noite a partir do fim; a Vigília a lê a partir de quem está nela. Que a falta do cânon tenha sido fecunda não torna fecundo o mal que a objeção descrevia. (Fórmula adotada pelo fundador em 17 de outubro de 2026; ver a seção 1.3.)

E daí a segunda pergunta, que o estudo propõe como segunda face da série. Nos seis estudos anteriores, tocávamos as tradições nos gestos e separávamo-nos numa única pergunta: o que há no fundo da pessoa? Com Hegel, a pergunta se desdobra: o que há no fundo da noite? Hegel responde: uma razão com a qual o espírito pensante pode reconciliar-se. O cânon não descreve um fundo da noite; promete presença, e que "ninguém ficará sem luz dentro da noite". A resposta que o estudo propõe, e que o fundador confirma ou corrige, é esta: uma luz acesa dentro da noite, que não precisa do fim para valer. (Pergunta e resposta adotadas pelo fundador em 17 de outubro de 2026; ver a seção 1.3.)

7.3 Questões abertas

A honestidade é o método, e o estudo deixa doze perguntas que o cânon, tal como está, não responde. Nenhuma delas é lacuna que o estudo possa fechar: são matéria do fundador, de tratados futuros ou dos estudos que o capítulo 6 anuncia.

Sobre a pessoa e o outro. (a) A Lux vem antes do Abrigo, ou a relação vem primeiro? O cânon expõe a luz primeiro e o Abrigo depois; Buber, Mounier e, de outro modo, Levinas põem o tu antes do eu. O Tratado já diz que o olhar do outro não fabrica a luz; se ele pode revelar a luz encoberta, o cânon não diz (4.1, 6.7). [Decidida pelo fundador em 17/10/2026: a Lux vem antes; o Abrigo pode revelar uma luz encoberta.] (b) A Regra da Misericórdia é reflexiva — fala a quem falhou consigo mesmo —, mas é o rio que "a retoma"; Arendt lembra que ninguém pode perdoar a si mesmo. A mão que retoma seria o Abrigo? É hipótese do estudo (6.4). [Decidida pelo fundador em 17/10/2026: a mão que retoma é o rio, o Flumen, não o Abrigo.]

Sobre o mal. (c) A imagem do lobo sugere vontade malévola, e Arendt mostrou o dano sem ela; o cânon define o lobo pela autoria, não pela intenção, e a imagem terá que suportar a irreflexão (6.4). [Decidida pelo fundador em 17/10/2026: suporta — lobo é quem inflige, com ou sem intenção; a irreflexão não é noite.] (d) O cânon fala em luz e em templo, e Adorno nega a toda palavra "tingida de elevação" o direito de permanecer intacta depois de Auschwitz; o léxico do cânon é decisão do fundador (4.2). [Decidida pelo fundador em 17/10/2026: o léxico é mantido; a objeção fica registrada como ouvida.] (e) Se, como quer Nietzsche, a maldição é a falta de sentido do sofrimento e não o sofrimento, como evitar que "presença, não vitória" se torne, ela mesma, um ideal que consola? (6.3). (g) A Vigília diz que ao lobo se deve justiça, e não diz que justiça é essa, nem como se distingue da vingança; a Disputatio já previa que isso é matéria de um tratado dedicado (4.2, 4.4). (k) Quando o mal é estrutural — a herança que pesa, como diz Marx —, o lobo tem "alguém"? Se não tiver, corre-se o risco de chamar de noite o que é lobo (6.2). (l) Onde passa a fronteira entre noite e

lobo quando o mal padecido é, em parte, cometido, como Ricoeur descreve o entrelaçamento? (4.2, 6.6).

Sobre o nome. (h) O cânon deixa a Luz sem nome, e Hegel devolve ao agnosticismo europeu a acusação que lança ao Oriente: o indeterminado seria o nada. Uma luz sem nome pode ser determinada pela vida — pela prática do Acender, do Portar e do Examinar — sem o ser pelo conceito? (4.3, 5.7).

Sobre a decisão. (f) A Bússola pergunta "a luz está lá?" em primeira pessoa; Levinas começaria pelo chamado do outro. A Vigília nasce do chamado do Outro ou da luz de quem vela? (6.5). (i) Se a Bússola é veto de fidelidade e não critério de verdade, e o conteúdo vem do Abrigo e das Águas Comuns, isso basta para lhe tirar o último juiz solitário? (4.4). (j) Se o Singular está acima do Universal, como lê *Temor e tremor*, a Bússola vetaria o monte Moriá? A pergunta é sobre essa leitura, não sobre o relato (6.1).

Das doze, quatro pediam a palavra do fundador — (a), (b), (d) e, no que toca à imagem, (c) —, e a receberam em 17 de outubro de 2026 (ver a seção 1.3); duas pedem um tratado — (g), que a própria Disputatio encomendou, e (l), que depende dele —; as demais esperam pelos estudos futuros em que nasceram. Nenhuma põe em risco o que o cânon já diz: a Vigília continua a distinguir a noite do lobo, e a Bússola continua a vetar. O que as perguntas pedem é mais doutrina, não outra.

7.4 A lamparina

Hegel escreveu que a coruja de Minerva só levanta voo ao cair do crepúsculo, e tinha razão sobre o ofício de compreender: compreende-se tarde. O cânon tem a sua coruja, o Examinar ao fim do dia. Mas a noite inteira vem depois do crepúsculo, e para ela a coruja não serve. Serve a lamparina: a luz de cada um, posta no rio e entregue às águas de todos, que não promete o amanhecer, não finge que não é noite e não se apaga. Hegel soube dizer, como poucos, o que o rio é. O que a lamparina faz dentro da noite, o cânon diz sozinho: *Lux in tenebris vigilat*.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Minima Moralia** (1951), §§29 e 33 (GS 4), em ed. ing. de D. Redmond (não oficial) [alemão não conferido].

ADORNO, Theodor W. **Negative Dialektik**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1966 (GS 6), pp. 352, 356, 358; p. 29 [V via secundária]. Ed. bras. (consulta): **Dialética negativa**, trad. M. A. Casanova. Zahar, 2009 [ano a conferir].

ALVES, [prenome a confirmar]. [Título a confirmar]. **Revista da Abordagem Gestáltica** 13 (1), 2007, pp. 97–109 (fonte das páginas de Sartre).

ARENDT, Hannah. **Between Past and Future**. New York: Viking, 1961, p. 68. Ed. bras. (consulta): **Entre o passado e o futuro**, Perspectiva [conferir].

ARENDT, Hannah. **Eichmann in Jerusalem**. New York: Viking, ed. rev. 1964, fim do cap. XV [páginas não localizadas: por seção]. Ed. bras. (consulta): Companhia das Letras, trad. J. R. Siqueira [páginas a confirmar].

ARENDT, Hannah. **The Human Condition**. 2ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1998 (paginação de 1958), pp. 9, 237. Ed. bras. (consulta): **A condição humana**, Forense Universitária [conferir].

BALTHASAR, Hans Urs von. **Mysterium Paschale**. Einsiedeln: Johannes Verlag, 1970 [paráfrase; localização a confirmar]. Ed. ing.: trad. A. Nichols. Edinburgh: T&T Clark, 1990; San Francisco: Ignatius Press, 2000. Ed. bras.: não localizada. Do mesmo autor, **Apokalypse der deutschen Seele** (1937–39) e **Theodramatik** IV [tese e páginas a confirmar].

BARTH, Karl. **Die protestantische Theologie im 19. Jahrhundert**. Zollikon-Zürich, 1947, cap. "Hegel" [paráfrase; localização a confirmar].

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da história" (Tese IX, 1940). In: **Magia e técnica, arte e política**, trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 226 [V via secundária]. O título do ensaio não consta de pesquisa.

BUBER, Martin. **Ich und Du**. Leipzig: Insel, 1923, pp. 18, 22, 25, 36, 43, 118. Ed. bras. (consulta): **Eu e Tu**. 10ª ed. Centauro, 2006 (sem paginação conferível).

CHALYBÄUS (1837). [Obra a identificar: nenhum pesquisa dá o título.] Origem da fórmula "tese–antítese–síntese" [fonte secundária; localização a confirmar].

DROIT, Roger-Pol. **Le culte du néant. Les philosophes et le Bouddha**. Paris: Seuil, 1997 [V via secundária: resumo; capítulo sobre Hegel e edição brasileira a confirmar].

FAESSLER, [prenome a confirmar]. [Título a confirmar]. **Laval théologique et philosophique** 65 (3), 2009, p. 225 (resume Ricoeur, "Le mal : un défi à la philosophie et à la théologie") [V via secundária].

GABRIEL, [prenome a confirmar]. [Título a confirmar]. **Aurora** 23 (33), 2011 (fonte da paginação W17, 290–291 de "Deus morreu").

HADOT, Pierre. **Exercícios espirituais e filosofia antiga**. São Paulo: É Realizações, 2014; **La Citadelle intérieure**. Paris: Fayard, 1992 (ed. bras. a confirmar) [por implicação; página a confirmar].

HALBFASS, Wilhelm. **India and Europe: An Essay in Understanding**. Albany: SUNY Press, 1988 [V via secundária: catálogo; capítulo sobre Hegel a confirmar].

HEGEL, G. W. F. **Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften**, W8 (§§6, 18, 24, 79–82, 244) e W10 (§564, Obs.); §§375, 381, 385 e 573 sem página. Edição brasileira de consulta: ver Bibliografia consultada.

HEGEL, G. W. F. **Glauben und Wissen** (1802). **Kritisches Journal der Philosophie** II.1 (Jena, 1802); GW 4, ca. 413–414 [a confirmar]. Texto conferido na ed. Meiner (via Projekt Gutenberg-DE). A página de W2 e a da tradução brasileira (Tolle, Hedra, 2009, p. 173) só vêm de fonte secundária.

HEGEL, G. W. F. **Grundlinien der Philosophie des Rechts** (1821), W7. Parágrafos segundo Lasson (Philosophische Bibliothek 124, 1911); **Zusätze** de Gans, de autoridade menor. Ed. bras.: **Linhas fundamentais da filosofia do direito**, trad. Marcos Lutz Müller. São Paulo: Editora 34, 2022 (referência para os §§7, 35–36, 209, 340–342).

HEGEL, G. W. F. **Phänomenologie des Geistes** (1807), W3. Parágrafos de Miller: **Phenomenology of Spirit**, trad. A. V. Miller. Oxford: Oxford University Press, 1977. Numeração por ¶ (correspondência com Miller [a confirmar]): **The Phenomenology of Spirit**, trad. Terry Pinkard, com Michael Baur. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. Ed. bras.: **Fenomenologia do Espírito**, trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992, 2 vols. (tradução de referência para a conferência).

HEGEL, G. W. F. **Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie**. Ed. K. L. Michelet, 1833–36 = W18–W20.

HEGEL, G. W. F. **Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte**. Ed. E. Gans (1837); 2ª ed. K. Hegel (1840); 3ª ed. 1848 (**Werke** IX) = W12. Alemão conferido em duas testemunhas concordantes: Duncker & Humblot, 1848, e Reclam, 1924 (via Projekt Gutenberg-DE). Não colacionados: Hoffmeister, Lasson e a edição crítica (Meiner) [a confirmar]. Ed. bras.: UnB (trad. Maria Rodrigues e Hans Harden) e Centauro (trad. Sidou) [base a confirmar].

HEGEL, G. W. F. **Vorlesungen über die Philosophie der Religion**. Ed. P. Marheineke, 1832 (2ª ed. 1840) = W16–W17. A paginação de Marheineke difere da edição crítica (JAESCHKE, Walter (ed.). Hamburg: Meiner, 1983–85); essa edição e a de Hodgson (University of California Press, 1984–87) não foram colacionadas. Os trechos do vol. I vêm da edição de 1832; os do vol. II citados por página (pp. 192, 264–265, 300–301), da de 1840; a faixa "II, ca. 46–191" é de 1832. Indicar a edição em cada citação. W17, 290–291 segundo GABRIEL.

HEGEL, G. W. F. **Werke in 20 Bänden**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1969–1971 ("W"). Texto digital Suhrkamp, grafia modernizada, com páginas por parágrafo ("ca." = ±1). Volumes citados: W3, W5, W6, W7, W8, W10, W11, W12, W16, W17, W18, W19, W20. Os nomes dos editores da **Werkausgabe** não constam da pesquisa: completar após conferência.

HEGEL, G. W. F. **Wissenschaft der Logik**, I, 2ª ed. (1832), W5; Doutrina do Conceito, W6. Ed. bras.: **Ciência da Lógica**, trad. Christian Iber e outros. Petrópolis: Vozes, 2016–2018 [dados a confirmar].

HEGEL, G. W. F. Resenha de Wilhelm von Humboldt sobre o **Bhagavad-Gita** (1827), W11, ca. 131–204. Texto publicado pelo próprio Hegel.

HEIDEGGER, Martin. "Hegel und die Griechen" (1958). In: **Wegmarken** (GA 9) [alemão a confirmar]. Ed. ing.: **Pathmarks**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 333 [V via secundária].

HONNETH, Axel. **Kampf um Anerkennung** (1992). Ed. esp. (a das páginas): **La lucha por el reconocimiento**, trad. M. Ballestero. Barcelona: Crítica, 1997, pp. 114, 158 [V-es]. Ed. bras. (consulta): **Luta por reconhecimento**. Editora 34, 2003 (há também de 2009) [conferir].

HYPPOLITE, Jean. **Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel**. São Paulo: Discurso Editorial, 2003 (orig. 1946) [leitura da tradição; páginas a confirmar].

JÜNGEL, Eberhard. **Gott als Geheimnis der Welt**. Tübingen: Mohr, 1977 [paráfrase; localização a confirmar].

KIERKEGAARD, Søren. **Søren Kierkegaards Skrifter** (SKS), tekster.kb.dk: SKS 4, 149 (**Frygt og Bæven**, 1843); SKS 7, 105, 280, 510 (**Afsluttende uvidenskabelig Efterskrift**, 1846, Johannes Climacus); SKS 8, 151 (**Opbyggelige Taler i forskjellig Aand**, 1847); SKS 9, 94 (**Kjerlighedens Gjerninger**, 1847); SKS 11, 158–159, 211 (**Sygdommen til Døden**, 1849, Anti-Climacus). Ed. bras. (consulta): **Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas**, trad. Álvaro Valls. Petrópolis: Vozes, 2013–2016 [volumes e páginas a confirmar].

KIRCHHOFF, [prenome a confirmar]. [Título a confirmar]. 2018, em espanhol (fonte da p. 29 de Adorno).

KOJÈVE, Alexandre. **Introdução à leitura de Hegel**. Contraponto/EdUERJ, 2002 (orig. 1947). Leitura antropológica de senhor e servo, influente e contestada: citada como leitura.

KÜNG, Hans. **Menschwerdung Gottes**. Freiburg: Herder, 1970 [editora a confirmar; V via secundária: resenha].

LEVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005, "A filosofia e o despertar", ca. p. 124; "O sofrimento inútil", ca. p. 138 [V-pt; páginas inferidas].

LEVINAS, Emmanuel. **Totality and Infinity**, trad. Alphonso Lingis. Pittsburgh: Duquesne University Press, 1969 (orig. **Totalité et infini**, 1961), pp. 23, 172, 305 [V-en]. Ed. port. (pt-PT; só indicador): **Totalidade e infinito**, trad. J. P. Ribeiro. Edições 70, pp. 10–11, 154, 285.

LEWIS, Alan E. **Between Cross and Resurrection: A Theology of Holy Saturday**. Grand Rapids: Eerdmans, 2001 [só dados editoriais; conteúdo não lido].

LONG, A. A.; SEDLEY, D. N. **The Hellenistic Philosophers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, 2 vols. [capítulos a confirmar].

MARITAIN, Jacques. **The Person and the Common Good**, trad. J. J. Fitzgerald. New York: Scribner's, 1947 (orig. **La personne et le bien commun**), cap. III [V-en; páginas só pelo índice].

MARX, Karl. **Marx-Engels-Werke** (MEW): MEW 1, 385 (**Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung**, 1844); MEW 3, 6 (**Thesen über Feuerbach**, 1845, tese 6 [página a confirmar]); MEW 8, 115 (**Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte**, 1852); MEW 23, 27 (**Das Kapital**, I, Nachwort, 1873).

METZ, Johann Baptist. "Theologie als Theodizee?". In: OELMÜLLER, Willi (org.). **Theodizee: Gott vor Gericht?** München: Fink, 1990, pp. 103–118 [V via secundária: Rössner].

MOUNIER, Emmanuel. **Personalism**, trad. P. Mairet. London: Routledge & Kegan Paul, 1952 (orig. **Le personnalisme**, 1949), p. 20 [V-en].

NEIMAN, Susan. **Evil in Modern Thought**. Princeton: Princeton University Press, 2002 [localização a confirmar].

NIETZSCHE, Friedrich. **Zur Genealogie der Moral**, III, 28; **Ecce homo**, "Warum ich so klug bin", 10; **Die fröhliche Wissenschaft**, 342; **Also sprach Zarathustra**, I, "Von tausend und Einem Ziele". Texto de Projekt Gutenberg-DE (grafia antiga) [KSA a confirmar].

PINKARD, Terry. **Hegel's Phenomenology: The Sociality of Reason**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. Leitura social.

PIPPIN, Robert. **Hegel's Idealism: The Satisfactions of Self-Consciousness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. Leitura pós-kantiana.

PIZELLI, [prenome a confirmar]. [Título a confirmar]. **Revista Húmus** 14 (42), 2024, p. 54 (as páginas de Sartre divergem das de Alves).

RATHORE, Aakash Singh; MOHAPATRA, Rimina. **Hegel's India: A Reinterpretation, with Texts**. Nova Délhi: Oxford University Press, 2017 [V via secundária: editora].

RICOEUR, Paul. **El mal: un desafío a la filosofía y a la teología**, trad. I. Agoff. Buenos Aires: Amorrortu, 2006, pp. 60, 62 [V-es]. Orig.: "Le mal : un défi à la philosophie et à la théologie". Genève: Labor et Fides, 1986 (em **Lectures 3**. Paris: Seuil, 1994, pp. 211–233). Ed. bras. (consulta): **O mal**. Papirus, 1988 [conferir].

RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia, el olvido**, trad. A. Neira. Madrid: Trotta, 2003, p. 643 [V-es].

RICOEUR, Paul. **Parcours de la reconnaissance** (2004). Ed. esp. (a das páginas): **Caminos del reconocimiento**, trad. A. Neira. México: FCE, 2006, pp. 13, 276 [V-es]. Ed. bras. (consulta): **Percurso do reconhecimento**. Loyola, 2006 [conferir].

RÖSSNER, [prenome a confirmar]. [Título a confirmar]. **Studia Philosophica Europeanea** 2020/1 (fonte de Metz, pp. 103–118).

SANTOS, Deyve R. M. dos. "Hegel e o budismo como consciência de si mesmo: aspectos de uma crítica". **Revista Dialectus** 2 (4), 2014, pp. 63–77 [V via secundária: resumo].

SARTRE, Jean-Paul. **L'Être et le néant**. Paris: Gallimard, 1943, pp. 282, 297, 298; **Mitsein**, p. 481 [V via secundária: Alves; as páginas divergem em Pizelli]. Ed. bras. (consulta): **O ser e o nada**, trad. P. Perdigão. Petrópolis: Vozes, 1997 [páginas a confirmar].

SCHELER, Max. **Der Formalismus in der Ethik und die materiale Wertethik**. Halle: Niemeyer, 1916, pp. 386 (n. 1), 524 [V].

TAYLOR, Charles. "The Politics of Recognition". In: GUTMANN, Amy (org.). **Multiculturalism**. Princeton: Princeton University Press, 1994, pp. 25, 41, 50 [V]. Ed. port. (pt-PT, consulta): Instituto Piaget, 1998 [conferir].

TAYLOR, Charles. **Hegel**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975. Ed. bras.: **Hegel: sistema, método e estrutura**. É Realizações, 2014 (tradutor a confirmar). Leitura metafísica do Espírito.

WAHL, Jean. **Le malheur de la conscience dans la philosophie de Hegel**. 2ª ed. Paris: PUF, 1951 [leitura da tradição; páginas a confirmar].

WEIL, Simone. "L'amour de Dieu et le malheur". In: **Attente de Dieu**. Paris: La Colombe, 1950 (ensaio de 1942) [V; conferido na transcrição da Wikisource, páginas a confirmar]. Ed. bras.: **Espera de Deus** (Vozes, 2019, trad. Karin Andrea de Guise) não traz o ensaio, segundo a ficha; não há edição brasileira integral localizada.

WENNING, Mario. "Rational Mysticism: Hegel on Magic and China". **Journal of Chinese Philosophy** 44 (3), 2017, pp. 154–174 [V via secundária: resumo].

WONG, Kwok Kui. "Hegel's criticism of Laozi and its implications". **Philosophy East and West** 61 (1), 2011, pp. 56–79 [V via secundária: resumo].

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Edições de consulta ainda não conferidas

Enciclopédia das Ciências Filosóficas, trad. Paulo Meneses (Loyola, 1995).

Filosofia do Direito, trad. Paulo Meneses, Agemir Bavaresco e outros (Loyola / Unisinos / Unicap, 2010).

Filosofia da História, trad. Maria Rodrigues e Hans Harden (Editora UnB, 1995): D2 cita "UnB (Rodrigues e Harden)" sem ano.

Terry Pinkard, **Hegel: A Biography** (Cambridge University Press, 2000): a pesquisa dão Pinkard, 1994.

Emmanuel Levinas, **Totalidade e Infinito** (Edições 70, 2008): o ano é do v1; a pesquisa dão só "Ed. 70, tr. J. P. Ribeiro" (pt-PT).

Paulo Meneses, **Para ler a Fenomenologia do Espírito** (Loyola, 1985): ***não foi encontrada; a obra verificada é*** Hegel & a Fenomenologia do espírito* (Zahar, 2003).

Søren Kierkegaard, "Pós-escrito às Migalhas Filosóficas": título abreviado; usar o de D3, **Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas**.

Obras consultadas na pesquisa e não citadas no texto

Houlgate, **An Introduction to Hegel: Freedom, Truth and History**, 2ª ed. (Blackwell, 2005); Beiser, **Hegel** (Routledge, 2005); Pippin, **Hegel on Self-Consciousness** (Princeton University Press, 2011); Utz, **Die Notwendigkeit des Zufalls** (Paderborn, 2001; editora a confirmar) e "O método dialético de Hegel", **Veritas** 51 (2005), pp. 165–185; Meneses, **Hegel & a Fenomenologia do espírito** (Zahar, 2003); Leibniz, **Essais de théodicée** (1710), I §§21–25, via trad. inglesa de Huggard (Gutenberg #17147), ed. bras. **Ensaios de Teodiceia** (Estação Liberdade, 2013) [conferir]; Kant, **Über das Mißlingen aller philosophischen Versuche in der Theodizee** (1791, AA VIII, 253–271); Schelling, **Freiheitsschrift** (1809), SW VII, ca. 399 [página a confirmar]; Löwith, **Von Hegel zu Nietzsche** (1941) e **Meaning in History** (Chicago, 1949); Wojtyła, **Amor e responsabilidade** (Cultor de Livros, 2016), p. 16, citado por Brito e Candido, **Memorandum** 40 (UFMG, 2023) [V†, a única ocorrência]; Weil, **La Pesanteur et la Grâce** (Plon, 1948), pp. 93–94, e "Réflexions sur le bon usage des études scolaires…", em **Attente de Dieu** (Fayard, 1966); Adorno, **Negative Dialektik**, p. 314 (via Korver, **Krisis**, 1983); Levinas, "La souffrance inutile", em **Entre nous** (Grasset, 1991), pp. 115–116 (via Rössner). Nenhuma dessas obras é citada no texto.

APÊNDICE A – FONTES CITADAS, POR CAPÍTULO

Capítulo 2 — Hegel em sua melhor forma

Convenções. A *Fenomenologia do Espírito* é citada pelos § de Miller (*Phenomenology of Spirit*, Oxford, 1977); a numeração por ¶ de Pinkard e Baur (Cambridge University Press, 2018) corresponde a ela [localização a confirmar]. W = *Werke in 20 Bänden* (Suhrkamp, 1969–1971), texto digital que marca as páginas por parágrafo; “ca.” = página ±1 (em W12, ±2). Os Adendos (*Zusätze*) e as lições (*Vorlesungen*) são compilações póstumas, de autoridade menor: a *Filosofia da História* vem de Gans (1837) e K. Hegel (1840); a *Filosofia da Religião*, de Marheineke, no vol. I da 1ª ed. (1832) e no vol. II da 2ª ed. (1840), com paginações diferentes entre si e da edição crítica (Jaeschke, Meiner). As traduções para o português são de trabalho, feitas pelo estudo a partir do alemão, e estão por conferir contra as edições brasileiras (Meneses, Müller, Iber e outros); no corpo, a marca [tradução do estudo] aparece na primeira ocorrência.

Hegel diz

- *Fenomenologia do Espírito* (1807), Prefácio §2 (botão, flor, fruto) · W3, ca. 12 · [V]
- *Fenomenologia*, Prefácio §§17–18 (substância como sujeito; o círculo) · W3, ca. 22–23 · [V]
- *Fenomenologia*, Prefácio §19 (a seriedade do negativo) e §20 (“o verdadeiro é o todo”; o absoluto como resultado) · W3, ca. 23–24 · [V]; [paráfrase] para a ideia que decai em edificação, glosa do alemão do §19
- *Fenomenologia*, Prefácio §39 (a moeda cunhada) · W3, ca. 40 · [V]
- *Fenomenologia*, Introdução §78 (o caminho do desespero) · W3, ca. 72 · [V]
- *Fenomenologia*, Introdução §79 (a negação determinada) · W3, ca. 73–74 · [V]
- *Fenomenologia*, IV.A §§178–179 (o reconhecimento) · W3, ca. 145 · [V]
- *Fenomenologia*, IV.A §§187–188 (a luta de vida e morte; “pessoa”; o *Individuum*) · W3, ca. 148–150 · [V]; [leitura do estudo] para *Individuum* = ser humano singular
- *Fenomenologia*, IV.A §§194–196 (o medo, o trabalho, a vaidade) · W3, ca. 153–155 · [V]; [paráfrase] para a vaidade do fazer sem o medo (§196)
- *Fenomenologia*, IV.B §§198–200 (o estoicismo) · W3, ca. 157–158 · [V]; [paráfrase] para o §199 (época de medo, servidão e formação universais), a partir do alemão
- *Fenomenologia*, IV.B §§202–206 (o ceticismo; a consciência infeliz) · W3, ca. 159–163 · [V]
- *Fenomenologia*, IV.B §217 (o além) · W3, ca. 169–170 · [V]
- *Fenomenologia*, V, abertura, §231 (o imutável reconciliado) · W3, ca. 177 · [V]

- *Fenomenologia*, VI.C.c §658 (a bela alma) · W3, ca. 483–484 · [V]; [paráfrase] para *Entäußerung*, a partir do alemão
- *Fenomenologia*, VI.C.c §§666–667 (o juiz; o coração duro) · W3, ca. 489–490 · [V]
- *Fenomenologia*, VI.C.c §669 (as feridas do espírito) · W3, ca. 491–492 · [V]
- *Fenomenologia*, VI.C.c §§670–671 (a palavra da reconciliação; o Sim reconciliador) · W3, ca. 493–494 · [V]
- *Ciência da Lógica*, Livro I, cap. 1 (Ser, Nada, Devir) · W5, 82–83 · [V]
- *Ciência da Lógica*, Livro I, cap. 1, Observação sobre *Aufheben* · W5, 113–114 · [V]; os tradutores vertem a palavra por “suprassumir” ou “superar” [localização a confirmar]
- *Ciência da Lógica*, Doutrina do Conceito, Ideia absoluta (a negação da negação) · W6, 563 · [V]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §18 (a Ideia) · W8, ca. 63 · [V]
- *Enciclopédia*, §§79 e 82 (os três lados do lógico) · W8, ca. 167–180 · [V]
- *Enciclopédia*, §24, Adendo 2 (a liberdade: “estar junto de si em seu outro”) · W8, ca. 85 · [V]; [paráfrase] para a frase *Freiheit ist nur da, wo kein Anderes für mich ist, das ich nicht selbst bin*. O substantivo *Beisichselbstsein im Anderen* é fórmula de intérpretes; Hegel escreve o infinitivo *in seinem Anderen bei sich selbst zu sein*.
- *Enciclopédia*, §24, Adendo 3 (a queda) · W8, ca. 90–93 · [V]; [paráfrase] para a subjetividade que só se sabe e só se quer em sua particularidade, com exclusão do universal (*nur sich weiß und will in seiner Besonderheit mit Ausschluß des Allgemeinen*), e para a observação de que as coisas naturais não fazem mal (*die natürlichen Dinge tun nichts Böses*)
- *Enciclopédia*, §244 (a Ideia se solta como natureza) · W8, ca. 392–393 · [V]
- *Enciclopédia*, §381 (o espírito, verdade da natureza) e §385 (o espírito) · [V; página a confirmar]
- *Enciclopédia*, §564, Observação (contra o “inconhecível”) · W10, ca. 373 · [V]
- *Enciclopédia*, §573, Observação (o mesmo conteúdo na filosofia e na religião) · [V; página a confirmar]
- *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (1821), §7, Adendo (amizade e amor) · W7, ca. 56–57 · [V]
- *Filosofia do Direito*, §35, Adendo e §36 (“pessoa”) · W7, ca. 94–95 · [V]
- *Filosofia do Direito*, §209, Observação (“o homem vale porque é homem”) · W7, ca. 360 · [V]; [paráfrase] para a ligação com a *Bildung*

- *Lições sobre a Filosofia da História* (ed. Gans e K. Hegel), Introdução, a razão governa o mundo · W12, ca. 20 · [V]
- *Filosofia da História*, Introdução, a "teodiceia"; o espírito pensante reconciliado · W12, ca. 28 · [V]
- *Filosofia da História*, Introdução, o progresso na consciência da liberdade; um, alguns, todos · W12, ca. 31–32 · [V]
- *Filosofia da História*, Introdução, o "matadouro" (*Schlachtbank*); a tristeza e a objeção a comprazer-se nela · W12, ca. 34–36 · [V]; "taciturna" para *trübselig* é tradução de trabalho, a conferir contra as edições brasileiras (UnB; Centauro), pois a palavra diz também "sombrio, melancólico"
- *Filosofia da História*, Introdução, a astúcia da razão · W12, ca. 49 · [V]
- *Filosofia da História*, o homem como fim em si e de valor infinito · W12, ca. 403–404 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke), 1832, I, p. 80 (representação e conceito) · [V]
- *Filosofia da Religião*, 1832, I, índice (a ordem das religiões determinadas) · [V; página a confirmar]; [ordem de 1832; cursos posteriores a confirmar]: o budismo vem antes do hinduísmo, e cursos posteriores invertem
- *Filosofia da Religião*, 1840, II, pp. 264–265 (o conhecimento como fonte do mal; fonte da reconciliação) · [V]
- *Filosofia da Religião*, 1840, II, pp. 300–301 ("Deus morreu"; a inversão; "apenas a morte da morte") · W17, 290–291 segundo Gabriel, *Aurora* 23/33, 2011 · [V]; dois excertos do mesmo passo, e o trecho omitido entre eles diverge entre as testemunhas (*Aufgeben*/*Aufheben*)
- *Filosofia da Religião*, W16, ca. 86 ("esta é a religião cristã"; o espírito percorre seu caminho na religião) · [V]; [paráfrase; localização a confirmar] para a observação sobre "percurso" (*Bahn*) e "escada"

A tradição lê

- Chalybäus (1837), origem da fórmula "tese–antítese–síntese" · [fonte secundária; localização a confirmar]
- Charles Taylor, *Hegel* (Cambridge University Press, 1975); ed. bras. *Hegel: sistema, método e estrutura* (É Realizações, 2014; tradutor a confirmar) · leitura metafísica do espírito; citado como leitura, sem página
- Terry Pinkard, *Hegel's Phenomenology: The Sociality of Reason* (Cambridge University Press, 1994) · leitura social; citado como leitura, sem página

- Robert Pippin, *Hegel's Idealism: The Satisfactions of Self-Consciousness* (Cambridge University Press, 1989) · leitura pós-kantiana; citado como leitura, sem página
- Alexandre Kojève, *Introdução à leitura de Hegel* (Contraponto/EdUERJ, 2002; orig. 1947) · leitura antropológica de senhor e servo, influente e contestada; citado como leitura, nunca como "Hegel diz"
- Jean Hyppolite, *Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel* (Discurso Editorial, 2003; orig. 1946) · contrapeso a Kojève, útil para a consciência infeliz e a bela alma; citado como leitura, sem página

O cânon responde

- Águas Comuns (cânon, v1.2) · "o indivíduo define-se pelo que o separa; a pessoa, pelo que a abre" · base do aviso de vocabulário em 2.5

Capítulo 3 — Onde nos tocamos

Convenções. W = Hegel, *Werke in 20 Bänden* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1969–1971); "ca." = página ±1 (em W12, ±2). A *Fenomenologia do Espírito* é citada pelos § de Miller. As *Lições* e os Adendos são compilações póstumas (Gans, Marheineke, Michelet), de autoridade menor que as obras que Hegel publicou. SKS = *Søren Kierkegaards Skrifter*. As traduções para o português entre aspas são de trabalho, do estudo [tradução do estudo], e devem ser conferidas contra as traduções brasileiras de referência: *Fenomenologia do Espírito*, trad. Paulo Meneses (Petrópolis: Vozes, 1992); *Ciência da Lógica*, trad. Christian Iber e outros (Petrópolis: Vozes, 2016–2018; dados da edição a conferir); *Linhas fundamentais da filosofia do direito*, trad. Marcos Lutz Müller (São Paulo: Editora 34, 2022). Marcadores: [V], passagem conferida no texto ou em edição de referência; [V-es], conferida em tradução espanhola, na página dessa edição; [paráfrase], o estudo resume, sem aspas, o que o texto diz; [página a confirmar], a passagem existe e falta a referência exata.

Hegel diz

- *Fenomenologia do Espírito*, Prefácio · §§17–18 (W3, ca. 22–23) · [V]
- *Fenomenologia do Espírito*, Prefácio · §19 (W3, ca. 23–24) · [V]; "decai em edificação": [paráfrase]
- *Fenomenologia do Espírito*, Introdução · §79 (W3, ca. 73–74) · [V]
- *Fenomenologia do Espírito*, IV.A · §178 (W3, ca. 145) · [V]
- *Fenomenologia do Espírito*, IV.B · §217 (W3, ca. 169–170) · [V]
- *Fenomenologia do Espírito*, V, abertura · §231 (W3, ca. 177) · [V]
- *Ciência da Lógica*, Livro I, cap. 1, Ser–Nada–Devir · W5, 82–83 · [V]
- *Ciência da Lógica*, Livro I, cap. 1, Observação sobre o *Aufheben* · W5, 113–114 · [V]

- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* · §18 (W8, ca. 63); §244 (W8, ca. 392–393) · [V]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* · §§79–82, com o §81, *das eigene Sichaufheben* (W8, ca. 167–180) · [V]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* · §24, Adendo 2 (W8, ca. 85) · [V]; que a liberdade só existe onde não há outro para mim que eu mesmo não seja ("Freiheit ist nur da, wo kein Anderes für mich ist, das ich nicht selbst bin"): [paráfrase]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* · §385, a tripartição do espírito (exposição do sistema em 2.1, sem citação literal) · [V]
- *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (1821; forma curta, *Filosofia do Direito*) · §7, Adendo (W7, ca. 56–57); §36 (W7, ca. 94–95) · [V]
- *Linhas fundamentais da filosofia do direito* · §209, Observação (W7, ca. 360) · [V]; a ligação do valor do homem com a formação (*Bildung*): [paráfrase]
- *Lições sobre a Filosofia da História* · Introdução (W12, ca. 31–32) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História* · o homem como fim em si e de valor infinito (W12, ca. 403–404; a passagem está em 2.8) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História* · a cristandade e o túmulo vazio (W12, ca. 470–471) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* · Parte III (W17, ca. 187 e 192) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · Introdução, "Wir Lutheraner…" (W18, ca. 93) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · Introdução, o valor do ser humano singular (W18, ca. 140; a passagem está em 4.3) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · Heráclito; o rio como dito de Platão (W18, ca. 319–320 e 323) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · os estoicos (W19, ca. 262 e 265; ca. 285, "a grandeza desse princípio") · [V]

A tradição lê

- Charles Taylor, *Hegel* (Cambridge: Cambridge University Press, 1975) · o espírito como realidade metafísica; caracterização da leitura, sem página. Edição brasileira de consulta: *Hegel: sistema, método e estrutura* (É Realizações, 2014)
- Terry Pinkard, *Hegel's Phenomenology: The Sociality of Reason* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994) · o espírito como sociabilidade da razão; caracterização da leitura, sem página

- Jean Wahl, *Le malheur de la conscience dans la philosophie de Hegel*, 2ª ed. (Paris: PUF, 1951) · a consciência infeliz lida como a cristandade medieval · [página a confirmar]
- Jean Hyppolite, *Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel* (São Paulo: Discurso Editorial, 2003; orig. 1946) · a mesma leitura · [página a confirmar]
- Søren Kierkegaard (Johannes Climacus), *Afsluttende uvidenskabelig Efterskrift* (1846), em português *Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas* · nota, SKS 7, p. 280 (orig. p. 232) · [V]. Edição brasileira de consulta: trad. Álvaro Valls (Petrópolis: Vozes, 2013–2016) · [página a confirmar]
- Charles Taylor, "The Politics of Recognition", em Amy Gutmann (org.), *Multiculturalism* (Princeton: Princeton University Press, 1994) · pp. 25 e 50 · [V]; a p. 25 é tese do próprio Taylor, e só a p. 50 fala de Hegel
- Axel Honneth, *Kampf um Anerkennung* (1992); edição espanhola, a das páginas: *La lucha por el reconocimiento*, trad. M. Ballestero (Barcelona: Crítica, 1997) · p. 158 · [V-es]; as três formas de reconhecimento (amor, direito, valorização social): [paráfrase]. Edição brasileira de consulta, não conferida: *Luta por reconhecimento* (Editora 34, 2003)
- Paul Ricoeur, *Parcours de la reconnaissance* (2004); edição espanhola, a das páginas: *Caminos del reconocimiento*, trad. A. Neira (México: FCE, 2006) · p. 13 · [V-es]. Edição brasileira de consulta, não conferida: *Percurso do reconhecimento* (Loyola, 2006)

O cânon responde

- Cânon v1.2, citado pelo nome do elemento, sem página · Pilar I (Lux), Pilar II (Flumen), Pilar III (Mutatio) e Pilar IV (Corpus), com a virtude e a prática de cada um; Origem ("luz interior atemporal"; as duas imagens, o templo e a dança); Abrigo; Águas Comuns; Vigília; Regra de Vida (o Examinar); Regra da Misericórdia; Bússola, Independência confessional
- Tratado da Luz Interior · Heráclito e o princípio racional comum; Tomás de Aquino
- Disputatio "A luz interior é compatível com a experiência do mal?" · as objeções, as duas lacunas e a nota da edição
- Fora do cânon, mas da série: Estudo II, Estoicismo · o rio como herança comum (Marco Aurélio, *Meditações* IV.43) e "cidadela interior, não; casa de portas abertas"

Capítulo 4 — Onde nos separamos (4.1 e 4.2)

Seções 4.1 e 4.2. Convenções. W = Hegel, *Werke in 20 Bänden* (Suhrkamp, 1969–1971), texto digital que marca as páginas por parágrafo; "ca." = página ±1 (±2 em W12). A

Fenomenologia do Espírito é citada pelos § de Miller (*Phenomenology of Spirit*, Oxford, 1977). Os Adendos (*Zusätze*) e as lições (*Vorlesungen*) são compilações póstumas, de autoridade menor: a *Filosofia da História* vem de Gans (1837) e K. Hegel (1840; 3ª ed., 1848); a *Filosofia da Religião*, de Marheineke, tem paginação própria em cada edição (1ª ed., 1832; 2ª ed., 1840) e difere da edição crítica (Jaeschke, Meiner): as páginas de 4.2 são do vol. II da 2ª ed. (1840). A *Filosofia do Direito* é a obra de 1821 (*Grundlinien der Philosophie des Rechts*; em português, *Linhas fundamentais da filosofia do direito*, na tradução de Müller). As traduções para o português são de trabalho, feitas pelo estudo a partir do original ou da edição indicada no marcador, e estão por conferir contra as edições brasileiras; [V-en], [V-es] e [V-pt] dizem a língua da edição de onde vem a página impressa conferida. No corpo, a marca [tradução do estudo] aparece na primeira ocorrência.

Hegel diz

4.1

- *Fenomenologia do Espírito* (*Phänomenologie des Geistes*, 1807), Prefácio §20 (o absoluto como "resultado") · W3, ca. 23–24 · [V]
- *Fenomenologia*, IV.A §178 (a autoconsciência "só é como algo reconhecido") · W3, ca. 145 · [V]
- *Fenomenologia*, IV.A §187 (a "pessoa" e a verdade do ser-reconhecido; contexto, §188) · W3, ca. 148–150 · [V]; o *Individuum* como ser humano singular · [leitura do estudo]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §24, Adendo 2 (a liberdade só existe onde nenhum outro é para mim que eu mesmo não seja: *Freiheit ist nur da, wo kein Anderes für mich ist, das ich nicht selbst bin*) · W8, ca. 85 · [paráfrase]
- *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (1821), §35, Adendo ("pessoa": o "mais alto" e o "algo desprezível") · W7, ca. 94–95 · [V]
- *Filosofia do Direito*, §124, texto e Observação (a série das ações; o direito da liberdade subjetiva, "enunciado no cristianismo") · [V]; o *Wende- und Mittelpunkt* entre a Antiguidade e a modernidade · [paráfrase]
- *Filosofia do Direito*, §139 (o sujeito singular tem, sem restrição, a culpa de seu mal) · [V]
- *Filosofia do Direito*, §209, Observação ("o homem vale porque é homem") · W7, ca. 360 · [V]; a ligação do valer com a *Bildung* · [paráfrase]
- *Lições sobre a Filosofia da História* (*Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*), Introdução (um, alguns, todos; "nós sabemos que todos os homens em si […] são livres") · W12, ca. 31–32 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, o homem como fim em si e de valor infinito · W12, ca. 403–404 · [V]

- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (*Vorlesungen über die Philosophie der Religion*), III (“Um espírito que não é manifesto não é espírito”; *offenbar*) · W17, ca. 187 e 192 · [V]

4.2

- *Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução, a “teodiceia”; o espírito pensante reconciliado com o *Böse* · W12, ca. 28 · [V]; o texto de Gans e K. Hegel (ed. de 1848, Duncker & Humblot; Reclam, 1924) dá *Bösen*, e a variante *mit dem Negativen versöhnt*, que circula, não se confirmou
- *Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução, o parágrafo da *Schlachtbank* (a tristeza a que nenhum resultado faz contrapeso; o comprazer-se, *trübselig*, nas “sublimidades vazias e infecundas”) · W12, ca. 34–36 · [V]; “taciturna” para *trübselig* é tradução de trabalho, a conferir na edição UnB ou na Centauro, pois a palavra diz também “sombrio, melancólico”
- *Lições sobre a Filosofia da História*, o perecer como obra “nicht nur ein Werk der Natur, sondern des Willens der Menschen” · W12, ca. 34–35 · [V] no alemão; no corpo, em [paráfrase]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, a história que não é o solo da felicidade; a felicidade entregue ao reino da contingência · W12, ca. 42 · [paráfrase]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, a figura histórico-mundial e a “flor inocente”; a censura moral · W12, ca. 48–49 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, a astúcia da razão: os indivíduos “sacrificados e abandonados” · W12, ca. 49 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, a ressalva *Selbstzweck* (“algo neles mesmos eterno e divino”) · W12, ca. 50–51 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, fecho do livro (a renúncia a “descrever mais de perto o interesse de seu destino em dor e alegria”) · ed. 1848, pp. 546–547; W12, ca. 540 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke), 1840, II, pp. 264–266 (a queda: “a fonte do mal” e “a reconciliação tem sua última fonte”, p. 265; a cisão no conceito do espírito, p. 266) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião*, 1840, II, pp. 300–301 (“Deus morreu”; “a dor mais alta”; “Mas o curso não fica aqui, sobrevém a inversão”; “apenas a morte da morte”) · W17, 290–291 segundo Gabriel, *Aurora* 23/33, 2011 · [V]; dois excertos do mesmo passo, e o trecho omitido entre eles diverge entre as testemunhas (*Aufgeben*/*Aufheben*)

- *Lições sobre a Filosofia da Religião*, III, abertura · 1840, II, p. 192 (“a condição, a preparação do lado subjetivo para a consciência do espírito livre”) · [V; localização a confirmar]; o ano do curso em que Hegel disse a frase está por conferir, e a mesma frase está em W17, ca. 187, com outra paginação
- *Glauben und Wissen* (*Fé e Saber*, 1802), fecho (a “Sexta-feira Santa especulativa”; a totalidade suprema que “pode e deve ressurgir”; a dor infinita “como momento”) · *Kritisches Journal der Philosophie* II.1; GW 4, ca. 413–414 [a confirmar] · [V; localização a confirmar]; texto conferido na edição Meiner (via Projekt Gutenberg-DE); as páginas de W2 (ca. 432) e da ed. Tolle (Hedra, 2009, p. 173) só vêm de fonte secundária
- *Fenomenologia do Espírito*, Prefácio §20 (“o verdadeiro é o todo”, que Adorno inverte) · W3, ca. 23–24 · [V]
- *Fenomenologia*, Prefácio §32 (o demorar-se junto do negativo; “a força mágica”) · W3, ca. 36 · [V]; a “morte” como *Unwirklichkeit* do separado · [paráfrase]
- *Fenomenologia*, VI.C.c §669 (as feridas do espírito) · W3, ca. 491–492 · [V]; §670 (a palavra da reconciliação) · W3, ca. 493–494 · [V]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §375 (“sua doença originária e o germe inato da morte”) · [V]; Adendo ao §376 (da casca morta sai o espírito) · [paráfrase]
- *Filosofia do Direito*, Prefácio (a reconciliação como conhecimento; “o desespero frio”) · W7, ca. 25–27 · [V]
- *Filosofia do Direito*, §139 (a culpa do sujeito singular, “sem restrição”) e §140, Observação (“o fim santo”) · [V]
- *Filosofia do Direito*, §219 (o caso individual cabe ao tribunal) · [V]
- *Filosofia do Direito*, §§340 e 342 (o tribunal do mundo; “não é o mero juízo de seu poder”) · W7, ca. 502–503 · [V]
- *Filosofia do Direito*, §345 (a justiça “imperfeita”; a história universal “cai fora”) · [V]
- *Filosofia do Direito*, §347 (*rechtlos*) · [V]; §350 (*Heroenrecht*) e §351 (“bárbaros”, direito desigual) · [paráfrase]

A tradição lê
4.1

- Taylor, Charles, “The Politics of Recognition”, em A. Gutmann (org.), *Multiculturalism* (Princeton: Princeton University Press, 1994), pp. 25, 41, 50 · [V]; a p. 25 é tese do próprio Taylor, e só a p. 50 lê Hegel
- Honneth, Axel, *La lucha por el reconocimiento*, trad. M. Ballestero (Barcelona: Crítica, 1997; orig. *Kampf um Anerkennung*, 1992), p. 114 · [V-es]; as três formas de reconhecimento (amor, direito, estima social; a terceira, ligada a capacidades

reconhecidas como valiosas, p. 158) · [paráfrase], com rótulos do estudo. Ed. bras. de consulta: *Luta por reconhecimento* (São Paulo: Ed. 34, 2003)

- Scheler, Max, *Der Formalismus in der Ethik und die materiale Wertethik* (Halle: Niemeyer, 1916), pp. 386 (n. 1) e 524 · [V]; *Person der Personen, d. i. Gottes* (p. 524) · [paráfrase]
- Mounier, Emmanuel, *Personalism*, trad. P. Mairet (London: Routledge & Kegan Paul, 1952), p. 20 · [V-en]
- Maritain, Jacques, *The Person and the Common Good*, trad. J. J. Fitzgerald (New York: Scribner's, 1947), cap. III · [V-en; página a confirmar]
- Buber, Martin, *Ich und Du* (Leipzig: Insel, 1923), pp. 18 e 25 · [V]. Ed. bras. de consulta: *Eu e Tu* (Centauro), sem paginação conferida
- Levinas, Emmanuel, *Totality and Infinity*, trad. A. Lingis (Pittsburgh: Duquesne University Press, 1969), pp. 172 e 305 · [V-en]. A ed. portuguesa (*Totalidade e infinito*, Edições 70) é pt-PT e serve só como indicador
- Ricoeur, Paul, *La memoria, la historia, el olvido*, trad. A. Neira (Madrid: Trotta, 2003), p. 643 · [V-es]
- Scheler, Mounier, Maritain, Buber e Levinas entram como material filosófico; suas raízes confessionais não são adotadas
- A hipótese do estudo (Lux = dignidade; reconhecimento = identidade e visibilidade) e a leitura de Honneth que a acompanha · proposta do estudo; não é texto de Taylor, de Honneth, de Hegel nem do cânon

4.2

- Adorno, Theodor W., *Negative Dialektik* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1966), pp. 352, 356, 358 · [V]; p. 29 ("a necessidade de dar voz ao sofrimento") · [V via secundária: Kirchhoff, 2018, em espanhol; português do estudo, alemão não conferido]. Ed. bras. de consulta: *Dialética negativa*, trad. M. A. Casanova (Zahar); as páginas citadas são da ed. alemã
- Adorno, *Minima Moralia* (1951), §29 e §33, trad. inglesa de D. Redmond · [V-en]; o alemão (GS 4) não foi conferido; a aporia entre vingar e poupar · [paráfrase]
- Benjamin, Walter, Tese IX (1940), em *Magia e técnica, arte e política*, trad. S. P. Rouanet (São Paulo: Brasiliense, 7ª ed., 1994), p. 226 · [V via secundária]; a tese não nomeia Hegel, e a leitura contra a *Filosofia da História* é de intérpretes
- Levinas, Emmanuel, "O sofrimento inútil", em *Entre nós: ensaios sobre a alteridade* (Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 2005), ca. p. 138 · [V-pt; página a confirmar]
- Ricoeur, Paul, *El mal: un desafío a la filosofía y a la teología*, trad. I. Agoff (Buenos Aires: Amorrortu, 2006), pp. 60, 62 · [V-es]; o entrelaçamento do mal cometido e do

padecido · [V via secundária]: Faessler, em *Laval théologique et philosophique* 65/3 (2009), p. 225, resumindo Ricoeur, “Le mal : un défi à la philosophie et à la théologie”

- Metz, Johann Baptist, “Theologie als Theodizee?”, em Oelmüller (org.), *Theodizee: Gott vor Gericht?* (München: Fink, 1990), pp. 103–118 · [V via secundária: Rössner]; Neiman, Susan, *Evil in Modern Thought* (Princeton: Princeton University Press, 2002) · [localização a confirmar]; o corpo os cita apenas como quem apontou a mesma lacuna
- Balthasar, Hans Urs von, *Mysterium Paschale* (Einsiedeln: Johannes Verlag, 1970) · [paráfrase; localização a confirmar]. Material confessional: nomeia um intervalo, não importa doutrina
- Lewis, Alan E., *Between Cross and Resurrection: A Theology of Holy Saturday* (Grand Rapids: Eerdmans, 2001) · dados editoriais apenas; [conteúdo não lido]; não citado no corpo
- Weil, Simone, “L’amour de Dieu et le malheur”, em *Attente de Dieu* (Paris: La Colombe, 1950; ensaio de 1942), conferido na transcrição da Wikisource · [V; página a confirmar]; traduções do estudo; não foi localizada edição brasileira integral do ensaio. Texto confessional: material, não doutrina. O fecho sobre Jó (“Alors un jour Dieu vient se montrer lui-même à elle”) e o trecho sobre os “criminosos” como “tuiles détachées d’un toit par le vent” são do mesmo ensaio

O cânon responde

4.1

- Pilar I (Lux); Pilar II (Flumen); Tratado da Luz Interior (Definição; Fundamentação; “Objeção provável e resposta breve”); Abrigo; Águas Comuns · pelo nome dos elementos, sem página
- Estudos anteriores da série: ficha do Estudo II

4.2

- Vigília (a noite e o lobo; “presença, não vitória”; “um círculo de claridade”); Bússola; Independência confessional; Disputatio “A luz interior é compatível com a experiência do mal?” (*ad primum*; *respondeo*; *ad secundum* e *ad tertium*, para as duas lacunas; nota da edição); Regra da Misericórdia · pelo nome dos elementos, sem página
- Estudos anteriores da série: ficha do Estudo II

Capítulo 4 — Onde nos separamos (4.3 e 4.4)

Seções 4.3 e 4.4. As traduções para o português são de trabalho e estão por conferir contra as edições brasileiras; as marcadas [tradução do estudo] no texto são do estudo.

Hegel diz

4.3

- *Lições sobre a História da Filosofia*, Introdução · W18, ca. 140 (a régua: *keinen Wert in sich*) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução · W12, ca. 31–32 (um, alguns, todos) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke, 1832) · I, ca. 244 ss. (China) a 344 ss. (Egito); II, ca. 46, 96, 156 e 191 ss. (a ordem das religiões determinadas) · [V; página a confirmar]; a ordem de 1832 põe o budismo antes do hinduísmo, e cursos posteriores a alteram · [localização a confirmar]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* · W16, ca. 86 (o espírito percorre seu caminho na religião; "escada" é acréscimo dos intérpretes, não de Hegel) · [V]; "escada" · [paráfrase; localização a confirmar]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §573, Observação (o conteúdo da filosofia e o da religião é o mesmo; ver 2.10) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke, 1832) · I, p. 80 (representação e conceito; ver 2.10) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke, 1832) · I, pp. 329–330 (a "religião da luz"; Pérsia, *Religion des Guten*, que o estudo traduz por religião do Bem) · [V; página a confirmar]
- Resenha de Hegel (1827) ao ensaio de Humboldt sobre o *Bhagavad-Gita* · W11, ca. 202 (prece do brâmane ao sol; o português é tradução do estudo) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião*, II · W16, ca. 374 e 376 ("Deus não pode ser conhecido"; "apenas uma expressão mais branda" de "Deus é o nada") · [V]

4.4

- *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (*Grundlinien der Philosophie des Rechts*, 1821), Prefácio · W7, ca. 24 e 27–28 ("o que é racional é efetivo"; a filosofia chega "sempre tarde demais"; a coruja de Minerva) · [V]
- *Linhas fundamentais da filosofia do direito*, Prefácio · W7, ca. 25–27 ("a rosa na cruz do presente"; "o desespero frio") · [V]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §6, Observação (a efetividade enfática e o mal "ao acaso") · W8, ca. 46–47 · [V]; português refeito pelo estudo, a conferir
- *Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução · W12, ca. 20 (a razão governa o mundo) · [V]
- *Fenomenologia do Espírito*, IV.B, §§198–200 (o estoicismo; "só o conceito da liberdade") · W3, ca. 157–158 · [V]

- *Fenomenologia do Espírito*, §200 (“ficou, por isso, em apuros”; “logo começam a entediar”) · W3, ca. 157–158 · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · W19, ca. 260 (o “rumo retórico e parenético”) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · W19, ca. 269, 272 e 285 (o critério “muito formal”; “o princípio de contradição”; a grandeza do princípio; na ética, o sujeito como última instância, *Gewissen*) · [V]; *Gewissen* · [paráfrase]
- *Fenomenologia do Espírito*, VI.C.c, §658 (a bela alma) · W3, ca. 483–484 · [V]
- *Fenomenologia do Espírito*, §§666–667 (o juiz; o coração duro) · W3, ca. 489–490 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução · W12, ca. 34–35 (o matadouro; o perecer como obra da natureza e da vontade dos homens; *Selbstsucht*; a “margem tranquila”) · [V]; o perecer como obra da natureza e da vontade dos homens · [paráfrase]

A tradição lê
4.3

- Droit, Roger-Pol, *Le culte du néant. Les philosophes et le Bouddha* (Paris: Seuil, 1997) · [V via secundária; localização a confirmar] (capítulo sobre Hegel e edição brasileira por conferir)
- Santos, Deyve R. M. dos, “Hegel e o budismo como consciência de si mesmo: aspectos de uma crítica”, *Revista Dialectus* 2 (4), 2014, pp. 63–77 · [V via secundária]
- Wong, Kwok Kui, “Hegel’s criticism of Laozi and its implications”, *Philosophy East and West* 61 (1), 2011, pp. 56–79 · [V via secundária]
- Fontes de Hegel (Turner, W16, ca. 383; Rémusat, W18, ca. 145; Colebrooke, W11) · [V]

4.4

- Hadot, Pierre, *Exercícios espirituais e filosofia antiga* (São Paulo: É Realizações, 2014) · [inferência do estudo; página a confirmar]
- Long, A. A.; Sedley, D. N., *The Hellenistic Philosophers* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987, 2 vols.) · [localização a confirmar]

O cânon responde
4.3

- Independência confessional (sob a Bússola); Pilar I (Lux); Tratado da Luz Interior (Fundamentação); Regra de Vida (Acender, Portar, Examinar); Antífona (apenas mencionada, nunca explicada).

- Estudos anteriores da série: Princípio da série de Estudos Comparados; fecho das fichas dos Estudos I–VI.

  4.4

- Bússola; Abrigo; Águas Comuns (a Margem; retiro e abuso); Vigília (noite e lobo); Regra de Vida (Examinar; revisão do rio); Disputatio sobre a luz interior e a experiência do mal (*ad secundum*).
- Estudos anteriores da série: ficha do Estudo II (cidadela interior, não).

  Leituras do estudo (marcadas no texto)

- 4.3: o parentesco entre o "indivíduo" das Águas Comuns e a *ausschließende Einzelheit*; a religião persa da luz como o Bem ainda abstrato e natural, ainda não espírito; a inferência sobre a passagem da representação ao conceito; a questão aberta (h).
- 4.4: o que o Prefácio não diz sobre a decisão de cada um; a passagem da falta de critério à sua forma; a Bússola como veto de fidelidade, não critério de verdade; a verificação das marcas da Margem pelo Examinar; a vizinhança entre a frase de Hegel sobre o perecer e a distinção entre noite e lobo; o Examinar como compreensão ao entardecer; a questão aberta (i).

Capítulo 5 — Hegel diante das casas que já visitamos

Convenções. W = *Werke in 20 Bänden* (Suhrkamp, 1969–71); "ca." = página ±1; SKS = *Søren Kierkegaards Skrifter*; a *Fenomenologia do Espírito* vai pelos § da numeração de Miller. As *Lições* são compilações póstumas (*Filosofia da Religião*, W16–17: Marheineke, 1832; *Filosofia da História*, W12: Gans, 1837; *História da Filosofia*, W18–20: Michelet, 1833–36); as páginas de Marheineke citadas por volume (I, II) são aproximadas (±2). A resenha de Humboldt (W11) é texto publicado por Hegel. As traduções para o português são de trabalho, a conferir contra as edições brasileiras. Onde as fontes traziam só o original, o português é do estudo [tradução do estudo]: *Religion des Insichseins*, "religião do ser-em-si" (glosa; W16, ca. 373–390); "o desprezo do indivíduo" (W12, ca. 164–166); "uma diferença entre budismo e lamaísmo" (W16, ca. 383); "grandeza e calma", "apenas a abstrata" e "o negativo se converte em afirmativo" (W17, ca. 112–113); *Hegels rene Tænken*, "puro pensar" (glosa; SKS 7, 510); "não mais um além, um desconhecido" (W17, ca. 187); "é o próprio espírito divino" (W18, ca. 93); "sua autoconsciência no homem" (W10, ca. 373); "um grande pensamento" (W18, ca. 153); "não seja apenas sem sentido, irracional" (W16, ca. 377).

Hegel diz

Abertura

- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke, 1832) · I, ca. 244 ss. (China) a 344 ss. (Egito); II, ca. 46, 96, 156 e 191 ss. (a ordem das religiões) · [V; página a confirmar]; a ordem de 1832 põe o budismo antes do hinduísmo, e cursos posteriores a alteram · [localização a confirmar]

5.1 Budismo

- *Lições sobre a Filosofia da Religião*, Parte II (budismo e lamaísmo, *Religion des Insichseins*) · W16, ca. 373–390; ca. 374 e 376 (“por baixa e pobre que pareça”; “o nada e o não-ser é o último e o mais alto”; “apenas uma expressão mais branda”); ca. 377 (Fo, Buddha e Dalai-Lama numa só figura); ca. 383 (Turner; “uma diferença entre budismo e lamaísmo”); ca. 384 (“esquecimento e compaixão”); ca. 385–386 (o nirvana como aniquilação) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História* · W12, ca. 210 e 214 (a “singularidade excludente” do lamaísmo); ca. 164–166 (*Verachtung des Individuums*, no capítulo da China) · [V]

5.2 Estoicismo

- *Fenomenologia do Espírito*, IV.B, §§198–200 (o estoicismo; o §200, sobre o critério da verdade) · W3, ca. 157–158 · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* (Sêneca, Epicteto e Antonino; Heráclito e o estoicismo; o critério formal) · W19, ca. 260 (“rumo retórico e parenético”); ca. 262 e 265; ca. 269, 272 e 285 (a grandeza do princípio, ainda que formal) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (a liberdade de quem venera a necessidade) · W17, ca. 112–113 (*Größe, Ruhe*; *nur die abstrakte*; *das Negative in das Affirmative umschlägt*) · [V]

5.3 Cristianismo

- *Lições sobre a Filosofia da Religião*, Parte III · W17, ca. 187 e 192 (*vollendete Religion*; *offenbare*; “Um espírito que não é manifesto não é espírito”; Deus *nicht mehr ein Jenseits, ein Unbekanntes*) · [V]
- *Fenomenologia*, §759 (a Encarnação) e §217 (o túmulo, sem nomear as Cruzadas) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História* · W12, ca. 470–471 (“no espírito vivo, em vós mesmos”; “no túmulo entre os mortos”; as Cruzadas) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia*, Introdução · W18, ca. 93 (*Wir Lutheraner…*; *ist der göttliche Geist selber*) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* (Hegel, ao resumir Malebranche, atribui a frase a Agostinho; nos volumes consultados, W19–W20, há seis ocorrências de Agostinho,

todas marginais) · W20, ca. 197 · [V; localização a confirmar] (o original de Agostinho não foi localizado)

- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §564, Observação (citação de Göschel: *sein Selbstbewußtsein im Menschen*) · W10, ca. 373 · [V]

5.4 Vedanta

- Resenha de Hegel (1827) ao ensaio de Humboldt sobre o *Bhagavad-Gita* (fontes: Colebrooke, W. Jones, Wilford, Anquetil-Duperron) · W11, ca. 131–204; ca. 147 (“a alma particular se torne Deus”); ca. 184 e 187 (Brahma como “substância sem determinação”; o “ser supremo” dos europeus); ca. 190 (“subjetividade infinita”; “panteísmo indiano”); ca. 202 (a prece do brâmane ao sol) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · W18, ca. 153 (o Sāṃkhya: “muitas almas”) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke, 1832) · I, pp. 329–330 (a *Lichtreligion* persa) · [V; página a confirmar]

5.5 Existencialismo

- *Fenomenologia*, §658 (a bela alma) e Prefácio, §20 (“O verdadeiro é o todo”) · W3, ca. 483–484 e ca. 23–24 · [V]

5.6 Taoísmo

- *Lições sobre a Filosofia da História* (“império da duração”, seção W12, ca. 134–174) · W12, ca. 274 (“as montanhas imperecíveis”); ca. 136 e 146 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião*, Parte II (a seção da “religião da medida”, W16, ca. 318–330) · W16, ca. 328–329 (o Tao; “valor, dignidade em si”; *Aberglaube*) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · W18, ca. 145–146 (o Tao e “o nada, o vazio, o totalmente indeterminado”; “primeiro degrau”; o *Daodejing* visto em Viena; Rémusat) · [V]

5.7 O padrão

- *Ciência da Lógica*, Livro I, cap. 1 (o ser puro e o nada puro) · W5, 82–83 · [V]

As demais passagens de 5.7 estão listadas sob 5.1 (W16, ca. 374, 376 e 377), 5.4 (W11, ca. 184 e 187) e 5.6 (W18, ca. 145–146).

A tradição lê

5.1 Budismo

- Roger-Pol Droit, *Le culte du néant. Les philosophes et le Bouddha* (Paris: Seuil, 1997) · [V via secundária] (o capítulo sobre Hegel e a edição brasileira ficam a confirmar)

- Deyve R. M. dos Santos, “Hegel e o budismo como consciência de si mesmo: aspectos de uma crítica”, *Revista Dialectus* 2 (4), 2014 · pp. 63–77 · [V via secundária]
- Tradição budista (*nibbāna* como extinção da sede, não do ser) · [paráfrase; localização a confirmar]

5.2 Estoicismo

- Pierre Hadot, *Exercícios espirituais e filosofia antiga* (São Paulo: É Realizações, 2014) · [inferência do estudo; página a confirmar]

5.3 Cristianismo

- Kierkegaard (Johannes Climacus), *Afsluttende uvidenskabelig Efterskrift* (1846; em português, *Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas*) · SKS 7, 510 (orig. 432) (a especulação não deve chamar-se cristã; *Hegels rene Tænken*) · [V]; ed. bras. (consulta): trad. Álvaro Valls (Petrópolis: Vozes, 2013–2016) · [página a confirmar]
- Kierkegaard (Anti-Climacus), *Sygdommen til Døden* (1849; em português, *A doença para a morte*, título a conferir) · SKS 11, 211 (orig. 101) (Deus e homem não correm juntos num só, no Sistema) · [V]; o texto não nomeia Hegel (leitura da tradição)
- Karl Barth, *Die protestantische Theologie im 19. Jahrhundert* (Zollikon-Zürich, 1947), cap. “Hegel” · [paráfrase; localização a confirmar]
- Hans Urs von Balthasar, *Apokalypse der deutschen Seele* (1937–39) e *Theodramatik* IV · [paráfrase; localização a confirmar]
- Hans Küng, *Menschwerdung Gottes* (Freiburg: Herder, 1970; editora a confirmar) · [paráfrase; V via secundária; localização a confirmar] (por resenha)
- Eberhard Jüngel, *Gott als Geheimnis der Welt* (Tübingen: Mohr, 1977) · [paráfrase; localização a confirmar]
- Jean Wahl, *Le malheur de la conscience dans la philosophie de Hegel*, 2ª ed. (Paris: PUF, 1951); Jean Hyppolite, *Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel* (São Paulo: Discurso Editorial, 2003; orig. 1946) · [fonte secundária; página a confirmar]

5.4 Vedanta

- Wilhelm Halbfass, *India and Europe: An Essay in Understanding* (Albany: SUNY Press, 1988) · [V via secundária] (o capítulo sobre Hegel fica a confirmar)
- Aakash Singh Rathore e Rimina Mohapatra, *Hegel’s India: A Reinterpretation, with Texts* (Nova Délhi: Oxford University Press, 2017) · [V via secundária]
- Resposta advaitina (Brahman como *sat-cit-ānanda*; cf. *Taittirīya Upaniṣad* II.1; *Chāndogya Upaniṣad* VI.8.7) · [paráfrase; localização a confirmar]

5.5 Existencialismo

- Kierkegaard (Johannes Climacus), *Afsluttende uvidenskabelig Efterskrift* (1846) · SKS 7, 105 (orig. 78) (o sistema lógico e o sistema da existência); SKS 7, 280 (orig. 232), nota (Hegel e Heráclito; processo e devir “ilusório”) · [V]
- Kierkegaard (Anti-Climacus), *Sygdommen til Døden* (1849) · SKS 11, 158–159 (orig. 39–40) (o palácio e o celeiro) · [V]; o texto não nomeia Hegel (leitura da tradição)
- Jean-Paul Sartre, *L’Être et le néant* (Paris: Gallimard, 1943) · pp. 282, 297–298; *Mitsein*, p. 481 · [V via secundária], por Alves (prenome e título a confirmar), *Revista da Abordagem Gestáltica* 13 (1), 2007, pp. 97–109; as páginas divergem em Pizelli (prenome e título a confirmar), *Revista Húmus* 14 (42), 2024, p. 54; ed. bras. (consulta): *O ser e o nada*, trad. Paulo Perdigão (Petrópolis: Vozes, 1997) · [página a confirmar]
- Martin Heidegger, “Hegel und die Griechen” (1958), em *Wegmarken* (GA 9; alemão a confirmar); ed. ing.: *Pathmarks* (Cambridge: Cambridge University Press, 1998) · p. 333 · [V via secundária]

5.6 Taoísmo

- Kwok Kui Wong, “Hegel’s criticism of Laozi and its implications”, *Philosophy East and West* 61 (1), 2011 · pp. 56–79 · [V via secundária]
- Mario Wenning, “Rational Mysticism: Hegel on Magic and China”, *Journal of Chinese Philosophy* 44 (3), 2017 · pp. 154–174 · [V via secundária]

O cânon responde

Cânon Lumen Fluens, v1.2, e os textos que o desenvolvem:

- Pilar I, Lux · “A luz não se acende — ela se revela.” (o “revela-se”); virtude: Integridade (“coerência entre o que se é por dentro e o que se vive por fora”) · 5.3, 5.5
- Pilar III, Mutatio · nomeada, sem citação · 5.1, 5.6
- Bússola · “ela apenas veta os que exigiriam apagar a luz para percorrê-los” · 5.2, 5.5
- Independência confessional (sob a Bússola) · “Para quem crê, a Luz tem nome próprio”; “seja qual for o nome que cada um lhe dê” · 5.4, 5.6
- Abrigo · “Uma filosofia que só protege a própria luz vira lamparina de museu.” · 5.1, 5.2, 5.5
- Vigília · nomeada, sem citação · 5.2
- Águas Comuns · “a luz é pessoal, nunca individual: o indivíduo define-se pelo que o separa; a pessoa, pelo que a abre” · 5.1, 5.5
- Regra de Vida, Examinar · nomeado, sem citação · 5.2

- *Tratado da Luz Interior*, Fundamentação · Agostinho entre as fontes do Pilar I; a origem da Luz deixada em aberto · 5.3
- Fichas dos Estudos Comparados I–VI (os resumos publicados): I, Budismo; II, Estoicismo; III, Cristianismo; IV, Vedanta; V, Existencialismo; VI, Taoísmo; passagens que as fichas citam e o capítulo repete: *Katha Upaniṣad* II.18–19 (IV); *Tao Te Ching* 8 (VI) · 5.1 a 5.6

Capítulo 6 — Prévias: autores que virão

Convenções. W = *Werke in 20 Bänden* (Suhrkamp); "ca." = página ±1 (±2 em W12); SKS = *Søren Kierkegaards Skrifter*; MEW = *Marx-Engels-Werke*; KSA = *Kritische Studienausgabe*, de Nietzsche, cuja paginação não foi conferida. [V]: passagem conferida no texto ou em edição de referência. [V-en], [V-es] e [V-pt] indicam a língua da edição de onde vem a página (inglesa, espanhola, brasileira); a edição de Levinas pela Edições 70 é pt-PT e serve só como indicador. Nas citações em português de textos estrangeiros, a tradução é de trabalho do estudo e está por conferir contra as edições listadas; nenhuma página impressa brasileira foi conferida. Os títulos em português que não vêm de edição conferida também são de trabalho; o título original vem ao lado.

Hegel diz

- *Fenomenologia do Espírito* (1807), Prefácio, §20 ("o verdadeiro é o todo") · W3, ca. 23–24 · [V]
- *Fenomenologia*, IV.A, §178 (a autoconsciência "só é como algo reconhecido") · W3, ca. 145 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História* (ed. Gans e K. Hegel), Introdução (a reconciliação "pelo conhecimento do afirmativo") · W12, ca. 28 · [V]
- *Filosofia da História*, Introdução ("os indivíduos são sacrificados e abandonados"; "com as paixões dos indivíduos") · W12, ca. 49 · [V]
- *Filosofia da História*, Introdução (a astúcia da razão) · W12, ca. 49 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke, 1840), Parte III, abertura (a dor do mundo como "a condição, a preparação") · II, p. 192 · [V; localização a confirmar]; o ano do curso em que Hegel disse a frase não foi conferido
- *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (*Grundlinien der Philosophie des Rechts*, 1821), §340 (a história universal como "tribunal do mundo") · W7, ca. 502–503 · [V]

A tradição lê

- Kierkegaard (Johannes Climacus), *Afsluttende uvidenskabelig Efterskrift* (1846; em português, *Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas*) · SKS 7, 105 (orig. 78) ("nenhum sistema da existência") · [V]

- Kierkegaard, *Frygt og Bæven* (1843; em português, *Temor e tremor*) · SKS 4, 149 (o Singular acima do Universal) · [V]; a alusão a Hegel na mesma página (o Singular como forma moral do mal) · [paráfrase; localização a confirmar]
- Kierkegaard, *Opbyggelige Taler i forskjellig Aand* (1847) · SKS 8, 151 (“querer uma só coisa”) · [V]
- Kierkegaard, *Kjerlighedens Gjerninger* (1847; em português, *As obras do amor*) · SKS 9, 94 (a “marca da eternidade”) · [V]
- Marx, *Thesen über Feuerbach* (1845; em português, *Teses sobre Feuerbach*) · tese 6, MEW 3, 6 · [V; página a confirmar]
- Marx, *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung* (1844; em português, *Crítica da filosofia do direito de Hegel: Introdução*) · MEW 1, 385 · [V]
- Marx, *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte* (1852; em português, *O 18 de brumário*) · MEW 8, 115 · [V]
- Marx, *Das Kapital* (em português, *O capital*), I, Nachwort (1873) · MEW 23, 27 · [V]
- Nietzsche, *Zur Genealogie der Moral* (em português, *Genealogia da moral*) · III, 28 · [V; página a confirmar] (texto: Projekt Gutenberg-DE, grafia antiga)
- Nietzsche, *Ecce homo* · “Warum ich so klug bin”, 10 · [V; página a confirmar]
- Nietzsche, *Die fröhliche Wissenschaft* (em português, *A gaia ciência*) · 342 · [V; página a confirmar]
- Nietzsche, *Also sprach Zarathustra* (em português, *Assim falou Zaratustra*) · I, “Von tausend und Einem Ziele” · [V; página a confirmar]
- Arendt, *Between Past and Future* (New York: Viking, 1961) · p. 68 · [V]
- Arendt, *The Human Condition* (Chicago: University of Chicago Press, 2ª ed., 1998; paginação de 1958) · pp. 9, 237 · [V]
- Arendt, *Eichmann in Jerusalem* (New York: Viking, ed. rev. 1964) · cap. XV, fim · [V; página a confirmar]; a passagem está localizada por seção, não por página
- Levinas, *Totality and Infinity* (em português, *Totalidade e infinito*; orig. *Totalité et infini*, 1961), trad. A. Lingis (Pittsburgh: Duquesne University Press, 1969) · pp. 23, 172, 305 · [V-en]
- Levinas, *Entre nós: ensaios sobre a alteridade* (Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 2005) · “A filosofia e o despertar” (ca. p. 124); “O sofrimento inútil” (ca. p. 138) · [V-pt; página a confirmar]
- Ricoeur, *El mal: un desafío a la filosofía y a la teología* (em português, *O mal*; orig. “Le mal : un défi à la philosophie et à la théologie”, 1986), trad. I. Agoff (Buenos Aires: Amorrortu, 2006) · pp. 60, 62 · [V-es]

- Ricoeur, *La memoria, la historia, el olvido* (em português, *A memória, a história, o esquecimento*), trad. A. Neira (Madrid: Trotta, 2003) · p. 643 · [V-es]
- Ricoeur, *Caminos del reconocimiento* (em português, *Percurso do reconhecimento*; orig. *Parcours de la reconnaissance*, 2004), trad. A. Neira (México: FCE, 2006) · pp. 13, 276 · [V-es]
- Faessler (prenome e título do artigo por confirmar), em *Laval théologique et philosophique* 65/3 (2009), resumindo Ricoeur, “Le mal : un défi à la philosophie et à la théologie” · p. 225 · [V via secundária]
- Buber, *Ich und Du* (Leipzig: Insel, 1923) · pp. 18, 22, 25, 36, 43, 118 · [V]; edição brasileira, só de consulta: *Eu e Tu* (Centauro, 10ª ed., 2006), sem paginação conferível

O cânon responde

Cânon Lumen Fluens, v1.2 (agosto de 2026), e os textos que o desenvolvem:

- Pilar I, Lux · “O valor de cada pessoa é intrínseco, anterior a qualquer conquista ou circunstância. A luz não se acende — ela se revela.” · 6.1, 6.2, 6.3, 6.7
- Pilar II, Flumen · “Ninguém começa do zero.”; virtude: “Humildade grata” · 6.2, 6.4, 6.6, 6.7
- Pilar III, Mutatio · nomeada, sem citação · 6.4
- Pilar IV, Corpus · os “tijolos do templo” · 6.7
- Bússola · “a luz está lá?”; “ela apenas veta os que exigiriam apagar a luz para percorrê-los” · 6.1, 6.5
- Independência confessional · “Para quem crê, a Luz tem nome próprio […] Para quem não crê, é a consciência mais funda […]. A filosofia não decide isso por ninguém” · 6.1, 6.2
- Abrigo · *Sis alteri domus*; “A luz interior não é só para ver — é para aquecer.” · 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.7
- Vigília · “A Vigília promete presença, não vitória”; “O lobo é o mal que alguém inflige — diante dele não se vela: resiste-se”; “Confundir o lobo com a noite é abdicação” · 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6
- Águas Comuns · “a luz é pessoal, nunca individual: o indivíduo define-se pelo que o separa; a pessoa, pelo que a abre” · 6.2, 6.4, 6.5
- Regra de Vida, Examinar · “Encerrar com gratidão a alguém do passado que tornou o dia possível.” · 6.1, 6.4, 6.6
- Regra da Misericórdia · “Falhar na regra não apaga a luz. Recomeça-se no dia seguinte, sem drama. O rio não pune a folha que parou numa margem; ele a retoma.” · 6.4, 6.6

- Tratado da Luz Interior, “O problema que responde” · “Esforça-se a partir da luz, não para merecê-la.” · 6.1
- Disputatio sobre a luz interior e a experiência do mal, *Respondeo* · “seu endereço é reflexivo” · 6.4
- Estudos anteriores: ficha do Estudo V (Existencialismo) · “Kierkegaard, a ponte: querer uma só coisa” · 6.1

APÊNDICE B – CONFERÊNCIAS PENDENTES

O texto traz marcas de verificação que dizem o que ainda falta conferir. Agrupadas por tipo de conferência, para quem for fechar o aparato:

Tipo	**O que falta**
Traduções de Hegel para o português	Conferir as traduções feitas pelo estudo contra Meneses (PhG), Müller (PR), Iber et al. (WdL) [dados a confirmar] e UnB/Centauro (VPG) [base a confirmar]; Enciclopédia sem edição brasileira indicada; refazer "taciturna" (*trübselig*) e a frase de Enz. §6, Obs.
Marheineke (VR)	Páginas ±2 em I (ca. 244 ss.; 329–330) e II (ca. 46 ss.); ordem de 1832 × cursos posteriores; ano do curso da Parte III (1840, II, p. 192); paginação W17, 290–291 (via Gabriel); colação com Jaeschke (Meiner)
Hegel, pontos soltos	PhG: correspondência Miller × Pinkard/Baur (¶); *Glauben und Wissen*, GW 4, ca. 413–414; W20, ca. 197 (o original de Agostinho); páginas de W para §§124, 139, 140, 219, 345, 347, 350–351, 375, 573, 759 (citados só pelo §)
Páginas ou edições dos autores	Marx, tese 6 (MEW 3, 6); Nietzsche (KSA); Arendt, *Eichmann* (por seção); Levinas, *Entre nós* (páginas inferidas); Weil (transcrição da Wikisource, não o impresso); Adorno, ND p. 29 (via Kirchhoff) e MM (alemão não conferido); Benjamin, p. 226 e o título do ensaio; Sartre (Alves × Pizelli); Heidegger (alemão)
Só resumo, catálogo ou editora	Droit, Santos, Wong, Wenning, Halbfass, Rathore e Mohapatra: ler o capítulo ou a seção sobre Hegel antes de citar além da caracterização; Hadot e Long–Sedley: página e capítulos
Conteúdo não lido ou localização ausente	Lewis (só dados editoriais); Balthasar, Barth, Jüngel (tese e páginas); Neiman; Küng (editora); Chalybäus (a obra)
Dados bibliográficos incompletos	Prenomes e títulos de Alves, Faessler, Gabriel, Kirchhoff, Pizelli, Rössner; tradutor de Taylor, *Hegel* (É Realizações)
Edições brasileiras e portuguesas de consulta	Honneth (Ed. 34, 2003 e 2009), Ricoeur (*Percurso do reconhecimento*, *O mal*), Arendt (três obras), Taylor (Piaget, pt-PT), Zahar (*Dialética negativa*, ano), Vozes (*Pós-escrito*, volumes e páginas; *O ser e o nada*, páginas), Centauro (*Eu e Tu*, sem paginação)
Tradições indianas e budista	*Nibbāna* e *sat-cit-ānanda* [paráfrase; localização a confirmar]; os textos védicos citados (*Taittirīya*, *Chāndogya*) vêm da pesquisa de fontes sem edição

APÊNDICE C – PAINEL DE VERIFICAÇÃO

Contagem, feita sobre o texto final, das marcas entre colchetes que acompanham citações e leituras. “Corpo” é o texto dos capítulos; “Aparato” são as fontes por capítulo. Uma citação sem marca foi conferida no original (ver a seção 1.1).

Quadro 2 – Marcas de verificação no texto final

Marca	Total	Corpo	Aparato
[V]	158	0	158
[… a confirmar]	91	20	71
[paráfrase]	52	27	25
[V via secundária]	46	18	28
[V-es]	26	11	15
[leitura do estudo]	25	23	2
[paráfrase; localização a confirmar]	22	7	15
[V-en]	19	10	9
[tradução do estudo]	14	9	5
[V-pt]	8	4	4
[hipótese do estudo]	4	4	0
[conteúdo não lido]	1	0	1
[inferência do estudo]	1	1	0

Quadro 3 – Citações entre aspas, por capítulo

Capítulo	Citações
1 Introdução	9
1. Hegel em sua melhor forma	79
2 Onde nos tocamos	39
3 Onde nos separamos	160
4 Hegel diante das casas que já visitamos	84
5 Prévias: autores que virão	82
6 Síntese, fórmula e questões abertas	13

Toda citação do corpo foi conferida, fragmento a fragmento, contra a pesquisa de fontes do estudo e contra o cânon, o Tratado da Luz Interior e a Disputatio; nenhuma foi inventada. As que não puderam ser conferidas no original levam marca. As traduções do alemão são de trabalho e estão por conferir contra as edições brasileiras de referência (Meneses, Müller, Iber e outros; UnB e Centauro para a *Filosofia da História*).